



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE - PRODEMA

EDUARDO GASPAR CHAVES CAVALCANTI DA SILVA

ARENA DE PERNAMBUCO: Placar de Resistências e Conflitos
frente a processos de espoliação

RECIFE
2017

EDUARDO GASPAR CHAVES CAVALCANTI DA SILVA

**ARENA DE PERNAMBUCO: Placar de Resistências e Conflitos
frente a processos de espoliação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes. **Coorientadora:** Prof.^a Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque.

**RECIFE
2017**

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- S586a Silva, Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da.
Arena de Pernambuco: Placar de resistências e conflitos frente a processos de espoliação / Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva. – 2017.
139 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Profª. Drª. Edvânia Torres Aguiar Gomes.
Coorientadora: Profª. Drª. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.
Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Meio ambiente. 2. Copas do mundo (Futebol). 3. Copas do mundo (Futebol) – Brasil. 4. Impacto ambiental. 5. Conflito social. 6. Espoliação urbana. I. Gomes, Edvânia Torres Aguiar (Orientador). II. Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de (Coorientadora). III. Título

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-236)

EDUARDO GASPAR CHAVES CAVALCANTI DA SILVA

**ARENA DE PERNAMBUCO: Placar de Resistências e Conflitos
frente a processos de espoliação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 17/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Edvânia Torres Aguiar Gomes (orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves Albuquerque (Co-orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Martins Sobral (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adalto Gomes Barbosa (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ronaldo Augusto Campos Pessoa (Examinador externo)
Universidade Federal do Tocantins

Aos meus familiares

Que jamais deixaram de me incentivar, por menor que fosse a contribuição. Que sempre souberam que a única forma de adquirir o saber é por meio da busca do aprendizado. Sendo assim, o meu eterno agradecimento pelo apoio da minha conquista acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a Nossa Senhora e aos meus pais, Antônio e Jandira, que durante toda a vida me deram apoio e carinho e me ensinaram a acreditar num mundo mais humano, por todo o cuidado e dedicação, pelos valores ensinados e pela experiência partilhada, que foram essenciais para a minha formação pessoal e profissional.

Aos meus irmãos, Rodrigo Gaspar e Catherine Chaves que me deram coragem, tendo-me Como referência Na dedicação aos estudos e acreditaram Na minha conquista em meio às dificuldades.

À minha esposa Juaciara, companheira amada, pela paciência e compreensão nos momentos de desatino, principalmente no período da construção deste trabalho e diante de toda nossa realidade financeira, soube com toda sabedoria respeitar os momentos de dificuldade no período do mestrado, apoiando com sabedoria, onde algumas vezes teve que me reerguer em meios aos conflitos para a conquista deste título.

Aos meus filhos Thiago Gaspar e Philipe Gaspar, que por muitas vezes fiquei ausente em não poder participar de suas brincadeiras e lazeres, mas ao mesmo tempo sou consciente de que toda esta ausência é para a construção de um futuro bem próspero na vida deles.

Aos meus familiares que me apoiaram direta e indiretamente.

Aos amigos e companheiros do PRODEMA, em especial Emily e Andreza, que durante todo período foram fundamentais no processo construtivo da minha conquista.

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Edvânia Torres Aguiar Gomes e Professora Doutora Mariana Zerbone Alves Albuquerque, por permitir abertura da discussão sobre a construção da dinâmica na produção do espaço urbano e pelas atenções dedicadas, e extremamente pacientes comigo. Por todos os conhecimentos transmitidos, o que só me deixava à opção de me debruçar sempre mais nos estudos. Serei sempre grato pela transformação na minha vida. Peço a Deus todos os dias para que ele as abençoe, pois neste mundo cada vez mais

globalizado e competitivo, ainda existem pessoas que se dedicam em potencializar o futuro de um cidadão. Sempre e em qualquer lugar, onde eu consiga ressaltar o grau de importância destas duas pessoas em minha vida, buscarei elevar com louvores e admiração o tal feito e mérito da profissão em promover não só o homem, mas um cidadão para o mundo. Meu muito obrigado por tudo.

Aos professores que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa dessa dissertação.

Ninguém pode acreditar que as reformas fundamentais que exige o desenvolvimento poderão ser promovidas por uma evolução política normal dentro dos princípios que regem a sociedade ocidental. Esses princípios se aplicam somente em situações de calma e sem problemas. As reformas não se farão pela persuasão nem pelas discussões platônicas em assembleias legislativas, nem por via de eleições segundo os moldes do sistema ocidental moderno.

Dom Helder Câmara.

Resumo

A construção da Arena Pernambuco para a Copa do Mundo de 2014 ocasionou vários impactos nas localidades do entorno. Grande parte da população via esse evento como a possibilidade de mudança de sua condição social, através de melhorias de infraestrutura e mais oportunidade de emprego. Localidades como Santa Mônica e o Loteamento São Francisco em Camaragibe e o Loteamento Cosme e Damião em Recife, apresentam impactos diretos e indiretos referentes às transformações na Região Metropolitana do Recife relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Com isto, o objetivo desta pesquisa é analisar os impactos socioambientais nas localidades no entorno da Arena Pernambuco frente às intervenções urbanas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Neste sentido, buscou-se identificar qual o real sentido da realização das obras e investimentos com infraestrutura para a realização do megaevento e o impacto nas localidades próximas à Arena. O que se identificou é que justificados pelo discurso da reestruturação do espaço urbano, o setor público financiou grandes obras de infraestrutura em parcerias com o setor privado, porém, os moradores das áreas do entorno da Arena Pernambuco, que almejavam o “desenvolvimento prometido” continuaram sendo alvo dos processos de espoliação urbana frente às investidas do capital em diferentes escalas.

Palavras - Chave: Espoliação Urbana. Conflitos Sociais. Impactos Socioambientais. Copa do Mundo de 2014. Arena Pernambuco.

Abstract

The construction of the Pernambuco Arena for the 2014 World Cup has caused several impacts in the localities around. A large part of the population saw this event as the possibility of changing their social condition, through improvements in infrastructure and more employment opportunities. Localities such as Santa Monica and the São Francisco Loteamento in Camaragibe and the Cosme and Daimio Loteamento in Recife, present direct and indirect impacts related to the transformations in the Metropolitan Region of Recife related to the 2014 World Cup. With this, the objective of this research is to analyze the socio- environmental impacts in the localities around the Arena Pernambuco in front of the urban interventions for the 2014 Football World Cup. In this sense, we sought to identify the real meaning of the construction works and investments with infrastructure for the mega-event and the impact on localities near the Arena. What was identified is that justified by the discourse of the restructuring of the urban space, the public sector financed large infrastructure works in partnerships with the private sector, however, the residents of the areas surrounding Arena Pernambuco, who aimed at "promised development" continued being the target of the processes of urban spoliation in front of the invested ones of the capital in different scales.

Keywords: Urban Spoliation. Social Conflicts. Socioenvironmental Impacts. 2014 World Cup. Pernambuco Arena.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

RMR - Região Metropolitana do Recife.

SERCOPA - Secretaria Extraordinária da Copa.

METROREC - Metrô do Recife.

CBTU - Companhia brasileira de trens urbanos.

FIFA - Federação Internacional de Futebol e Associados.

TIP - Terminal integrado de passageiros.

SEI - Sistema estruturado de integração.

PAC - Programa de aceleração do crescimento.

BRT - (Bus Rapid Transit) Transporte Rápido de ônibus.

GEP - Governo do Estado de Pernambuco.

VLT - Veículo Leve sobre Trilhos.

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

CONDEPE/FIDEM - Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco.

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida.

CADÚNICO - Cadastro Único dos Programas Sociais.

COMDEC – Comissão Municipal de Defesa Civil.

JOCUM - Jovens Com Uma Missão.

RPA - Região Político-administrativa

SEDES - Secretaria Executiva de Desapropriação.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. PIB - Produto Interno Bruto.

PPP - Parceria Público - Privado.

EIA/RIMA- Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

SPE - Sociedade de Propósito Específica.

ONGs- Organização Não - Governamentais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Largo do Tanque, Bairro de Jacarepaguá – Rio de Janeiro Obra paisagista para Copa e olimpíadas.....	050
Figura 2 - VLT em Fortaleza.....	051
Figura 3 - VLT em Cuiabá. Obra de mobilidade urbana para a copa do mundo 2014 inacabada.....	052
Figura 4 - Mapa da Região Metropolitana do Recife.....	055
Figura 5 - Território de Abrangência da área onde foi construída a Arena de Pernambuco.....	059
Figura 6 - Projeto Cidade da Copa.....	061
Figura 7 - O discurso da nova centralidade urbana da região metropolitana do Recife na implementação da Arena de Pernambuco.....	067
Figura 8 - Localização do terreno da Cidade da Copa.....	069
Figura 9 - Intervenção Prevista e Proposta.....	070
Figura 10 - Premissa de Gastos com o sistema viário para a Copa do Mundo de 2014.....	071
Figura 11 - Área do entorno da arena de PE e Cidade da Copa.....	093
Figura 12 - Projeto inicial da Cidade da Copa com o VLT, saindo do terminal integrado de Cosme e Damião.....	094
Figura 13 - Retirada dos entulhos após derrubadas das casas para ser construída o terminal de ônibus em Cosme e Damião.....	096
Figura 14 - Obras da estação do metrô e terminal de ônibus em Cosme e Damião.....	097
Figura 15 - Obras em Cosme e Damião e Arena de Pernambuco.....	099
Figura 16 - Ponte que liga Cosme e Damião e a área da Cidade da Copa.....	099
Figura 17 - Visão panorâmica do Loteamento Cosme e Damião.....	100
Figura 18 - Terminal de ônibus em Cosme e Damião inaugurado para o atendimento diário a população em junho de 2016.....	103
Figura 19 - Arredores do Loteamento São Francisco – Camaragibe- PE.....	105
Figura 20 - Obra do Ramal da Copa inacabada – o Loteamento são Francisco.....	109
Figura 21 - Cercado nos terrenos do Loteamento São Francisco.....	110
Figura 22 - Bairro de Santa Monica em Camaragibe – PE.....	113
Figura 23 - Bairro de Santa Monica comunidade Beira Rio – Praça Beira Rio-	

localidade a 300 metros da Arena de Pernambuco.....	114
Figura 24 - Rua Tenente Arnaldo Câmara – Comunidade Beira Rio - Bairro de Santa Monica.....	114
Figura 25 - Diagrama com os indicadores de Vulnerabilidade Social.....	115
Figura 26 - Final da Rua Tenente Arnaldo Câmara – Comunidade Beira Rio - Bairro de Santa Monica, ao fundo o Rio Capibaribe e Arena de Pernambuco.....	116
Figura 27 - Final da Rua Tenente Arnaldo Câmara – Comunidade Beira Rio - Bairro de Santa Monica, ao fundo o Rio Capibaribe, BR 408 e a Sub Estação de Energia Solar da Arena de Pernambuco.....	117
Figura 28 - Final da Rua Tenente Arnaldo Câmara – Comunidade Beira Rio - Bairro de Santa Monica, ao fundo o Rio Capibaribe e Arena de Pernambuco.....	117
Figura 29 - Morador da Comunidade Beira Rio - Bairro de Santa Monica.....	120
Figura 30 - Placa de venda de uma casa em Bairro de Santa Monica, por conta da insegurança social.....	121
Figura 31 - Danificações das casas em Santa Monica por conta das explosões....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos previstos em obras para a Copa-2014 (R\$ milhões).....	044
Tabela 2 - Investimentos previstos por Cidades-Sede para a Copa - 2014.....	045
Tabela 3 - Investimentos previstos nas cidades-sede da região nordestina para Copa-2014.....	046

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz de Decisão para a Escolha da Localização da Arena.....	064
--	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área escolhida para a Cidade da Copa dentro da RMR.....	058
Mapa 2 - Localização de Camaragibe.....	092
Mapa 3 - Área do entorno da arena de PE.....	093

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: O RE-ARRANJO DA GEOGRAFIA DAS CIDADES	30
2.1	A produção do espaço urbano e a articulação de escalas	30
2.1.2	A produção do espaço pelos agentes hegemônicos	33
2.2	Contradições na produção dos espaços metropolitanos brasileiro	37
2.2.1	As escalas dos megaeventos no Brasil	40
2.3	Copa do Mundo 2014: do planejamento público-privado aos impactos socioespaciais	42
3	A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014	53
3.1	O Recife e suas centralidades em diferentes escalas	53
3.2	As estratégias na implantação da Arena de Pernambuco	55
3.3	A localização estratégica da Arena de Pernambuco	62
3.4	As intervenções urbanas com as obras para Copa do Mundo de 2014 em Pernambuco	69
3.5	Vai ter Cidade da Copa?	72
4	DIREITO À CIDADE E A CIDADE MERCADORIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	75
4.1	Os contrastes sociais dos arredores da “Cidade da Copa”	91
4.2	A realidade socioeconômica do loteamento Cosme Damião antes da Copa do Mundo FIFA 2014	94
4.3	Os impactos sociais no loteamento Cosme e Damião	102
4.4	Conflitos e Impactos sociais derivados do processo de desapropriação no Loteamento São Francisco–Camaragibe-PE	104
4.5	Realidade socioeconômica do Loteamento São Francisco antes da Copa do Mundo 2014	106
4.5.1	O Loteamento São Francisco pós-Copa do Mundo	107
4.5.2	Resultados dos impactos no Loteamento São Francisco	110

4.6	Bairro de Santa Mônica e Comunidade Beira Rio em Camaragibe – PE em Função da Copa do Mundode2014	112
4.6.1	Dinâmica da produção do espaço urbano no bairro de Santa Mônica em Camaragibe-PE	115
4.6.2	Resultados dos impactos no Bairro de Santa Mônica	117
4.7	“Arena das Ilusões”	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	137
	ANEXOS A - ORDEM E DESAPROPRIAÇÃO	138

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, países desenvolvidos viviam em uma crise chamada de reestruturação produtiva dentro de um processo de consolidação da flexibilização do trabalho na cadeia produtiva e mudava-se para um modelo neoliberal, tornando a disputa por investimentos mais acirrados. Nesse momento, os centros urbanos popularizam-se e absorvem milhares de imigrantes em busca de melhores condições, instaurando o inchamento nas grandes cidades. A proposta dos governantes, que se tornou uma solução, foram às transformações por meio da construção de grandes equipamentos culturais, símbolos arquitetônicos que provocassem o aquecimento do mercado imobiliário, dinamizando o turismo e atração por novos capitais financeiros. Tal ato espalhou-se pelos países desenvolvidos como um fenômeno de atração do capital, comprometimento recursos públicos, para justificar a nova competitividade global. Porém, as requalificações dos bairros obsoletos não tiveram boas aceitações pela maioria da população, pois, essas estratégias comprometiam recursos que poderiam ser utilizados diretamente em programas sociais.

No entanto, para obterem aceitação plena e legitimar o novo modelo de fluxo de capital financeiro, apostaram nos eventos esportivos, com a estratégia de associar os eventos às obras de reestruturação urbana. Com isso, grandes negócios começaram a ser erguidos, onde a lógica é a corrida na concessão de investimentos públicos, em detrimento da requalificação urbana, investidores obtendo ganhos e o total apoio popular. Nesse sentido, os megaeventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, são disputados pelas cidades em todo mundo no sentido de sediarem os eventos, pois têm possibilitado a justificação dos gastos com de recursos públicos na referida requalificação do espaço urbano, além de direcionar ao setor privado a especulação, os negócios milionários e o lucro possivelmente garantido pelos investimentos realizados.

Para a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, a justificativa ampara-se na sinergia econômica gerada pelos investimentos, que indicam intervenções urbanas de grande magnitude, com grande impacto sobre a dinâmica urbana de todas as cidades-sede, com o argumento de que as obras possibilitariam a modernização da infraestrutura urbana e o aquecimento da economia. Tendo em

vista a real situação panorâmica dos projetos de mobilidade urbana promovida pelo governo de Pernambuco, por exemplo, com o intuito de promover um ramal de ligação entre a capital pernambucana e a “Cidade da Copa”, localizada no município de São Lourenço da Mata.

Segundo a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Subcomissão Permanente, da Câmara dos Deputados sob a relatoria do Deputado Federal Paulo Rattes (PMDB/RJ), foi realizado em 2009, um levantamento preliminar dos Recursos Públicos Federais que seriam destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016, onde se estimava um orçamento com gastos de 4,8 bilhões de dólares (8,3 bilhões de reais) em obras, e 1,2 bilhão de dólares (2 bilhões de reais) em estádios em todas as cidades-sede da Copa. O investimento totalizava algo em torno de R\$ 34,5 bilhões, só em projetos de intervenções urbanas, financiado por iniciativas privadas e pelo governo federal e estadual. (RATTES, 2009)

Em Pernambuco foi prevista a construção da Cidade da Copa, no município de São Lourenço da Mata, a 30 quilômetros do Recife, com uma operação urbana agregando estação de metrô e terminal integrado de passageiros nas proximidades ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife. Os investimentos para esta operação são da ordem de R\$ 8,75 milhões, com o desafio de viabilizar ambiental e urbanisticamente a Cidade da Copa e revitalizar a infraestrutura de mobilidade urbana do Recife e seus arredores.

Apesar da escassez de recursos públicos para as políticas locais de desenvolvimento urbano, a realização dos grandes eventos esportivos, tratou de uma rara oportunidade de investimento na infraestrutura da cidade, sendo a mobilidade urbana a grande pauta para o planejamento em ações estruturantes em relação a estes grandes eventos, e ao mesmo tempo, foi tratada como um grande problema das metrópoles de países periféricos.

Tendo em vista a real situação panorâmica dos projetos de mobilidade urbana promovida pelo governo de Pernambuco, a principal intervenção era promover um ramal de ligação entre a capital pernambucana e a Cidade da Copa. Estação interferiu na dinâmica de várias áreas da Região Metropolitana do Recife, que conseqüentemente foram afetadas por projetos de reestruturação urbana, como em bairros do município de Camaragibe, como a construção da estação do metrô e terminal integrado de passageiros em do loteamento Cosme e Damião, bairro da várzea - Recife, envolvendo um amplo interesse das três esferas dos

podere públicos.

Entre outros projetos de mobilidade, destaca-se a retirada dos moradores do Loteamento São Francisco, localidade considerada como um espaço estratégico para a expansão do Terminal Integrado de Passageiros e o próprio Ramal da Copa. Mas, observa-se que não houve, por meio de políticas públicas, um planejamento de relocação dos moradores e/ou inclusão de benefícios eventuais que possibilitassem o conforto provisório até serem negociados valores indenizatórios.

É neste contexto, que levantamos os seguintes questionamentos:

- **Quais os impactos gerados em função das transformações que ocorreram nas localidades do entorno da Arena Pernambuco para Copa do Mundo?**
- **Quais melhorias urbanas e sociais foram apresentadas para a população?**

A justificativa para a realização deste trabalho está pautada na importância das reestruturações urbanas em função do discurso das melhorias socioeconômicas, em contrapartida ao descaso dos poderes públicos, onde se espera render visibilidade e expansão econômica, sem efetivar soluções para problemas estratégicos, como moradia, mobilidade urbana, meio ambiente e saneamento. Neste sentido, é preciso verificar os impactos socioambientais provenientes de ações pontuais para o megaevento, não levando em consideração o contexto das relações socioespaciais referentes às populações remanejadas, tampouco ao contexto das obras que interferiram diretamente nas vidas dos cidadãos que integravam as comunidades do entorno da Arena Pernambuco.

Diante de tais questionamentos, pressupõe-se que:

- Diante do discurso de desenvolvimento socioeconômico no entorno da Cidade da Copa, pressupõem-se que não houve na totalidade nenhum benefício pautado na garantia dos direitos para a população, ao mesmo tempo em que desencadeando um processo estratégico com investimentos e interesse voltados para as iniciativas privadas e governamentais das áreas favorecidas pelas obras de mobilidade, promovendo a vulnerabilidade e a espoliação socioespacial.

Objetivos

Com isto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos socioambientais nas localidades no entorno da Arena Pernambuco frente às intervenções urbanas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

E os objetivos específicos são:

- Identificar o papel dos agentes responsáveis pelo processo de produção do espaço da Arena de Pernambuco e seu entorno?
- Analisar as transformações socioespaciais no entorno da Arena de Pernambuco, e as ações do poder público e a concepção de planejamento urbano, adotada;
- Discutir sobre os impactos decorrentes das ações empreendidas com vista à viabilização desses megaprojetos imobiliários; e,
- Identificar as formas de resistência por parte das populações diretamente impactadas pelas transformações espaciais que geraram conflitos frente a processos de espoliação imposta para a implantação da Arena de Pernambuco.

Metodologia

Em conformidade com os objetivos de estudo, foram realizadas visitas 20 ao bairro Santa Mônica e aos Loteamentos Cosme Damião e São Francisco, para verificar as mudanças ocorridas no espaço urbano, sendo necessário um levantamento bibliográfico sobre planejamento e gestão urbana, importante para entender o contexto dos megaeventos esportivos na dinâmica urbana, buscado compreenderem, as novas estratégias de reconfiguração econômica e espacial tendo como referências outras experiências deste gênero e já teorizadas por diversos autores.

A pesquisa de campo com entrevistas foi uma das primeiras etapas da pesquisa, que permitiu explorar mais as realidades de cada localidade em questão, que serviram de base para a construção do contexto do planejamento, intervenção e regulação do território. Corresponde, portanto, aos documentos oficiais, tais como planos diretores municipais, diagnóstico urbano desenvolvido

através das prefeituras, planos e estudos desenvolvidos por agências do Governo do Estado e ainda os documentos relacionados à implantação da “Cidade da Copa”, tais como EIA/RIMA. Também foram utilizados planos e projetos, a fim de identificar os investimentos e os impactos na área estudada, identificar os agentes transformadores do espaço urbano dos arredores da Arena Pernambuco e a sua consequência na atuação deste indicativo de mudança com a maior eficácia e eficiência por meio de pesquisa qualitativa nas áreas: sociais, econômicas e ambientais. Além, do desenvolvimento sustentável e ações públicas.

Assim, a metodologia aplicada nesta pesquisa busca entender quais os impactos socioeconômicos mediante a dinâmica da produção do espaço urbano nas localidades, diante da realidade das violações de direitos humanos cometidos e justificados em função do megaevento esportivo e da compreensão do papel do Estado, onde definimos três aspectos comuns ao tema: as transformações no espaço urbano, o diagnóstico socioambiental dos territórios, além de uma análise de outras cidades como Fortaleza, Natal, Cuiabá e Rio de Janeiro que passaram pelos mesmos processos. Por fim, a identificação do encadeamento de espoliação nas comunidades, pós-Copa do Mundo.

A partir do objetivo central, a produção desta pesquisa está estruturada em três partes, onde as duas primeiras retratam a realidade dos últimos anos no país, principalmente, na última década até o ano de 2010 com as ações em função da Copa do Mundo 2014 no Brasil, e especialmente na Região Metropolitana do Recife.

No capítulo 01, apresentam-se os conceitos de espaço urbano em relação à dinâmica da produção do espaço nas cidades-sede na lógica da infraestruturação para a realização do megaevento, mediante a nova raridade no processo referente à materialidade do espaço urbano, o “planejamento estratégico” e as redefinições gestadas pelas transformações das novas práticas socioespaciais, configuradas na materialização da cidade em mercadoria. Além disso, é abordado o conceito de vulnerabilidade social e espoliação urbana, como consequência da produção desigual da construção do espaço urbano, definindo-se como um movimento dialético das condições de produção e reprodução das relações sociais, onde o ato de produzir a vida torna-se o ato da produção do espaço

No segundo capítulo, realiza-se o recorte da Copa Mundo de 2014 com o processo de configuração espacial, sobretudo com as obras de requalificação, que exigiu uma nova centralidade nas cidades, requerendo inovações e flexibilidades na capacidade da cidade em promover diferentes condições de serviços, infraestruturais no contrafluxo do discurso do planejamento urbano que inclui estratégias e dinâmicas espaciais que procuram alcançar determinados resultados e efeitos, configurando como instrumento estratégico de reprodução do capital através da valorização da rede urbana.

Por fim, o terceiro capítulo mostra a realidade social da população das localidades como Santa Mônica e o Loteamento São Francisco, em Camaragibe, e o Loteamento Cosme e Damião, em Recife, que apresentam impactos diretos e indiretos referentes às transformações na relacionadas à Copa do Mundo de 2014.

Para realizar tal pesquisa tomou-se como base os estudos realizados pelos professores Dr. Lúcio Kowarick e Dra. Ana Fani Alessandri Carlos. Porta-se da idéia que a Copa do Mundo de 2014 no Brasil chega com a necessidade de importar processos de transformações da economia e do espaço urbano. Este espaço torna-se criação de novas contradições, onde localidades antes não valorizadas passam a ser algo de interesse comum entre a sociedade, Estado e a iniciativa privada, criando novas raridades.

Assim, segundo Carlos novas raridades:

Fenômeno da raridade se concretiza pela articulação de três elementos indissociáveis: a existência da propriedade privada do solo urbano, a centralidade da área, e o grau de ocupação (índice de construção) da área no conjunto do espaço, tendo a participação do poder (político, econômico e social). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, responsável pela organização das relações sociais por meio da reprodução do espaço. (CARLOS, 2002, p.178),

No que se refere à materialidade do espaço urbano, a partir do planejamento estratégico se configura a transformação da cidade em mercadoria. As mudanças e redefinições do espaço urbano são gestadas pelas transformações das novas práticas socioespaciais, impondo um novo paradigma, e da competitividade urbana. Sendo assim, são explorados pela iniciativa privada e o próprio governo local, a partir de planejamentos estratégicos, planos para estruturar e atrair investimentos em infraestrutura tornando o espaço atraente para a chegada de novas empresas e investimentos.

Esta reestruturação do espaço urbano prioriza principalmente a competitividade nos setores de comércio e serviços, tornando a cidade ou o loteamento um centro urbano de interesse público e privado. E neste assunto vêm os investimentos imobiliários como uma das maiores materializações da reprodução do capital em relação à reprodução social, onde os investimentos em terrenos antes não ocupados ou abandonados por fábrica se transformarão em áreas atrativas até para a formação de grandes centros esportivos. As possíveis construções aos redores destes centros poderão proporcionar o alto retorno do capital, atraindo investimento para favorecer o mercado especulativo.

Segundo Vainer (2009. p. 80), toda esta lógica articula-se por meio de estratégias que se tornam na atualidade uma tendência mundial:

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestrutura e de serviços (comunicação, serviços econômicos, oferta cultural, segurança e etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes de seus profissionais etc. (VAINER, 2009, p.80).

É sobre esta realidade que os bairros, especificamente na sua proximidade com o estádio Arena Pernambuco tornaram-se uma zona de interesse do capital, recebendo investimentos públicos na produção deste espaço, através de obras de mobilidade promovidas pelo governo do Estado de Pernambuco. Nesse contexto, com a importância estratégica do espaço para reprodução do capital em uma economia globalizada, o espaço ganha materialidade, inicialmente, por intermédio da morfologia urbana.

Seguindo a linha de raciocínio, Albuquerque (2009) afirma que o espaço está imbuído de diversas representações criadas como estratégia capitalista e reproduzida pela sociedade. É produto do trabalho humano se transformando em mercadoria. Para Marx (apud Albuquerque 2009, p. 29), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas”.

Nessa discussão, em nenhum momento o processo de reprodução nega a propriedade privada, mas com o uso do discurso da necessidade social (em nome do desenvolvimento, do benefício a toda a sociedade) e o apoio e intervenção estatal, redistribui - se a propriedade privada, reagrupando-a sob o controle de novos proprietários. Esse processo de intervenção e transformação espacial não

ocorre sem resistências/conflitos e mudança do próprio entendimento/consciência espacial dos moradores.

Em muitas cidades brasileiras, os poderes públicos diminuíram sua tarefa de fazer cidades, deixando esse papel ao capital privado, reservando ao livre jogo do mercado a ocupação do solo urbano. Em uma sociedade marcada por extrema desigualdade, a maioria da população vê-se alijada do mercado formal de habitação, do que resultam extremas periferias desequipadas como cinturão de abordagem dos mais pobres às regiões metropolitanas, além de porções centrais deterioradas e a auto segregação das elites. Tudo isso se visualiza em uma certa topografia social da desigualdade. Enquanto os “espaços da pobreza” são deixados ao livre jogo do mercado, ao contrário, nos empreendimentos centrais, nos pontos turísticos ou nos bairros produzidos para sede de bancos ou multinacionais, nos edifícios de luxo, verifica-se o rosto do grande capital – a nova face da globalização. As pressões imobiliárias crescem em ritmo exponencial e o poder local não consegue resistir- lhes, a não ser que se cultivassem uma consciência e políticas públicas que lhes fizessem frente por serem imbuídas dos valores que a entidade territorial e a memória representam. (VÉRAS, 2003, p. 80).

As inúmeras transformações e a dinâmica que ocorre na sociedade contemporânea permitem entender o processo desenvolvido para o planejamento e gestão na lógica das questões ambientais. Esta dinâmica é constituída através das atividades configuradas pelas relações, entre elas ambientes comerciais complexos, onde também se constroem “novas e velhas questões”, pautadas na extração do lucro e ao mesmo tempo, da produção do espaço, e da permanência da desigualdade social. Neste sentido, a cidade é vista como um aparelho, apreendida como objeto de estudo em que as mudanças são vertiginosas. Quanto à gestão do capital, voltados ao consumo, verificam-se a exploração desenfreada do meio ambiente trazendo inúmeras consequências, como exemplo, os limites de recursos naturais. Sendo assim, este discurso ambiental deve ser abordado em nível governamental, através do planejamento, pautado na gestão ambiental, como um instrumento inserido no conjunto de ideias políticas. Fortalecendo esta bandeira do planejamento, poderá produzir soluções para evitar possíveis conflitos, que possam ocorrer pela necessidade de produzir novas tecnologias e metas de conservação ambiental.

Porém, a cidade capitalista dificulta o processo de planejamento, principalmente quando se relaciona ao contexto econômico. O planejamento ambiental tem como papel importante orientar os instrumentos metodológicos, administrativos, legislativos e de gestão para o desenvolvimento de atividades num determinado espaço e tempo, incentivando a participação institucional e dos cidadãos, induzindo as relações mais estreitas entre sociedade e autoridades

locais e regionais.

O desenvolvimento está completamente unido a produção do capital e consecutivamente ligado a produção do espaço, que acabou deixando de ser um acidente da matéria, para se tornar um resultado direto da produção material. Diante disso, Smith (1988), aponta que a transformação para uma relação de valor de troca é, no entanto, obtida na prática pelo capitalismo e a produção capitalista é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular, o “lucro”, e é nesta busca que o capital corre o mundo inteiro, ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se acaba determinando o destino da natureza. (SILVA et al, 2012, p.2012).

Contudo, mesmo nessas condições de desenvolvimento humano sobre a natureza, as desigualdades sociais ainda crescem, principalmente quando se analisam questões básicas como saneamento, água e esgoto que impactam diretamente o ambiente. Esta relação é marcada na contemporaneidade pelas revoluções contínuas da evolução tecnológica. Esta relação é perceptiva quando cresce o consumismo humano, resultando *a priori* no desenvolvimento da crítica no sentimento de vulnerabilidade, frente aos fenômenos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

Com o recorte singular sobre a globalização, podemos apresentar as faces do mundo que estariam agrupadas nos fatores que nos fazem compreender os acontecimentos atuais, que focam as atenções da sociedade capitalista, com as crises econômicas, às divisões da sociedade, à fragmentação dos territórios, às revoltas populares, entre outros pontos. Retrata-se como consequência a desigualdade evidente atualmente, em detrimento da apropriação de bens comuns, dominado por uma minoria, dominação que promove as barreiras físicas e simbólicas postas pelo capitalismo como efeito da globalização.

Para Milton Santos, a divisão do trabalho constitui o motor da vida social e da diferenciação espacial. Com isso, ele diz que a diversificação da natureza é o processo pelo qual se constituem entidades a que chama de elementos naturais, produtos cujas características derivam a cada movimento do respectivo modo de diversificação, em um processo de criação constante de produção do trabalho que preside e corresponde, ao tempo que sobre a natureza se estendem as mudanças dos objetos, resultando das diversas relações com eventos diversos, tornando o processo de interação, em um mesmo movimento, que cria e recria o espaço e tempo, criando padrões específicos, que a define, analisando através da sua existência e dos eventos. (SANTOS, 2006, p. 86).

Para Santos (2006, p. 86), diversificação da natureza é o processo e resultado da divisão internacional do trabalho, processo que resulta na divisão territorial do trabalho, onde a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo. Nesse sentido, a divisão de trabalho pode ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Entende-se por recursos toda possibilidade material ou não material, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas e instituições). Recursos são coisas naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição dos recursos que os seres humanos realizam as mudanças em seu entorno.

Para Lefebvre (2004, p. 34), as modificações da paisagem em função da ação humana permitiram o que podemos chamar de segunda natureza, formada de pedra e metal, erguida sobre a natureza inicial chamada de segunda naturalidade. Neste sentido, chamará de campo cego a ausência de conhecimento da educação da perspectiva do conceber os recursos múltiplos dos espaços complexos, onde o urbano se reduz ao industrial. Segundo Lefebvre:

Não sabem construir uma paisagem, compondo e prepondo uma ideia da feiúra e da beleza especificamente urbanas. (A realidade urbana, antes de nascer e de se afirmar, se vê reduzida, de um lado, pelo rural (os subúrbios compostos por casas ajardinadas, os espaços ditos verdes) e, as vizinhas, as relações, os trajetos monótonos e obrigatórios), cotidianamente submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. Trata-se de uma redução, ao mesmo tempo social e mental, de um lado à trivialidade e, de outro, à especialidade. (LEFEBVRE, 2004, p. 38)

Por fim, cabe analisar a situação presente e tirar lições preciosas para futuro das relações entre a sociedade e a natureza com o capitalismo moderno? E quais os desafios ambientais contemporâneos? Pois como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Nossos objetivos ambientais, econômicos, políticos e sociais estão interligados, para formalização de soluções excludentes. Para cumprir esta promessa deveremos adotar medidas e promover valores, diante de um momento crítico da história da terra e do crescimento sem precedentes da população humana que tem sobrecarregado os sistemas ecológicos e sociais. Portanto, neste estudo, busca-se identificar as expectativas da população sobre o real legado com megaevento esportivo, sejam elas econômicas sociais e urbanas, mediante a dinâmica da produção do espaço, em uma perspectiva interdisciplinar, com o processo de

transformações existentes nos territórios de estudo, após a Copa do Mundo de 2014, nos arredores da Arena de Pernambuco. Porém, os moradores das áreas do entorno da Arena de Pernambuco continuaram desassistidos, até mesmo da infraestrutura de saneamento básico e/ou foram expulsos de sua habitação para construção de vias de acesso ao estádio. Neste cenário, questiona-se, o que podemos entender como positivo ou negativo diante de um alto investimento para obras de infraestrutura, oriundas do setor público em diversos âmbitos?

Assim, a Cidade é discutida aqui como território de produção de desigualdades socioespaciais, tornando-se apenas, um resultado da produção de um novo processo de reestruturação. Em acentuar a desigualdade, a consequência é a violação dos direitos humanos, claramente em uma ótica neoliberalista, busca-se apenas consolidar uma nova imagem da cidade, aquela protagonizada em uma governança empreendedora, voltada para os interesses privados, criando-se uma nova dinâmica urbana.

2 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: O RE-ARRANJO DA GEOGRAFIA DAS CIDADES

2.1 A produção do espaço urbano e a articulação de escalas

Na atualidade, a velocidade dos acontecimentos e a intensidade dos processos de produção ganham uma nova dimensão ao se realizarem como fenômenos globais e tecnológicos. Este processo é realizado através das relações sociais, tornando o espaço, cada vez mais globalizado. Sendo assim, pode-se identificar por meio das relações sociais, o surgimento de novas ideias para a modificação desse espaço. Com isso, toda troca ou cada relação é realizada em um espaço e tempo determinados e só é reconhecida nestes termos. Portanto, todo debate sobre o bairro, cidade e favela está contido dentro de relações socioespaciais tanto no espaço-tempo da vida cotidiana, quanto em uma relação escalar articulada entre o local e o global.

Para Santos (2012, p.30), o espaço é uma realidade racional que consiste em relações conjuntas, resultado de uma interação entre a natureza bruta e a sociedade, mediada pelo trabalho. Em virtude das profundas transformações ocorridas no período de globalização que estabeleceram novas dinâmicas, o autor define o espaço como um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade e movimenta um papel na realização social. Para Santos:

A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico, carregando-o de novo significado. Na evolução da sociedade, cada um de seus componentes tem um papel diferente no movimento da totalidade, e o papel de cada uma é diferente a cada momento. O espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a Natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva. Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial. Dada a crescente internacionalização do capital e a ascensão das firmas transnacionais, observar-se-á uma tendência à fixação mundial e não mais nacional dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucros graças à mobilidade internacional do capital e ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante. (SANTOS, 2012, p. 32)

Para Albuquerque (2009 p. 25), a utilização do conceito de espaço como produto social é um pressuposto para a compreensão da produção do espaço sob o modo capitalista de produção. O espaço é reproduzido como condição e produto da reprodução do capital e ao mesmo tempo como instrumento político vinculado ao Estado. O espaço passa a ter um valor econômico e político no processo de reprodução do capital. Nesse sentido, o movimento de transformação do espaço em mercadoria, em produtos para o mercado, situa-se na esfera estrutural capitalista atual.

No que se refere à materialidade do espaço urbano, o “planejamento estratégico” se configura na transformação da cidade em mercadoria. As mudanças e redefinições do espaço urbano são gestadas pelas transformações das novas práticas socioespaciais, impondo o paradigma da competitividade urbana. Sendo assim, os espaços das cidades são explorados pela iniciativa privada em articulação com o Estado, utilizando instrumentos técnicos tais quais os “planejamentos estratégicos”, a fim de estruturar e atrair investimentos em infraestrutura, tornando o espaço “atraente” para a chegada de novas empresas e investimentos, em detrimento da necessidade dos cidadãos, principalmente dos mais marginalizados.

Segundo Sassen (2010, p. 86), a questão sociológica específica para que se organize a análise desse tipo de questão é se estamos realmente assistindo novas formas socioespaciais entre velhas condições sociais.

Afinal o poder, a mobilidade do capital, a desvantagem política e econômica, a falta de moradia, as gangues - todos já existiam muito antes da globalização. Porém, será que os tipos de poder, mobilidade, desigualdade, falta de moradia, classes profissionais e lares, gangues e políticos que vimos emergir na década de 1980 são suficientemente diferentes daqueles do passado, a ponto de serem novas formas sociais, mesmo que, em um sentido geral, pareçam iguais ao que sempre foram? Meu argumento é que muitos, de fato, são formas sociais novas, pois advêm da especificidade da fase atual. Assim, os detalhes empíricos dessas formas sociais também são uma janela para apreender as características da atual fase da globalização. (SASSEN, 2010, p. 86-87).

Para Carlos (2011), a construção do espaço urbano se define como um movimento dialético das condições de produção/reprodução das relações sociais, onde o ato de produzir a vida torna-se o ato da produção do espaço. Assim, o espaço é criado dentro da identidade de um povo, isto é, a partir da construção das relações através da memória desse povo, que marca o seu passado projetando no futuro a sua modernidade modificada no tempo, na qual, as

transformações da sociedade é consequência das necessidades cotidianas. Da mesma forma a construção da sociedade ao longo do processo histórico como constitutivo da humanidade do homem. No entanto, nenhuma relação social se realiza fora do espaço e do tempo. Portanto, é neste cenário em que o espaço se configura como resultado da produção social, o fundamento na construção/constituição da sociedade ao longo do processo histórico humano.

A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, as reproduções de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante- lugar. (CARLOS, 2011, p.41.)

Para Lefebvre (2001), é a partir da reprodução das relações sociais de produção que se pode observar a problemática espacial. Segundo Carlos (2011), Lefebvre afirma que a produção do espaço se desenvolve na utilização do próprio espaço e que as relações sociais ocorrem em um lugar determinado, sem a qual se concretizariam. A noção de reprodução torna possível apreender o momento a partir do qual o espaço passa a ser fundamental para esclarecer o modo de produção, num determinado momento da história. Sendo assim, segundo a autora:

Lefebvre afirmava que a constituição da mundialidade do espaço refere-se em primeiro lugar à implosão da cidade histórica que acompanha dialeticamente a urbanização do espaço inteiro (pois a contradição do capitalismo gera espaços em vias de explosão, bem como fronteiras nacionais que irrompem em direção a realidades supranacionais) e, em segundo lugar, refere-se à ação do Estado que é global e estratégico, e que em seu processo de constituição liga-se ao espaço produzido por mediação morfológica espacial. (CARLOS, 2011, p. 35)

Neste sentido, para Carlos (2011, p.31), Lefebvre afirma que a ação estratégica do Estado é que produz um espaço apropriado a partir de sua utilização no plano vivido. Com isso, realiza-se no espaço concreto sob o comando do Estado, a dominação do saber, o conhecimento das relações sociais, as instituições e a produção social, pois é através desta dominação que é realizada a ação política nas relações sociais. Consequentemente, a partir deste contexto que serão analisadas as formas de produção do Estado para os grandes eventos mundiais que se realizam no âmbito local das cidades, gerando grandes transformações na estrutura destes locais, gerando diversos impactos

socioambientais.

Gomes et al (2015) disserta que a produção espacial é o movimento que ocorre em todos os espaços, em diversas escalas, desde os grandes recortes geopolíticos e compartimentação continental, até o nível da menor unidade territorial, independente e articulado.

Considerando a amplitude espacial e a impossibilidade concreta de especializar empiricamente abrindo todas as nuances desse movimento elegem-se recortes espaciais como campo de estudo e investigação. Advém do aprimoramento desse empenho em seccionar o espaço o conjunto de referências arbitrárias desenvolvidas sob a forma de compartimentação e regionalizações em distintas escalas ou microcosmos econômicos e políticos. (GOMES, et al, 2015, p.19).

Porém, para Gomes (2008), a utilização do espaço como categoria de análise pode ser compreendida como uma ferramenta interpretativa da realidade social produzida, que ainda não conseguiu o equilíbrio dos enfoques entre a materialidade tangível e as ações cheias de intencionalidade dos sujeitos e grupos sociais que os confeccionam.

Na dificuldade do apoio de um método que abranja a diversidade dessa realidade do espaço enquanto conteúdo, forma e processo, há o recurso de busca de caminhos que privilegiam o enfoque na vertente segmentada e expressiva dos objetos na dinâmica de embates e conflitos. (GOMES, 2008 p.184)

2.1.2 A produção do espaço pelos agentes hegemônicos

Para compreender a dinâmica da produção socioespacial e a forma como os agentes sociais se relacionam, é essencial para desenhar o arranjo de uma sociedade o entendimento do produto das relações sociais e quais são seus impactos no desenvolvimento socioeconômico de uma localidade.

Na contribuição de Albuquerque (2009), afirma-se que o Estado muitas vezes aparece como um dos principais locutores do processo de produção do espaço, determinando onde pode e não pode ser construído, restringindo áreas que podem ser irregulares ou de seu próprio interesse. Além de tudo, o Estado possui o mecanismo do poder estratégico, se utilizando deste instrumento para influenciar em uma área de expansão urbana. Nestes meios, a terra torna-se um produto a ser comercializado, fazendo parte do processo de reprodução social, tendo o seu valor de uso e de troca. O espaço passa a ser consumido como uma mercadoria, interferindo nas diferentes formas de uso por parte da sociedade, pois define e delimita os usos, determinando as ações, consequência da produção desigual. O Estado e os empreendedores urbanos, na maioria das vezes

trabalham juntos, mas em alguns casos o Estado é o próprio empreendedor:

Em função destas estruturas do espaço por parte do Estado, observa-se o surgimento dos especuladores fundiários, que tentam se antecipar em relação aos lugares que são foco de práticas de intervenção, como momento de reprodução do espaço urbano. A implantação de infraestruturas nas proximidades de uma área ainda não ocupada pode ser responsável por um processo de especulação fundiária em função do valor que será agregado a estas terras normalmente os investimentos em infraestruturas são realizados pelo Estado, principalmente em futuras áreas de expansão urbana, e com isso valoriza esses terrenos, permitindo a obtenção de maior lucro nas vendas destes, em função dos investimentos realizados na área. (ALBUQUERQUE, 2009, p.33).

Ainda segundo Albuquerque (2009), o Estado tem o papel de regular, intermediar e promover a orientação dos instrumentos operacionais da gestão política, normatizando o espaço, favorecendo assim os objetivos dos empreendedores. O planejamento urbano se configura como instrumento estratégico de reprodução do capital através da valorização da terra urbana, pois possui a capacidade de tornar esta terra mais atrativa para os empreendedores agirem, produzindo imóveis mais valorizados, dando continuidade à especulação (ALBUQUERQUE, 2011).

Uma das principais estratégias utilizadas pelo Estado para promover uma determinada área é a elaboração de planos de estruturação urbana. Planos como o Plano Diretor, por exemplo, foram criados com o discurso de detectar os problemas da cidade, relacioná-los, desenvolver e executar projetos para a melhoria do espaço urbano e da sociedade. No entanto, esses planos passam de instrumentos operacionais de gestão, para instrumentos políticos e estratégicos do Estado, com a orientação dos investimentos públicos, e normatização dos espaços, favorecendo assim os objetivos dos empreendedores. (ALBUQUERQUE, 2011, p.06).

Como afirmativa disso, Gomes et al (2013) descreve que os planos diretores são instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão urbana, visto que são apresentados sob a égide de uma inalcançável totalidade. A Constituição delega aos municípios a obrigação de definir a função social da propriedade e ainda a delimitação e fiscalização das áreas subutilizadas. Porém, os planos são elaborados para longos períodos que extrapolam intervalos de gestões municipais, são ultrapassados rapidamente por intervenções que se materializam pontualmente, por pedaços ou fragmentos dos espaços municipais com conteúdos e processos que, sequer estavam anunciados no conjunto do plano diretor e ou planos e intervenções derivados e tampouco passam pelos contornos da participação pública em seu processo de elaboração, para que se consolidem como um dos principais mecanismos para a implementação do

desenvolvimento urbano.

No entendimento de Corrêa (1999), a complexidade das ações dos agentes sociais inclui várias práticas cotidianas dentro espaço urbano que levam ao constante processo de transformação deste espaço, essas transformações se dão no âmbito da infraestrutura, do uso do solo, como também nas relações sociais.

Portanto, a produção do espaço urbano é compreendida como toda a ação do planejamento político, econômico e das relações de dominação dialeticamente com as práticas cotidianas da população local. Também compreende a produção urbana, como produto das condições humanas que no momento atual constituem os investimentos do capital, como a produção imobiliária, além da estruturação e instalação (rede de esgoto, eletricidade, abastecimento d água, telefonia, internet, etc.). Todas as condições sociais que representam serviços, resultando nas lutas sociais, dentro do espaço urbano.

O espaço urbano é compreendido como um produto da ação de agentes sociais concretos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflito entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. Assim, necessidades são criadas e estes agentes promovem a materialização dos processos sociais na forma de um ambiente construído como um espaço intraurbano. Contudo, os processos sociais e os agentes sociais, além de inseparáveis, são elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Para Corrêa (2011), os agentes sociais considerados são, entre outros, os proprietários de meio de produção, os proprietários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. É a partir de suas ações que o espaço é produzido e impregnado de materialidades, a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização do espaço, e considera este espaço como fragmentado e articulado, buscando sempre a renovação urbana, vislumbrando sua especulação no amplo sentido do seu uso:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação dos agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e

espacialidade de cada formação socioespacial capitalista (CORRÊA, et al 2011,p.43)

Dentro do processo capitalista e suas formas de produção, uma das invariantes a respeito da organização do espaço urbano, inserido neste contexto é a intervenção do Estado no papel de agente social. E, é a partir deste papel que o Estado assume o caráter de regulador das relações políticas dentro da sociedade. Atuando assim, não como um representante direto da sociedade como um todo, mas muitas vezes direcionando investimentos, parcerias, tendo a função de promover os interesses econômicos dos capitalistas que estão interessados em transformar o espaço das cidades em mercadorias para a obtenção do lucro.

Desta forma, o Estado interfere na divisão econômica do espaço social e na divisão social do espaço da cidade. Atualmente, o papel do Estado na lógica neoliberalista tem permitido uma reflexão sobre os impactos e as consequências da globalização, da política neoliberalista na esfera social e econômica no Brasil. Contudo, o contexto brasileiro é marcado pela abertura política, na conjuntura de modo paradoxal, com a ausência de mecanismos voltados para o processo do desenvolvimento social.

As transformações econômicas que atingem o mundo através da globalização incidem principalmente em países periféricos como o Brasil. O mundo vem se tornando um grande mercado, pautado em critérios de lucros, cenário complexo quando os efeitos das desigualdades de uma política e de uma economia flutuante são orquestrados por uma minoria. Consequentemente, as transformações apontam a inviabilidade de compreender o livre mercado mediante a escassez de planejamentos no olhar social. Algumas das questões que aparecem em decorrência disso são a exclusão social, o desemprego e o aumento da miséria.

Porém, o papel do Estado, neste contexto, tem sido o de promover o estabelecimento de metas e estratégias estruturadoras provenientes dos capitalistas, a fim de tornar a cidade uma “mercadoria mais que perfeita” para o investimento dos chamados empreendedores.

O que se observa é a efetividade do Estado na produção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse para o capital e das classes dominantes, em detrimento de benefícios que são negados às demais classes da sociedade. A intervenção do Estado tem sido mínima no que tange melhorias que garantam a

qualidade de vida e minimize as desigualdades sociais, vivenciadas por várias comunidades segregadas neste processo.

2.2 Contradições na produção dos espaços metropolitanos brasileiros

A produção do espaço pressupõe a existência da propriedade, de como este processo é orientado e definido, bem como as relações de trabalho vão se desenvolvendo. Este movimento direciona a reprodução continuada do espaço. As transformações no processo de reprodução da sociedade se realizam concretamente no processo de reprodução espacial gerando novas contradições.

Assim, a propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder, diferenciando grupos de classes, decorrente da lógica da reprodução do capital, delimitando o lugar e a distribuição das riquezas. Neste contexto, entende-se que o Estado muitas vezes, contrapõe-se aos interesses sociais, principalmente referentes às necessidades básicas de moradia e saúde, em nome do processo de produção capitalista do espaço, articulando-se com o setor privado, orientado por suas estratégias e pelo valor de troca, transformando o espaço em mercadoria, em diversas escalas. Quando o espaço da cidade é transformado em mercadoria, novas ações econômicas são incorporadas na produção da cidade, redefinindo os espaços, reorientando os usos, aumentando as desigualdades e gerando conflito de classes.

Nessa direção, pode-se questionar o papel da intervenção do Estado, na realização do planejamento da cidade, e também da sociedade civil, para não nascer das pranchetas, intervenções que configure interesse, apenas para uma minoria. Assim, a própria população residente em um determinado espaço urbano, tenha o direito da participação popular, respeitando o “Ethos do povo”.

Deste modo, o espaço capitalista produzido é fruto das ações humanas, e no modo atual esse processo se realiza sob a égide da norma e da regularização. Todo o espaço é produzido pela força do trabalho do homem e o capital é regido por agentes produtores do espaço. No entanto, os agentes produtores do espaço estão inter-relacionados, vistos que grandes detentores do capital precisam da força do trabalho, enquanto que os que têm a força de trabalho não possuem o capital, no caso, os meios de produção. Portanto as forças do capital não produzem um espaço homogêneo, determinando a produção diferenciada do espaço, em função da diferenciação desta produção no âmbito espacial e social do trabalho. (ALBUQUERQUE, 2009, p.26)

Como processo de globalização, o espaço é produzido a partir da reprodução do ciclo do capital, onde a dinâmica da economia, atualmente baseada no setor terciário moderno (serviços, comércio, setor financeiro), requer estratégias de renovações urbanas com o objetivo de atenuar as contradições que impedem a reprodução do espaço. Nesse sentido, questionam-se as contradições geradas no processo (como, por exemplo, a necessidade de uma renovação urbana em detrimento de outra melhoria na cidade, como escola ou equipamentos de saúde).

A contribuição de Santos et al, 2011 é importante no que tange à segregação socioespacial, como consequência dos conflitos de interesses da reprodução do capital, que remete ao espaço de contradições entre grupos sociais distintos ocupando o mesmo lugar na cidade. O espaço urbano apresenta-se como objeto indelével do processo de acumulação capitalista. O solo urbano, cada vez mais, transforma-se em mercadoria.

O movimento segregador acontece de forma acelerada no Brasil por conta da mercantilização do solo urbano. Os incorporadores imobiliários, financiados pelo Estado e partícipes do movimento do capital financeiro global, possuem um papel decisivo na consolidação da segregação socioespacial. Os incorporadores modificam a dinâmica urbana expulsando camadas populares ao selecionarem áreas para a construção de condomínios residenciais, edifícios comerciais, shopping centers, galerias, entre outros, com a finalidade precípua de acumular capital. Pelo exposto, é legítimo afirmar que o processo de segregação socioespacial caracteriza as cidades no Brasil, já que possui como fundamento a lógica de reprodução e acumulação do capital na esfera urbana que espolia os pobres. Este processo acontece concomitantemente à disseminação da ideologia do “morar bem” propalado pelas construtoras, através da publicidade dominante que “vende sonhos”, o que acaba por valorizar e expandir outro mercado, o de móveis e o design de interiores, por exemplo. (SANTOS, TAVARES, 2011, p.11-12)

Nesta lógica, destacam-se as especificidades e desdobramentos do processo de construção e difusão da agenda de reforma urbana, argumentada por elementos de renovação, vinculados a dinâmicas societárias da renovação urbana e possíveis transformações através do processo de mercantilização do espaço. Ao lado disso, têm sido inevitáveis os processos de exclusão e segregação espacial, principalmente em espaços metropolitanos, bem como, a ausência ou escassez de possibilidades de participação cidadã e de influência dos diversos grupos nos processos decisórios, enquanto condições da reprodução do capital, em um determinado momento do processo de urbanização, são as causadoras da segregação, e além de tudo, todo este processo é mediado pelo Estado:

Através de mecanismos de gestão, o Estado interfere na reprodução

espacial, não apenas redefinindo usos e função do espaço, mas alterando, substancialmente, a prática espaço-temporal. O processo de reprodução do espaço urbano na metrópole vai se realizando aprofundando as contradições pela extensão do valor de troca; do ponto de vista da reprodução econômica o estado vai interferir no sentido de manter as condições para sua realização ao mesmo tempo em que impõe sua dominação no espaço. Esse processo produz a implosão dos bairros envolvidos no processo de renovação urbana. Convém sublinhar que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe, referem-se a grupos sociais diferenciados, com objetivos desejos e necessidades diferenciadas, o que tornam as estratégias conflitantes; Deste modo a renovação urbana estabelece uma estratégia espacial de dominação em aliança com setores econômicos que de um lado revela a imposição do setor imobiliário como elemento dinâmico da economia tornando patente a mobilização da riqueza fundiária e imobiliária, compreendida como extensão do capitalismo financeiro; e de outro, as transformações recentes da economia capitalista, a entrada do setor da construção civil no circuito industrial moderno, associado ao desenvolvimento maciço da tecnologia em função da imposição dos novos padrões de realização da atividade econômica nas cidades mundiais. (CARLOS, 2002, p.113).

O papel do Estado tem se mostrado como articulador do processo de “desenvolvimento estratégico”, orientando e assegurando a reprodução das relações no espaço, onde o espaço se revela enquanto instrumento político intencionalmente organizado, e manipulado pelo Estado a serviço de interesses particulares dos detentores do capital.

É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação. Nessa perspectiva, o Estado, através de renovações urbanas, reorganiza as relações sociais e de produção. A renovação urbana se inscreve, assim, num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que converge para o aprofundamento da segregação e hierarquização espacial a partir da destruição da morfologia de uma área da metrópole que ameaça/transforma a vida urbana, reorientando usos e funções dos lugares da cidade, expulsando a população para a periferia ou, para quem pode pagar, para bairros próximos ao centro. (CARLOS 2002, p.112)

Portanto, o espaço das metrópoles brasileiras, diante da lógica global de produção do espaço, tem se apresentado como local “adequado” para as estratégias capitalistas contemporâneas de produção dos espaços das cidades como mercadorias, desenvolvimento de modalidades do processo de acumulação e produzindo novas configurações na materialização do espaço. Contudo, frente à desigualdade produzida, conflitos são evidenciados e movimentos de resistências surgem.

2.2.1 As escalas dos megaeventos no Brasil

A realização de megaeventos esportivos tem sido uma grande estratégia dos investidores internacionais para ampliarem seu capital, investindo em cidades mundo afora, com subsídio do Estado na realização da infraestrutura “adequada” para que esse investimento aconteça. E no Brasil não é diferente, pois entrou neste circuito desde os jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro de 2007, se expandiram para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, e para os Jogos Olímpicos de 2016.

O Brasil viveu um grande desafio entrando no circuito dos grandes eventos internacionais, onde passou a captar recursos públicos e privados para esse fim. Foram parcerias entre organizações governamentais e não governamentais, com o intuito de criar novos equipamentos urbanos com o discurso de dar um suporte adequado na realização desses jogos.

A realização de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014, gerou uma expectativa, para a população em geral, de uma melhora na estrutura das metrópoles que foram sedes deste evento, associada ao desenvolvimento econômico, à regeneração urbana e a impactos sociais positivos, diante da “atração” de capitais e investimentos. Alguns imaginavam que esses investimentos permitiriam gerar novos fluxos turísticos, como também, impulsionar as economias locais e identificar soluções para os entraves sociais e estruturas das cidades que sediaram os megaeventos, através dos processos de transformação urbana. Contudo, como pode-se perceber, estes eventos requerem uma renovação urbana no intuito de mercantilizar os espaços das cidades, tornando-as atrativas para investimento do capital, em detrimento das necessidades dos seus cidadãos.

No entendimento de Vainer, (2016 p.19), com esses megaeventos, constitui-se uma nova trajetória na concepção de cidade e de planejamento urbano, a expressão de uma nova coalizão de poder local, onde o Estado garantiu recursos e financiamentos para consórcios na execução das obras infraestruturais para os megaeventos.

Não parece haver dúvidas de que o que estamos vivendo hoje é o resultado de um processo lento e complexo, porém continuado de uma de constituição de um bloco hegemônico que tinha a oferecer a “cidade crise” desde os anos 70 e, sobretudo, 80, um novo projeto leia-se, um novo destino. (VAINNER, 2016p. 23).

O “possível espetáculo” dá lugar às novas configurações urbanas e seus impactos. E para compreender estes impactos, analisam-se os resultados dos interesses radicados no mundo do capital, destacando o processo de reprodução ampliada do próprio capital sobre uma base expropriadora da terra e dos direitos sociais, que reproduziu em um conjunto de operações e intervenções urbanas em relação aos grandes eventos esportivos, que outrora foram justificados como um processo de competitividade econômica das cidades – negócios. Porém, isso impossibilitou uma recriação na perspectiva democrática igualitária. Neste sentido, observam-se novas bases do capital em relação ao social, na sujeição e subordinação da força do trabalho e o uso da violência, onde o objetivo é responder às exigências de um (Re) arranjo dos espaços nas cidades mediante o crescimento da especulação do capital.

Porém, abordou outra dimensão, consistindo o cenário de desigualdades espaciais e sociais, como fator presente da atual realidade, legitimando a mercantilização do espaço, através do discurso da renovação urbana, que possibilitaria encurtar a precarização social. O que observa desde então é que os impactos dessas transformações acentuam antigos processos de exclusão como desemprego, subemprego e o aumento da violência urbana em contraposição ao discurso de progresso, desenvolvimento, melhor infraestrutura urbana, além soluções de antigos problemas estruturais em geração de benefícios sociais.

O acompanhamento do desenvolvimento urbano espontâneo, isto é, de mercado, exigia flexibilidade: o urbanismo *ad hoc* vai afirmar a primazia do mercado e a oportunidade de negócio como fundamentos essenciais de uma nova cidade e do novo planejamento... Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade deve funcionar como verdadeira empresa e, como tal, deve ser conduzida. Por conseguinte, e coerentemente, há que entregam sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócio: os empresários capitalistas. Ao fim dos inúmeros eventos para a difusão de suas diretrizes, o Banco Mundial deixava clara a nova mensagem “o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais”. (VAINER, 2016 p. 28).

A ausência de uma definição na dinâmica de uma identidade política, pautada no social, permite afirmar a frágil trajetória de uma cultura hegemônica e de cunho neoliberal. Este fato descreve o declínio político do atual cenário brasileiro, pois, o atendimento das necessidades básicas da população é degradado pela priorização do Estado aos investimentos capitalistas, fortalecendo as estratégias do capital, como visto na conjuntura que preparou as cidades,

homogeneizando-as e adaptando-as para os megaeventos esportivos

2.3 Copa do Mundo 2014: do planejamento público-privado aos impactos socioespaciais.

Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, são eventos cada vez mais disputados pelas cidades em todo mundo pra sediá-los, pois têm possibilitado justificar gastos com recursos públicos na referida requalificação do espaço urbano, além de direcionar ao setor privado a especulação, os negócios milionários e o lucro possivelmente garantido pelos investimentos realizados, com um discurso de possibilidade de desenvolvimento para o local que sedia, tanto pela infraestrutura, o chamado “legado”, como por uma ideia de dinâmica econômica através do turismo.

Segundo Mascarenhas (2007), a experiência dos Jogos Pan-Americanos de 2007 como um grande evento, no Rio de Janeiro, implicou maiores investimentos no setor de serviços, com destaque para entretenimento e telecomunicações; e no setor da construção, especificamente no ramo das obras públicas. A maioria das instalações esportivas foi transferida para o domínio da administração privada. Do ponto de vista social, houve a concentração de intervenções urbanas em regiões habitadas pela população de mais baixa renda, o que acarretou diminuição dos espaços de moradia popular, elevação dos preços imobiliários, maior concentração privada em áreas urbanas e aprofundamento da desigualdade social e da concentração de renda.

Para Seixas (2010), no entanto, os eventos são potenciais catalisadores de desenvolvimento em qualquer contexto. Neste sentido é possível perceber que os megaeventos são bastante admirados pela população em geral, estudiosos e maciçamente enfatizado pela mídia, devido aos grandes retornos financeiros que os mesmos proporcionam, advindos de patrocínios esportivos, direitos de transmissão exclusiva do evento, marketing, merchandising, dentre outros.

Em relação aos governos, no entendimento de João Sette et al (2014), a imagem a ser vendida é da competência em ter conseguido atrair um evento globalmente popular, que coloca a cidade ou país-sede como vitrine do mundo. O que ajuda os megaeventos a tornarem o “Rio de Lucro”, são as transformações

realizadas pelo mercado da construção civil, imobiliário e fundiário. A consequência em países como o Brasil, em desenvolvimento, são os indicadores sociais ferozmente gritantes, como as desigualdades sociais e a segregação urbana.

O discurso do legado dos megaeventos é então amplamente difundido. Estabelece-se uma coalizão político-econômica que envolve diversos atores: organismos esportivos internacionais e seus pares nacionais, os governos locais e os órgãos públicos de financiamento, as grandes empreiteiras, elites fundiárias e imobiliárias. Todos se mobilizam para fazer funcionar uma máquina de crescimento. Porém, como é habitual, confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento. E a ilusão tem pernas curtas. A experiência de outros países mostra que os equipamentos construídos para os megaeventos têm uma capacidade muito baixa de integração após a conclusão dos eventos, pois além dos altos custos de manutenção, linhas de transportes se tornam superdimensionadas, a proliferação de empreendimentos imobiliários de alto padrão nas proximidades dos estádios e outras obras emergenciais provocam um duplo processo de expulsão da população mais pobre, seja pela remoção sumária e violenta dos assentamentos, seja pela expulsão natural decorrente da forte valorização imobiliária consequente. A Copa e os Jogos, neste sentido acirram nosso *apartheid urbano*. (SETTE et al 2014,p.12-13).

Ao se candidatarem para ser sede da Copa do Mundo de 2014, 12 cidades brasileiras passaram por intervenções urbanas, com obras de mobilidade e infraestrutura, que reproduziram uma mudança na paisagem e na dinâmica local. Em meados de 2009 as 12 cidades-sede da Copa, que abrigaram jogos da competição, foram escolhidas: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA).

A mobilidade urbana vem sendo um dos principais temas de debate e críticas no processo de intervenção urbana na preparação das cidades-sede, que tinha como objetivo melhoria na acessibilidade nos entornos das arenas da Copa do Mundo de 2014. Segundo o Ministério do Esporte (2010), em um documento divulgado na matriz de responsabilidade¹, os investimentos em infraestrutura para a Copa-2014, no que diz respeito à mobilidade urbana (avenidas, corredores

¹ **A Matriz de Responsabilidades** é um documento que atribui a cada um dos signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) obrigações referentes à execução e planejamento de obras de infraestrutura relacionadas à Copa. São obras nas áreas de mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos. Inicialmente, ficou definido, por meio deste instrumento, que as obras referentes aos estádios e à mobilidade urbana seriam de Responsabilidade dos Estados e Municípios e as obras referentes aos portos e aeroportos serão de responsabilidade da União. O instrumento também é importante fonte de informação dos custos e do andamento das obras. Disponível em: http://www.apo.gov.br/downloads/matriz/201401/livro_matriz_20140128.pdf acessado em 09/12/16

metropolitanos, acessos a aeroportos, urbanização no entorno dos estádios) e reformas e construção de estádios. Segundo esses dados, quase a totalidade dos investimentos (R\$ 10,1 bilhões) seria financiada por órgãos e esferas públicas (Tabela 1). Tal fato aponta para a inexistência de recursos provindos da “iniciativa privada” ou de Parcerias Público-Privada (PPP).

Tabela 01: Investimentos previstos em obras para a Copa-2014 (R\$ milhões).

Fonte de recursos	Obras				Total	Part. (%)
	Infraestrutura Urbana	Part. (%)	Estádio	Part. (%)		
BNDES	1499,0	14,8	3427,6	64,8	4926,6	32,0
Financiamento Caixa	6422,3	63,5	0,0	0,0	6422,3	41,7
Governo Distrital	0,0	0,0	340,0	6,4	340,0	2,2
Governo Estadual	1740,6	17,2	1156,4	21,9	2897,0	18,8
Governo Municipal	452,0	4,5	34,1	0,6	486,1	3,2
Clube Atlético Paranaense	0,0	0,0	113,0	2,1	113,0	0,7
Esporte Clube Internacional	0,0	0,0	130,0	2,5	130,0	0,8
São Paulo Futebol Clube	0,0	0,0	85,0	1,6	85,0	0,6
Total	10113,9	100,0	5286,1	100,0	15400,0	100,0

Fonte: Ministério do Esporte

A reforma ou construção dos estádios para a Copa-2014 seguiu um cronograma de preparação das cidades para as Competições. Dos doze estádios-sede da Copa de 2014, três são de propriedade privada (Complexo Esportivo Curitiba, Morumbi e Beira Rio) e juntos eram previstos cerca de 6,2% do total de investimentos previstos em estádios (R\$ 5,2 bilhões). Conforme a tabela 1, o BNDES foi um dos principais financiadores das obras em estádios, inicialmente previstos, com cerca de R\$ 3,1 bilhões (64,8% do total). Desse total, R\$ 25 milhões foram concedidos sob forma de crédito ao Clube Atlético Paranaense e R\$ 150 milhões inicialmente ao São Paulo Futebol Clube.

Dessa maneira, enquanto as esferas do Governo se destacam no financiamento de infraestrutura urbana, o BNDES fomentou, sobretudo, os investimentos em estádios. Em ambos os casos, os investimentos dependeram das condições regionais específicas, com articulações nas esferas municipais e estaduais de governo, assim como de financiamento ou mecanismos de incentivo/subsídio. (MINISTERIOS DOS ESPORTES, 2010).

O total dos investimentos previstos em obras de infraestrutura urbana e estádios correspondem a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados sedes (Tabela 2). Em relação ao total do PIB municipal, o investimento de R\$ 15,4 bilhões inicialmente representa 1,9% do PIB do conjunto das cidades- sede. Embora o montante de investimentos destinados para as obras na cidade de São Paulo seja proeminente (20,1% dos investimentos), tal montante representa somente 0,9% do PIB da cidade. Por outro lado, os investimentos destinados para a adequação da Copa-2014 em Cuiabá (MT) correspondem 11,3% do seu PIB. (ESPORTES, 2010).

Tabela 02: Investimentos previstos por Cidades-Sede para a Copa-2014

Cidades-Sede	Valor (R\$ milhões)	Part. (%)	% PIB Mun.	% PIB Estadual
Manaus (AM)	1837,80	11,93	5,34	4,37
Fortaleza (CE)	1031,60	6,70	4,22	2,05
Natal (RN)	695,00	4,51	8,66	3,03
Recife (PE)	1168,00	7,58	5,64	1,88
Salvador (BA)	1131,30	7,35	4,23	1,03
Belo Horizonte (MG)	1431,60	9,30	3,75	0,59
Rio de Janeiro (RJ)	1910,00	12,40	1,37	0,64
São Paulo (SP)	3096,50	20,11	0,97	0,34
Curitiba (PR)	603,90	3,92	1,60	0,37
Porto Alegre (RS)	498,60	3,24	1,49	0,28
Cuiabá (MT)	894,70	5,81	11,32	2,10
Brasília (DF)	1101,00	7,15	1,10	1,10
Total	15400,00	100,00	1,95	0,70

Fonte: Ministério do Esporte (2010) e IBGE (PIB de 2007).

Segundo Domingues (2010, p.4), os investimentos previstos permitiram projetar alguns dos impactos da Copa-2014 sobre a economia brasileira e para os Estados-sede. As informações possibilitam também simular os impactos distinguindo as diferentes fontes de financiamento dos recursos. É nesse ponto que este trabalho irá focar sua atenção, pois as hipóteses de financiamento dos recursos têm papel importante no impacto econômico que se projeta para os investimentos da Copa-2014:

Tabela 03: Investimentos previstos nas cidades-sede para Copa-2014.

Cidade	Projeto	Valor (R\$ milhões)	Part. (%) no Estado	Part. (%) no Brasil	Previsão	
					Início	Fim
Manaus	Monotrilho Norte; Eixo Leste Centro	1143,1	62,2	7,4	mar/10	dez/13
Manaus	Demais obras de infraestrutura urbana	194,7	10,6	1,3	dez/11	mar/14
Manaus	Reconstrução do Estádio Vivaldão	500,0	27,2	3,2	mar/10	dez/12
Salvador	Corredor Estruturante: Aeroporto/Acesso Norte	541,8	47,9	3,5	ago/10	ago/12
Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	589,5	52,1	3,8	mar/10	dez/12
Fortaleza	VLT: Parangaba / Mucunipe	170,0	16,5	1,1	jan/11	jun/13
Fortaleza	Demais obras de infraestrutura urbana	244,4	23,7	1,6	jan/11	dez/12
Fortaleza	Reforma do Estádio Castelão	617,2	59,8	4,0	mar/10	dez/12
Brasília	VLT: Linha 1 / Trecho 1 / Aeroporto e outros	361,0	32,8	2,3	jul/10	mar/12
Brasília	Reforma do Estádio Mané Garrincha	740,0	67,2	4,8	mar/10	dez/12
Belo Horizonte	Avenidas Antônio Carlos e Pedro I	382,3	26,7	2,5	jul/10	set/12
Belo Horizonte	Demais obras de infraestrutura urbana	641,0	44,8	4,2	jun/10	out/12
Belo Horizonte	Reforma e Adaptação do Estádio Mineirão	408,3	28,5	2,7	jun/10	dez/12
Cuiabá	Aeroporto, CPA - Leste e Oeste	307,7	34,4	2,0	dez/10	jul/12
Cuiabá	Demais obras de infraestrutura urbana	147,0	16,4	1,0	jul/10	dez/11
Cuiabá	Construção do Estádio José Fragelli - Verdão	440,0	49,2	2,9	mar/10	dez/12
Recife	Corredor da Via Mangue	331,0	28,3	2,1	jul/10	jul/13
Recife	Demais obras de infraestrutura urbana	317,0	27,1	2,1	abr/10	mai/13
Recife	Construção de Novo Estádio "Cidade da Copa"	520,0	44,5	3,4	mar/10	dez/12
Curitiba	Corredor Metropolitano	125,0	20,7	0,8	abr/11	abr/13
Curitiba	Demais obras de infraestrutura urbana	306,8	50,8	2,0	set/10	dez/12
Curitiba	Reforma e Ampliação do Complexo Esportivo	172,1	28,5	1,1	jan/13	mai/13
Rio de Janeiro	Corredor T5 - Aeroporto / Penha / Barra	1310,0	68,6	8,5	mai/10	mai/13
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Maracanã	600,0	31,4	3,9	mar/10	dez/10
Natal	Integração Novo Aeroporto; Hotelaria e Via Prudente	350,4	50,4	2,3	jun/10	nov/12
Natal	Demais obras de infraestrutura urbana	10,6	1,5	0,1	dez/10	jul/11
Natal	Construção da Arena das Dunas	334,0	48,1	2,2	mar/10	dez/12
São Paulo	Construção do Monotrilho - Linha Ouro	2549,0	82,3	16,6	jul/10	mar/13
São Paulo	Urbanização do Entorno do Morumbi	312,5	10,1	2,0	set/10	dez/12
São Paulo	Reforma do Estádio do Morumbi	235,0	7,6	1,5	mar/10	dez/12
Porto Alegre	Corredor Avenida Tronco	129,3	25,9	0,8	dez/10	dez/12
Porto Alegre	Demais obras de infraestrutura urbana	239,3	48,0	1,6	jun/10	dez/12
Porto Alegre	Reforma do Estádio do Beira Rio	130,0	26,1	0,8	mar/10	ago/12
Total		15400,0	-	100,0		

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Ministério dos Esportes (2010)

Um arcabouço normativo de exceção foi criado para atender às demandas da FIFA, dentre os quais se destaca A Lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012, denominada Lei Geral da Copa, que por consequência, trouxeram para população, no período Pré-Copa, um cenário de impactos ocasionados nos arredores dos equipamentos esportivos, em um estado caótico, que não correspondeu aos anseios da população, tratando-se de uma forma de elitizar os bens de consumo coletivo, sem nenhuma garantia de aumentar o acesso dos menos favorecidos a esses equipamentos, em um quadro quase unânime entre as cidades-sedes o

processo de remoção de moradias. Trata-se aqui de um dano gravíssimo a um dos direitos fundamentais mais essenciais para a vida e a dignidade das pessoas: o direito à moradia.

A Copa do Mundo, evento que carrega uma imagem positiva de congregação entre povos, acaba por segregar qualquer cidadão que não possua um ingresso. Mas a segregação espacial, infelizmente, não fica restrita aos dias de jogos. Segundo estimativas mais conservadoras dos agentes públicos, 170 mil brasileiros serão removidos dos seus lares, para dar espaço às obras do megaevento. Estima-se, por outro lado, que esse número pode alcançar 250 mil. A União e os Municípios costumam defender a importância da Copa do Mundo como produtora de legados urbanos permanentes, mas toleram lesões violentas a um dos direitos sociais mais essenciais à dignidade humana: o da moradia, (conforme determina o artigo 6º da CF/88). Por mais que existam programas habitacionais para captar a população removida, sabe-se que as localidades das novas residências costumam ser distantes dos pontos mais centrais da cidade, além de carecerem de muitos serviços urbanos dos mais essenciais, como saneamento, transporte adequado, escolas, postos de saúde, segurança, iluminação pública, etc.(CARVALHO et al 2014, p.162)

Segundo Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2013 apud Carvalho et al p.164), pelo menos 170 mil pessoas foram removidas de suas casas para ceder espaço às obras de intervenções urbanas. A justificativa era pautada na modificação do espaço em detrimento do desenvolvimento local, onde o discurso do Estado era de melhorias nas infraestruturas do tecido urbano nas 12 (doze) cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014. As comunidades que sofreram remoções se localizam geralmente em regiões urbanas que sofreram ou sofrerão alta valorização financeira oriunda dos novos vetores de crescimento das cidades.

A análise global sobre a Copa Mundo de 2014, no Brasil e seus impactos sociais e econômicos trazem consigo inúmeros problemas sociais e econômicos em todo o contexto, assim como o risco do aumento dos níveis de desigualdade socioeconômica e espacial nas cidades sedes.

Cabe aqui destacar algumas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014, em contraposição aos discursos dos agentes sociais produtores do espaço em que as obras de infraestrutura urbana teriam o propósito de capturar impactos de produtividade e redução de custo de produção, gerando ganhos econômicos para os Estados.

Denúncias pela falta de transparência nas tomadas de decisões no que dizem respeito às transformações das cidades; Os governos estaduais agiram sem

nenhuma forma de consulta pública sobre o processo de intervenção urbana, algo realizado pelos empreendimentos contratos para a realização das obras urbanas;

- Remoções e despejos realizados com pouco respeito pelos direitos fundamentais com os moradores. Muitos não são informados sobre os processos urbanos, além de serem expostos a abusos, perseguições das empreiteiras e irregularidades no processo de ressarcimento ausência de proposta da construção de moradias regulares para o processo de realocação;
- Comunidades foram removidas e/ou ameaçadas de despejos para a construção de vias expressas, as chamadas BRT's, por causa da instalação ou renovação de parques desportivos e de equipamentos;
- Especulações e remoções isoladas, não obrigatoriamente conectadas aos megaeventos. Alguns assentamentos pobres foram removidos, incluindo aqueles que possuem acessos aos serviços, dos quais os moradores têm os títulos legais de uso do solo; e,
- Nas cidades, os investimentos foram focados nas de maior valorização imobiliária. Porém, nas zonas mais carentes, onde a violência e o crime possuem maiores impactos negativos na rotina dos moradores, ficaram ausentes os investimentos voltados para a intervenção urbana.

De acordo com o dossiê da Articulação dos Comitês Populares da Copa (2012, p.13), com a realização do megaevento, agregaram-se grandes projetos urbanos com extraordinários impactos, principalmente sociais. Segundo o comitê, mais de 170.000 mil famílias tiveram suas casas removidas. Porém, até agora, o governo federal se recusa a informar quantas famílias foram removidas de suas casas e bairros, constituindo assim, uma das formas mais agravantes violações dos direitos humanos. A retirada das moradias teve como objetivo específico limpar os terrenos para grandes projetos imobiliários com fins comerciais.

As transformações urbanas acarretaram efeitos perversos em todas as cidades-sede, principalmente para os moradores mais pobres. Entretanto, é importante registrar que o modelo de desenvolvimento urbano associado com a realização de megaeventos esportivos, prioriza apenas, o fortalecimento das condições de competitividade oferecidas pela metrópole, numa era de globalização econômica e cultural.

A Copa no Brasil foi tão somente um acelerador desse paradigma de cidade, a partir do qual mudanças urbanas perversas foram possíveis sob o véu de uma lógica governamental desenvolvimentista e contribuiu pouco para que políticas públicas de qualidade atingissem um conjunto mais amplo da sociedade. As remoções, por exemplo, foram fundamentais para colocar processos de gentrificação em marcha e são processos definitivos que modificaram a vida de milhares de pessoas e em sua maioria não para melhor. (PAULA. 2014 p.23)

As obras de infraestrutura urbana previstas ficaram desconectadas com a dinâmica da cidade. O que não permitiu uma abrangência das ações para incluir segmentos desprivilegiados da população entre os beneficiados. Alguns relatos, escutados em pesquisa de campo, como por exemplo, do Loteamento São Francisco, Bairro do Timbi, em Camaragibe, a área usada para a construção de duas obras de mobilidade urbana do governo de Pernambuco: o Terminal Integrado de Camaragibe e o Ramal da Copa - ambos serviriam para facilitar o acesso à Arena Pernambuco, palco de cinco jogos do Mundial. Os moradores foram removidos, mas nenhuma das duas obras foi concluída.

O problema das desapropriações para a Copa não foi exclusivo de Recife. Segundo a apuração da Associação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), as 12 cidades-sede registraram centenas de remoções, mas em poucos casos foi dada a devida assistência aos removidos. O processo de remoção se assemelha a uma estratégia de guerra e perseguição, algo que se tornaram marca em todas as cidades sedes, como a marcação de casas à tinta sem esclarecimentos, a invasão de domicílios sem mandados judiciais, a apropriação indevida e destruição de bens móveis, a terceirização da violência verbal contra os moradores, as ameaças à integridade física e aos direitos fundamentais das famílias, o corte dos serviços públicos ou a demolição e o abandono dos escombros de uma em cada três casas subsequentes, para que toda e qualquer família tenha como vizinho o cenário de terror.

Várias comunidades foram estigmatizadas pela violência urbana. O que acontece atualmente é o processo de resistência para conseguir manter-se na localidade. Porém, a exposição e as ameaças de remoção e a luta da população pobre frente às obras realizadas em função do megaevento, não é prioridade. Os governos locais passaram a investir na melhoria da imagem de suas cidades. Quando se divulga na mídia que estas comunidades estão com os dias contados, alguns moradores próximos vêem nisso uma possibilidade de ampliação dos

negócios, valorização de sua propriedade, mas não se colocam no lugar daqueles que infelizmente serão despejados.

No Rio de Janeiro ²as remoções forçadas tiveram também como fator determinante as obras para realização dos Jogos Olímpicos em 2016. Segundo a prefeitura, 20.299 mil pessoas foram removidas, em especial moradores das favelas. O então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, minimizou admitindo que “a prefeitura, em alguns episódios, dialogou mal com as comunidades”, como demonstra a FIGURA abaixo:

Figura 01: Largo do Tanque, Bairro de Jacarepaguá – Rio de Janeiro. Obra paisagista para Copa e Olimpíadas



Fonte: Comitê Popular Copa e Olimpíadas do Rio.
<https://comitepopulario.wordpress.com/tag/remocoes>. Acessado em 09/12/2016.

Em Fortaleza ³a grande obra de mobilidade urbana era o VLT, com o custo de R\$ 265, 50 milhões e não ficou pronto a tempo para a Copa. Inicialmente o prazo para entrega da obra era junho de 2013, mas a construção só começou em abril de 2012. Em abril de 2015 o governo do Ceará concluiu a fase de recebimento de propostas para a retomada da obra do VLT, que encontra-se com 50 % das obras concluídas. Atrasos em obras ligadas a esses eventos foram contumazes, como aconteceu no projeto do BRT em Recife, obra que ainda não funciona por completo e perece com equipamentos sem uso como o Terminal Integrado localizado na Avenida Caxangá.

² Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-19/paes-admite-a-anistia-remocoes-realizadas-com-pouco-dialogo.html>, acesso em 09/12/2016

³ Site G1. Governo do Ceará recebe proposta para obra do VLT de Fortaleza. 24/04/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/04/governo-do-ceara-recebe-propostas-para-obra-do-vlt-defortaleza.htm>⁴ Diário do transporte <https://diariodotransporte.com.br/2015/02/08/vlt-de-cuiaba-virou-um-dos-maiores-micos-da-copa/> acessado em 09/12/2016

Figura 02 – VLT em Fortaleza



Fonte: Renato Roseno (2015). <http://www.renatoroseno.com.br/> acessado em: 08/12/2016.

A segunda obra mais cara da Copa do Mundo, o VLT de Cuiabá⁴, de R\$ 1,7bi, ainda não foi concluída. Há, pelo menos, duas denúncias de fraude na licitação do VLT, feitas pelo Ministério Público, além da denúncia (que virou processo judicial) de que um ex-juiz federal recebeu propina para liberar a obra na Justiça em 2012, quando esta estava paralisada. Ainda que apenas 45% da obra tenha sido executada, já foram gastos 64% dos recursos originais, de R\$ 1,47 bilhão, ou cerca de R\$ 940 milhões. Mas, segundo as contas feitas pelo atual governo, serão precisos mais R\$ 800 milhões, o que faria com que o sistema de 23 quilômetros do VLT tivesse um custo total de R\$ 1,74 bilhão.

⁴ Recife como centralidade de uma região metropolitana, é também considerada uma metrópole regional, com diversas características em diferentes escalas e um espaço privilegiado da região Nordeste, tanto por sua localização em relação ao mercado mundial, quanto pela sua centralidade em relação às demais metrópoles do Nordeste: por Salvador e Fortaleza. Essa diversidade é formada por cidades conurbadas e que mantêm uma forte ligação de interdependência econômica.

Figura 03: VLT em Cuiabá. Obra de mobilidade urbana para a Copa do Mundo 2014 inacabada.



Fonte: Repórter MT (2014). Disponível em: <http://www.reportermt.com.br>. Acessado em 09/12/2016.

A situação de violação de direitos se agrava quando as intervenções, motivadas por interesses privados, implicam numa profunda reestruturação do território, resultando em remoções de moradores, expulsão de trabalhadores informais, interdições de mobilidade ou intensa militarização, sem que exista qualquer forma de consulta prévia às comunidades afetadas. (COMITÊ POPULAR, 2014, p.45).

A Copa do Mundo surgiu como oportunidade de mudança no cenário econômico na lógica da restauração urbana. Mas o que tem sido visto são adaptações na cidade, onde o Estado é mediador do direito em favor do capital privado. Cabe então entender que a pluralidade da qual agora está se falando diz respeito, em termos territoriais, aos diversos graus de consolidação desses bairros ou dessas localidades quanto aos equipamentos coletivos urbanos disponíveis, embora boa parte dos mesmos continue marcada por inúmeras precariedades.

3 REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A COPA DO MUNDO DE 2014

3.1. O Recife e suas centralidades em diferentes escalas

O território brasileiro vem sendo objeto de recentes transformações na sua configuração espacial. Credita-se que este processo seja constituído por componentes participativos e democráticos, com novas práticas de planejamento urbano. O processo de configuração espacial, sobretudo, com obras de requalificação, exige uma nova centralidade nas cidades, requerendo uma inovação e flexibilidade na capacidade da cidade em promover diferentes condições de serviços e infraestrutura.

Porém, ainda são identificadas efetivas ferramentas de gestões territoriais e urbanas, sem uma estratégia pautada na geração de sistemas com a efetivação de políticas centralizadas na organização do espaço urbano, como habitação, saneamento e transportes. No entanto, a desigualdade na distribuição de equipamentos tem acarretado na segregação socioespacial, processo pelo qual tem o histórico mecanismo de separação e reduzindo a visão do outro decorre da divisão do espaço urbano.

Nesta lógica, podemos entender que o processo de planejamento urbano inclui estratégias e dinâmicas espaciais que procuram alcançar determinados resultados e efeitos, configurando como instrumento estratégico de reprodução do capital através da valorização da terra urbana. Estes processos de transformações são relacionados por meio da lógica da promoção e modificação da paisagem urbana, configurada e moldada, por agentes modeladores do espaço, “O planejamento urbano pode ser visto como instrumento de valorização do espaço para a venda ou consumo da cidade” (ALBUQUERQUE, 2011).

Assim, as estratégias são fundamentadas pelo discurso do desenvolvimento urbano e na reestruturação do espaço, com a premissa de melhorias na infraestruturais:

O Estado necessita de justificativas para operar nas intervenções urbanísticas, normalmente utilizando a que faz crer na movimentação da economia, geração de emprego e desenvolvimento. O que se observa, à parte desses fatores, é uma crescente fragmentação sócio-espacial. O acesso à terra vem sendo cada vez mais limitado pela figura dos grandes condomínios fechados, por exemplo, delimitando a terra urbana de acesso público e a terra urbana de acesso privado. (GALVÃO, 2013, p.5).

Neste cenário, a cidade do Recife se apresenta como um grande centro, reproduzindo um grau de integração que se torna o indicativo de seu nível de desenvolvimento, integrando-se em escalas mundial, regional e local por meio de fluxos de serviços, bens, mercadorias, capitais, informações e recursos humanos, desempenhando um papel, relacionando-se com outras cidades, exercendo influência também em outras cidades pequenas e médias em seu entorno.

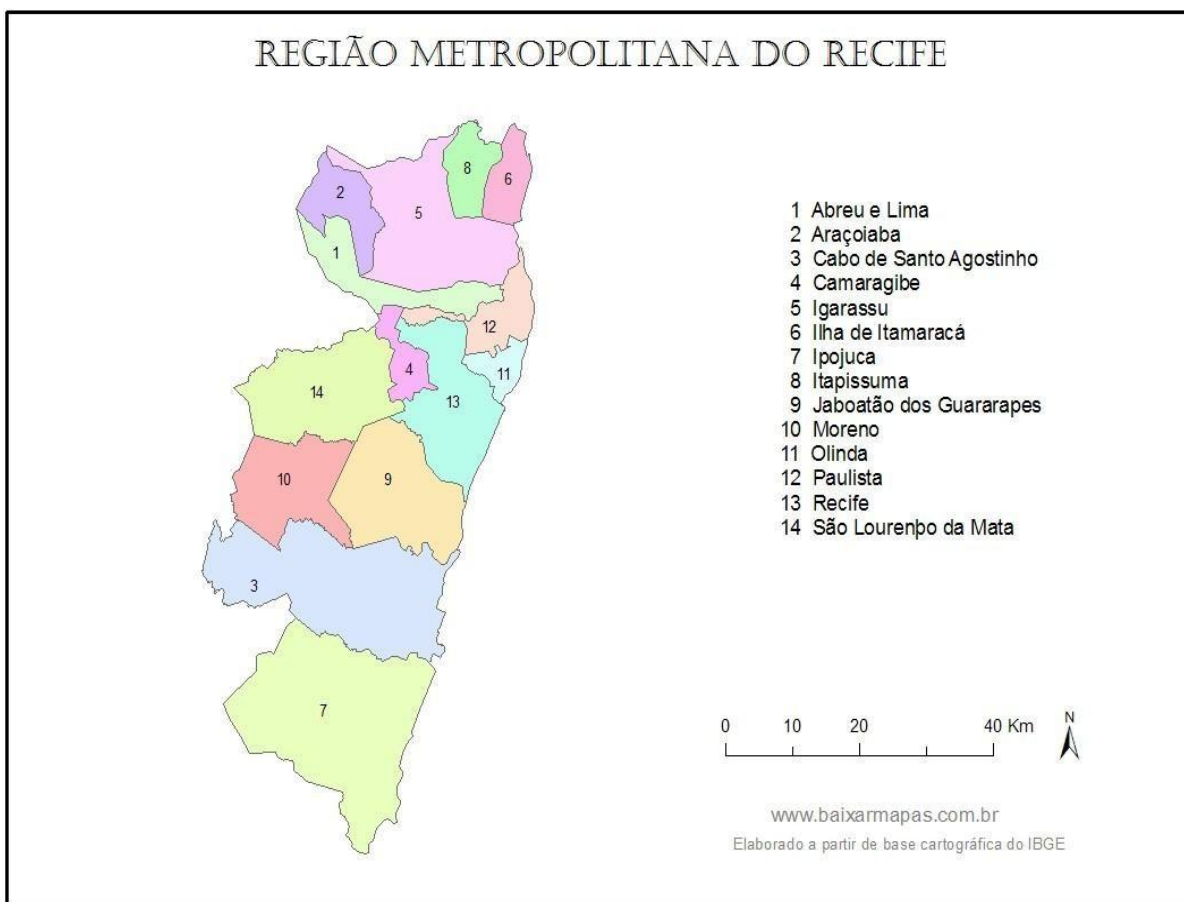
Observando a configuração espacial da cidade do Recife, percebe-se uma concentração de diversas instituições e inúmeros equipamentos públicos. O município é considerado uma metrópole⁵, e sede da **região** metropolitana⁶, compostas por 14 municípios e com uma população de 3,69 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Neste sentido, Recife abriga, predominantemente, as sedes administrativas do Estado e a maioria dos empreendimentos de prestação de serviços, incluindo o Aeroporto Internacional dos Guararapes e o Porto do Recife e Suape, compreendido por 14 municípios: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife. (CONDEPE/FIDEM, 2012).

Região Metropolitana do Recife concentra 42% da população em 2,81% do território estadual (IBGE, 2010). Concentra também a maior parte do PIB estadual (65,1%) e, as mais expressivas dinâmicas urbanas. Desse total, 3.589.674 habitantes são residentes da zona urbana (51 % da população urbana em PE) e 101.383 habitantes moram na zona rural (5,81 % da população rural do Estado). Com 218km², a capital Recife representa 7,2% da área metropolitana e concentra 41,6 % dos habitantes dessa região. (BITOUN, 2012, p05).

⁵ **Metrópole** é um termo que remonta aos gregos, referindo-se a uma cidade-mãe (área urbana de um ou mais municípios) que exerce forte influência sobre o seu entorno, polarização em si, complexidade funcional e dimensões físicas que a destacam numa rede de cidades e no cenário regional (FREITAS, 2008)

⁶ **Região Metropolitana** é constituída pelo entorno imediato de uma metrópole, em decorrência de um processo de metropolização. Este é um fenômeno geográfico que se materializa, fisicamente, pela concentração populacional, pela alta densidade de construção e, sobretudo, a partir da espacialização de relações funcionais e econômicas. (CONDEPE/FIDEM, 2012, p.32).

Figura 04: Mapa da Região Metropolitana do Recife



Fonte: Baixar Mapas (<http://www.baixarmapas.com.br/>), 2015

3.2 As Estratégias na Implantação da Arena de Pernambuco:

Com o advento da Copa, constatou-se aceleração no processo de transformações socioespaciais na Região Metropolitana do Recife, onde o desafio era promover a adequação na conjuntura urbana como cidade-sede de um megaevento esportivo, atrelado a exigências de ações e projetos voltados, principalmente, em mobilidade urbana.

A partir da segunda metade dos anos 1970 até o início da década de 1990, o estado de Pernambuco vivenciou um ciclo de desaceleração econômica resultante da perda de dinamismo e competitividade, mas até então atividades tradicionais de sua economia, tais como a Cana de açúcar, por exemplo. (NASCIMENTO, 2014). Somando isso, foi na década de 2000, que novas estratégias políticas foram implantadas como vetores do processo de desenvolvimento econômico no estado de Pernambuco, empreendimentos estratégicos, como a implantação do polo automotivo em torno da montadora da Jeep e do polo farmacológico município

de Goiânia, na região norte da RMR, implantação da Refinaria do Nordeste Abreu e Lima e do Estaleiro Atlântico Sul, no Complexo Portuário e Industrial de Suape, e para a região oeste metropolitano destinou-se a implantação da Arena de Pernambuco e da Cidade da Copa, que incluía uma arena multiuso e um bairro planejado, por meio de uma Parceria Público-Privada.

De acordo com a Lei nº 12.425, de 18 de setembro de 2003, o Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – PROMETRÓPOLE, criado justamente com o objetivo de promover estratégias e ações, visando às definições e diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas, voltado para redução da problemática urbana e da vulnerabilidade social para a região metropolitana, e especificamente a sua região oeste. Nesta perspectiva, verifica-se como uma nova conjuntura na organização urbana a expansão de uma nova centralidade como a Cidade da Copa.

Planos e projetos para a Região Metropolitana do Recife (RMR) vêm sendo traçados ao longo de décadas e variam desde o período da institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil, orientados pelo planejamento tecnocrático do período militar, até os dias atuais, com políticas teoricamente descentralizadas e mais democráticas (RAMALHO, 2015).

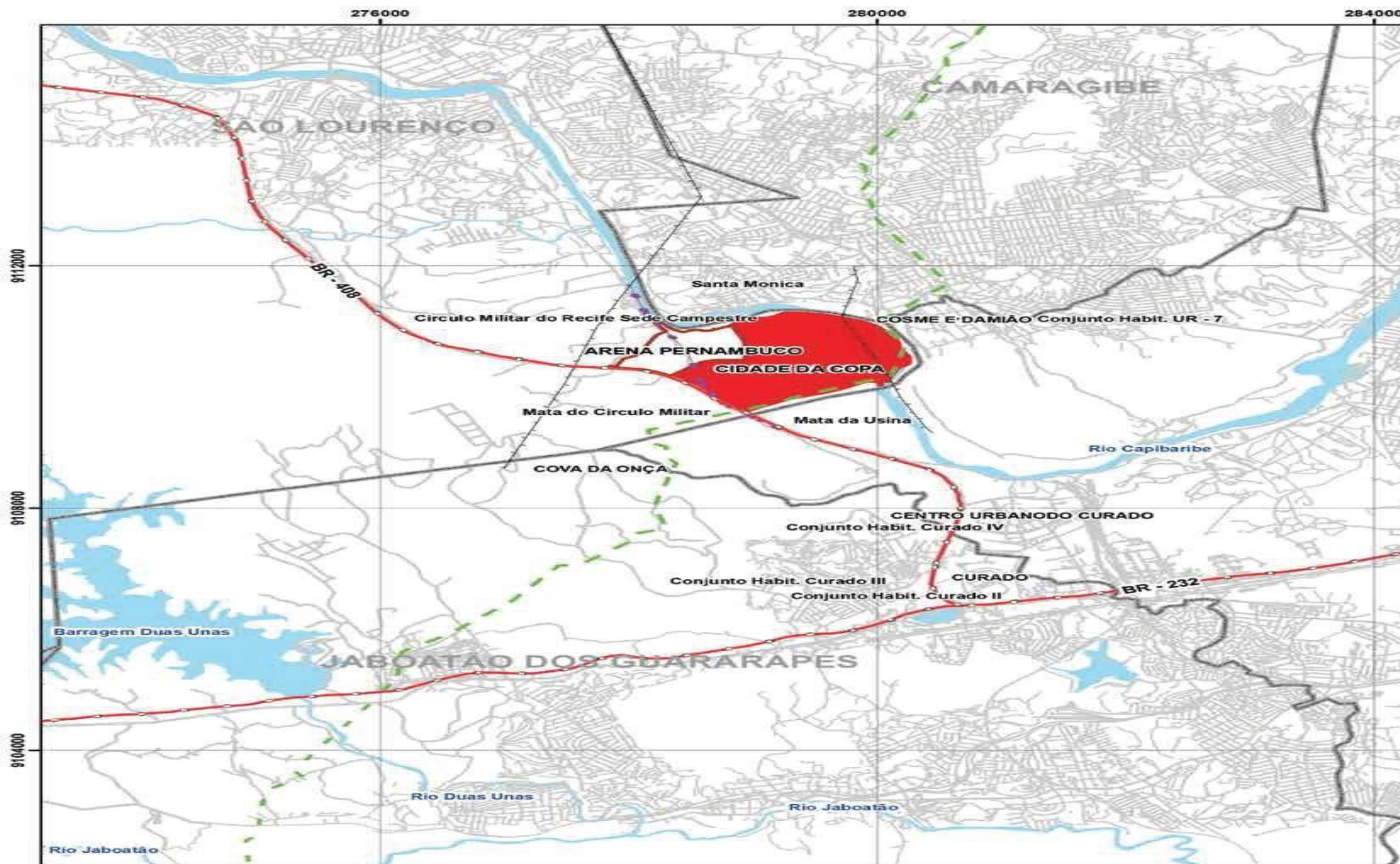
A reconfiguração dos municípios distribuídos no entorno da Cidade do Recife, viveram um contexto sobre a lógica do planejamento urbano metropolitano, principalmente, nas últimas décadas, por meio dos planos e projetos que eram previstos para a região Oeste da RMR. Área escolhida para o megaevento é de propriedade do estado e situa-se praticamente no centro geográfico da região metropolitana. Assim, observando a dinâmica espacial, chama a atenção o interesse público na fragmentação e integração espacial entre a expansão urbana em curso e os núcleos urbanos existentes. (LACERDA, 2011). Este interesse buscou identificar as tendências para o desenvolvimento da região a partir das recentes intervenções para a Copa – o projeto de cidade planejada, “Cidade da Copa”, e os projetos de mobilidade urbana a ela associados anunciada como a primeira “Smart City” da América Latina. (RAMALHO, 2015). Estes contextos representam mudanças significativas no planejamento historicamente pensado para esta região oeste da RMR.

Recentemente, mais especificamente a partir da decisão de realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil e da inclusão do Recife como uma das cidades a abrigar o evento, emerge uma justificativa para se pensar o desenvolvimento da zona oeste metropolitana, decorrente de dois fatores associados: O primeiro refere-se ao resultado da escolha da localidade para a construção da Arena Pernambuco – principal equipamento necessário à realização dos jogos. Evidencia-se também a construção de novos arranjos institucionais, pautados na criação de uma Parceria Público-Privada – PPP que faz emergir a consolidação de arenas de decisão, centralizada em torno do governo estadual e de grandes grupos empresariais, com participação tímida das esferas públicas municipais locais e da sociedade, que aparentam possuir pouco poder de intervenção na governança que se constrói, tornando-se espectadores e não partícipes do processo, característica do modelo de planejamento desenvolvimentista. (RAMALHO, 504, p.2015)

Cabe aqui destacar que, das 12 sedes para Copa do Mundo de 2014, Recife é a única Cidade que o estádio foi construindo em outro município que faz parte Região Metropolitana, no município de São Lourenço da Mata. A justificativa por parte do estado para a implantação da Cidade da Copa se inseria no contexto que o Estado de Pernambuco vivia um momento crescimento acelerado, aliado à demanda especial da zona oeste da RMR para a urbanização e a diversificação do setor econômico. Com isso, identifica-se com uma estratégia de política pública, com a lógica da criação de uma nova centralidade urbana, a partir do município de São Lourenço da Mata, gerando novas oportunidades de crescimento econômico no entorno da Arena da Copa e adjacências, dinamizando, assim, a economia do oeste metropolitano como um todo.

Diante das transformações socioespaciais, este fato caracterizou-se pela tentativa de expansão urbana promovida pelo governo do estado para a região. Na contribuição de Albuquerque e Machado (2015, p.69), estas recentes transformações urbanas em função da escolha de São Lourenço da Mata como local para instalação da Cidade da Copa, parte do discurso com a criação de uma nova centralidade para a região.

Mapa 01: Área escolhida para a Cidade da Copa dentro da RMR



Segundo a SEPLAG (2008, p.13), a seleção desta região, com o sítio de 240 ha, se justifica pelo potencial e capacidade de ampliação da infraestrutura existente (metrô, rodovias, terminal rodoviário, etc.), foi pré-definido como reserva para expansão urbana, conforme projetos governamentais passados, dos quais destacamos:

- O II Pólo Metropolitano (década de 1970): projeto precursor de criação desta Nova centralidade, com a proposta de convergência funcional através da indicação do zoneamento para o centro urbano do Curado, com a implantação de conjuntos residenciais populares, do Terminal Integrado de Passageiros – TIP, Centro Administrativo do Estado, o Centro Atacadista e Distribuição, além Do Distrito Industrial;
- O Parqtel (década de 1990), como parque tecnológico que se insere no Distrito Industrial do Curado, voltado para o setor de tecnologia da informação e comunicação, e;
- O Plano Diretor de São Lourenço (ano 2000), o qual descreve a região onde está a área selecionada como zona de expansão urbana.

Porém, é necessário realizar um recorte sobre a primeira tentativa do Governo de Pernambuco na descentralização dos núcleos administrativos. Esta mudança especificamente, significativa a expansão metropolitana para a região oeste, como demonstra figura a seguir, do território de abrangência da área onde foi construída a Arena de Pernambuco:

Figura 05: Território de Abrangência da área onde foi construída a Arena de Pernambuco



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2009.

Segundo Figueiredo (2015), o discurso do governo estadual se construiu na perspectiva de que a implantação desses empreendimentos, integrados aos projetos de mobilidade previstos, como unidade organizacional, geoeconômica, social e cultural, viriam a contribuir com a região com o processo de metropolização orientados pelo desenvolvimento industrial e expansão do consumo de bens e serviços. Com a possível consolidação do polo e a valorização de um eixo de desenvolvimento para o oeste metropolitano, a área entre o território e a cidade propriamente dita poderia estabelecer relações de troca permanentes. O que vem modificar substancialmente as principais diretrizes postas nos planos metropolitanos já traçados para a região ao longo de décadas.

Com o advento da Copa do Mundo de Futebol em 2014, a asserção do governo do Estado de Pernambuco era no enunciado para a consolidação do Plano de Desenvolvimento da região oeste da RMR, contida na proposta de desenvolvimento, para uma cidade que se queria orgânica, funcional e equilibrada. A perspectiva de implantação de uma nova centralidade urbana, habitacional e de serviços, eleva a proferida Cidade da Copa.

Diante do fato, segundo a CONDEPE/FIDEM (2012), ao conceber o Plano de Desenvolvimento da RMR em 1976, projetou um cenário que propunha uma redistribuição da população, de funções e de densidades para a região Oeste, com reformas dos equipamentos já existentes como Terminal de Passageiros - TIP, o Centro Urbano do Curado, os conjuntos habitacionais Curado I, II, III e IV, o ramal do Metrô, a Central de Cargas, o Centro Administrativo do Governo do Estado e o novo traçado da BR-408, cuja característica essencial era a capacidade de atração de fluxos, de pessoas e de serviços, visando à criação de uma nova cidade.

Figura 06: Projeto Cidade da Copa



Fonte: EIA/RIMA. 2012.

Para Lacerda et al (2013), a Região Metropolitana do Recife (RMR) vem sendo palco do surgimento de novas urbanizações, propostas como cidades ou bairros planejados, especialmente dispersos no território. Este processo de transformação territorial se caracteriza pela descontinuidade das novas urbanizações em relação aos núcleos urbanos existentes, atrelados em função da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos programas de financiamento da casa própria do Governo Federal, com ênfase na oferta de habitação de interesse social (Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, iniciado em 2009), tanto do Recife, como dos demais municípios metropolitanos. Esse projeto representou à produção de novos espaços na cidade, ou novas formas espaciais ligadas ao consumo, entretenimento e habitação, como também à refuncionalização ou requalificação de outros espaços tidos como degradados ou mal utilizados. (NASCIMENTO, 2014, p.37)

Na contribuição de Albuquerque e Machado (2014), a Região Metropolitana do Recife (RMR), tem passado por uma nova dinâmica socioespacial com o processo de expansão da mancha urbana, onde na área oeste da região foi construído um novo vetor de transformação socioespacial, a Cidade da Copa. A área em questão já sofreu com várias transformações em função de um intenso processo de urbanização ocasionado pela instalação de grandes equipamentos, o que tem modificado as relações socioespaciais na região.

A possibilidade de criação de uma nova centralidade para a região metropolitana, em São Lourenço da Mata, surge da oportunidade de implantação de novos equipamentos metropolitanos (arena, centro administrativo, hospital, campus da UPE, entre outros), enquanto demanda do Governo do Estado. Dentre estas demandas se acrescenta o atendimento ao déficit habitacional para os servidores estaduais, como público potencial à apropriação da oferta de moradia numa operação urbana proposta. A área, situada praticamente no centro geográfico da Região Metropolitana do Recife, entre às margens do rio Capibaribe e a BR - 408, na confluência dos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e São Lourenço da Mata, o que reforça a conjectura de criar uma centralidade metropolitana, tendo em vista os grandes investimentos previstos neste contexto, seja na região sul e norte da RMR. O projeto da "Cidade da Copa" foi entregue à FIFA e prevê a construção de um estádio, um conjunto habitacional, um centro comercial, hotel, e outros investimentos privados que somados chegam a um R\$ 1,6 bilhão. O Governo de Pernambuco entra apenas com o terreno, pois o empreendimento será realizado através de uma Parceria Público- Privada. (ALBUQUERQUE e MACHADO, 2014, p.08)

Ainda em Albuquerque e Machado (2014, p.07), a escolha de São Lourenço da Mata como local para instalação da Cidade da Copa, município com um pouco mais de 100 (Cem Mil) habitantes e com baixos indicadores socioeconômicos, via nessa escolha uma grande oportunidade para o seu desenvolvimento, se insere no discurso de criação de uma nova centralidade para a região metropolitana ou numa nova materialidade urbana elencada apenas pela questão do capital e do consumo. O terreno era de propriedade do Estado de Pernambuco, localização a 19 km do centro do Recife, seria destinada, nos anos 1990, à construção do polo metropolitano oeste, o qual não se viabilizou.

3.3 A Localização Estratégica da Arena de Pernambuco

A espacialidade da Região Metropolitana do Recife adquiriu novas condições e contradições. Nas transformações no espaço proliferaram obras estruturais, sobretudo, para atender os interesses da FIFA e de seus patrocinadores,

concebendo assim a ideia da produção e da comercialização do espaço urbano, centrado na venda da imagem da cidade, entretanto, na (re)produção do espaço. Essas contradições ganham contornos no contexto do movimento do capitalismo (GONÇALVES 2013, p. 245). Assim, a concepção de planejamento voltado para um único evento, definindo o papel do Estado na operacionalização e atendimento das estratégias reprodutivas do capital.

Entende-se a Copa de 2014 como um importante fator catalisador de projetos políticos de desenvolvimento urbano para a qual se produzem espaços, flexibilizam-se políticas regulatórias e criam-se engenharias financeiras e institucionais, as quais podem levar à intensificação das desigualdades socioespaciais que já caracterizam a metrópole do Recife. (NASCIMENTO, 2014, p.28)

Segundo (RAMALHO, 2015b, p.14), os vetores da análise da produção do espaço urbano da Região metropolitana do Recife destacam-se: a governança urbana e metropolitana, mobilidade, reconfiguração socioespacial, parcerias entre o setor público e o setor privado, acesso ao esporte e ao lazer, e dinâmica imobiliária.

Diante deste fato, segundo a nota técnica elaborada pelo Comitê Pernambuco na Copa (2007), a Região Metropolitana do Recife apresentava particularidades e tendências de crescimento e desenvolvimento do território metropolitano, indicavam a possibilidade na seleção das áreas passíveis de implementação de um equipamento multiuso compatível com os “Padrões da FIFA”. Nesta perspectiva, necessitava de um processo de uma operação na reestruturação e revitalização urbana na metrópole, com o discurso voltado para o legado no contexto urbano, pós-Copa do Mundo.

Para o Comitê Pernambuco na Copa (2008), a viabilidade de um novo estádio, se constitui no equipamento âncora à inserção do Estado de Pernambuco no circuito da Copa de 2014, os estudos até então realizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG associa-se à implantação de um empreendimento para atendimento baseado nos “Padrões FIFA”, deixando claro o interesse do estado no atendimento às demandas e interesses que se conferem no mercado atual. Preliminarmente, segundo este estudo, a inviabilidade de aproveitamento das estruturas dos estádios existentes como Arruda, Aflitos e Ilha do Retiro, pesava pelos altos custos para a adaptação de suas instalações, com

valores nunca revelados, pudessem atender ao “Manual de qualidade da FIFA”.

O terreno selecionado para a construção da Arena de Pernambuco localiza-se no município de São Lourenço da Mata, na divisa com os municípios de Recife, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes. Diante da ausência de tempo para atender na época o calendário da FIFA e os prazos pré-definidos, o posicionamento do estado foi bem objetivo e pragmático, coma definição do local, de forma a eleger com a oratória condicionante e efetiva à realização e execução da infraestrutura de suporte aos jogos do evento Copa do Mundo.

Analisando as alternativas dos critérios técnicos, conceituais e sistematizados, pode-se destacar a proposta dos elementos relativos à acessibilidade e mobilidade, o estímulo à dinâmica urbana (usos e equipamentos dinamizadores) e a proximidade ou implementação de um parque urbano metropolitano como revela o Quadro01:

Quadro 01: Matriz de Decisão para a Escolha da Localização da Arena

Alternativas	Aspectos positivos	Aspectos negativos
1.Complexo Salgadinho-Olinda	Proximidade com os centros Funcionais e culturais – Recife e Olinda	Volume necessário de relocação e de indenização dos imóveis existentes na área (arena = 1500 imóveis/ total = 3500 imóveis)
	Boas conexões urbanas e fácil acessibilidade Potencial de integração com grandes equipamentos metropolitanos Contexto paisagístico favorável (rio Beberibe, manguezal, parques e vista do sítio histórico de Olinda)	Falta de interesse da iniciativa privada (até o momento) Restrição da legislação ambiental e De patrimônio histórico Baixa qualidade do solo
	Proximidade com o Aeroporto Internacional	Domínio da iniciativa privada e Conceito mono funcional do estádio

2. Jiquiá – Recife	Boa acessibilidade e conexões metropolitanas	Restrição do perímetro para operação urbana e de estacionamento
	Proximidade com o parque Zeppelin e sua torre de interesse Cultural	Modelagem de viabilidade para o estádio com capacidade de apenas 30 mil lugares
	Centro geográfico da metrópole	Distância do centro funcional e cultural metropolitano
	Boa acessibilidade metropolitana	Carência de infraestrutura urbana e elevado custo inicial de implantação
	Terreno próprio do Governo do Estado, com	Dependência à implantação das demais funcionalidades
3.TIP – São Lourenço Da Mata		para garantir o uso pleno do equipamento e a Sustentabilidade do empreendimento como um todo
	Contexto ambiental e paisagístico Favorável (rio Capibaribe) Oportunidade de satisfazer as Demandas do Governo para a implantação da Arena, Centro Administrativo, Hospital Metropolitano e Habitação para os Servidores	Restrições da legislação ambiental

Fonte: Comitê Pernambuco Na Copa, 2008.

Para a SEPLAG (2007), a escolha do local para a construção da Arena de Pernambuco foi vinculada à viabilidade de execução e às “facilidades” para a sua implementação não só devido às articulações políticas, mas, principalmente, pelos compromissos privados de investimento no equipamento e nas modelagens econômica, financeira e jurídica estudadas do conjunto urbano pretendido. Resumindo:

Na alternativa 1 – Complexo Salgadinho, o fator tempo para viabilizar a relocação das famílias e para atrair investidores (que se assustam com o terreno completamente ocupado) dificultam a implementação desta proposta nos prazos determinados pela FIFA.

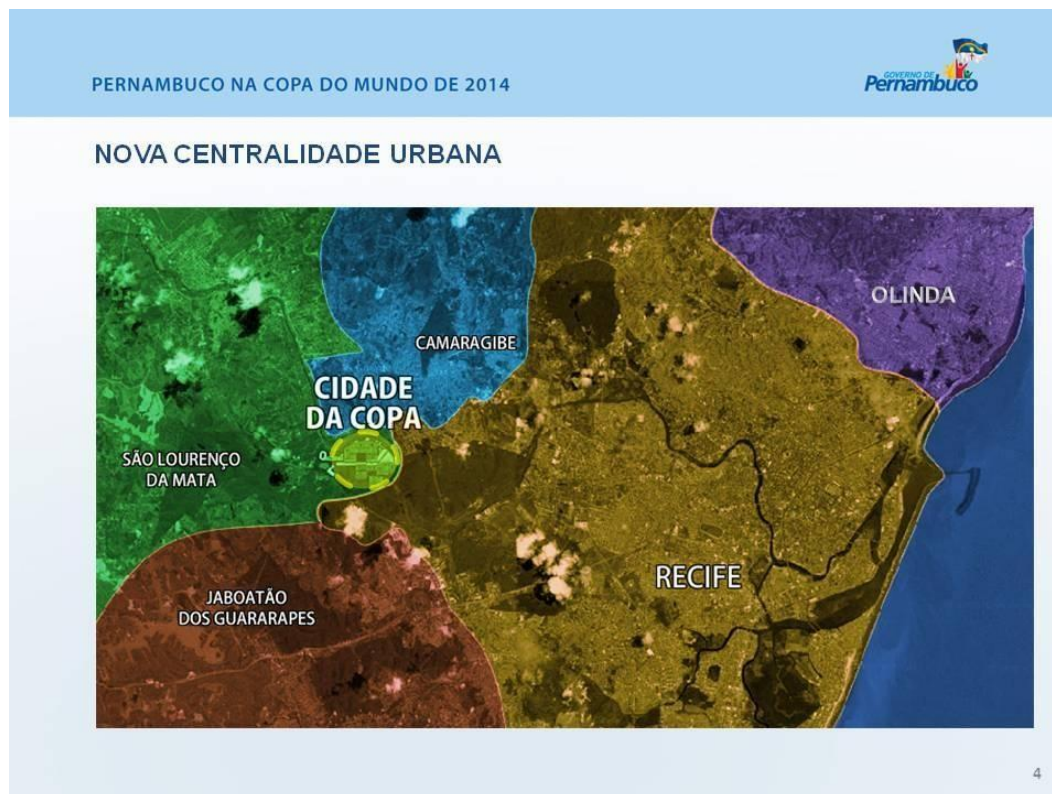
Na alternativa 2 – Jiquiá apresenta uma alta fragilidade enquanto conceituação da proposta, que foge das pretensões técnicas de planejamento integrado das ações e enquanto legado para a cidade metropolitana, além de se constituir em um empreendimento especificamente privado, o que torna vulnerável a candidatura de Pernambuco, uma vez que a desistência do investidor, inviabiliza o Estado como sub-sede.

Na alternativa 3– TIP – São Lourenço se destaca entre as demais opções por se tratar de um terreno do Estado e, também, por congregar outras intenções governamentais na oportunidade de viabilizar outros equipamentos públicos metropolitanos, além de atrair o investidor privado enquanto empreendimento possivelmente lucrativo, equilibrado à política pública de desenvolvimento de um importante fragmento da metrópole estadual.

A Copa em Recife teve vários significados, entre eles destacamos: produção de um novo processo de reconfiguração urbana, na qual a gentrificação, a violação aos direitos humanos e o padrão de exceção marcado pelo poder público são centrais; produção de um novo padrão de governança empreendedorista na metrópole, associado ao processo de neoliberalização das cidades; produção da elitização do futebol, interferindo na cultura do futebol pernambucano e dificultando o acesso ao esporte; e que o modelo de cidade advinda da Copa em Recife busca consolidar uma nova imagem da cidade, para atender aos interesses imobiliários e, conseqüentemente, criar-se uma nova dinâmica urbana. (RAMALHO, 2015b, p.15)

Ainda sobre o discurso da nova centralidade, a partir da estrutura gerada com a Copa, é necessário considerar arranjos dos seus conteúdos em parcelas definidas do tecido urbano, apontando como tendência o processo de (re)estruturação e transformações tanto nos indivíduos quanto na sociedade pernambucana.

Figura 07: O discurso da nova centralidade urbana da região metropolitana do Recife na implementação da Arena de Pernambuco.



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2009.

A possibilidade de criação de uma nova centralidade para a região metropolitana na Cidade da Copa, na zona Oeste da Região Metropolitana do Recife, surge da oportunidade de implantação de novos equipamentos e propostas de “desenvolvimento” para uma cidade que se queria orgânica, funcional, equilibrada, com a possibilidade da implantação de um novo aglomerado urbano - habitação e serviços de caráter regional em São Lourenço da Mata.

A busca da lucratividade está associada à ampliação do mercado. Neste sentido, observa-se que o local onde seria construída a Cidade da Copa foi escolhido pelo fato do terreno pertencer ao estado. Assim, os empreendimentos beneficiados, neste processo, são justamente aqueles que alavancaram o próprio ambiente de competitividade. Com isso, o papel do Estado, neste cenário, torna-se decisivo em corroborar com as tentativas anteriores na criação de novas centralidades, sobretudo na direção oeste, com o intuito de interiorizar o processo de ocupação urbana, na configuração de intervenção estatal na economia que une diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes sociais a uma estratégia explícita, a competitividade, a produtividade e a tecnologia. Porém,

como visto anteriormente, riscos em função da vulnerabilidade social diante dos fluxos financeiros e à dependência da tecnologia, provoca a polarização econômica e global, aumento a riqueza e do poder em função do papel do estado.

O papel do capital frente ao trabalho e à diversificações das relações de trabalho, evidenciando a intervenção do estado para desregular e desfazer o “estado do bem estar social”. Como consequências dessa reestruturação os agentes sociais, apenas no interesse na busca pela lucratividade associam à ampliação do mercado para combinar a busca pela produtividade e competitividade, na dinâmica dos melhores desempenhos que terão com este novo vetor econômico. A produtividade impulsiona o progresso econômico. O aumento da produtividade define a estrutura e a dinâmica de um determinado sistema econômico. Porém, não apenas a produtividade, mas também a busca pela lucratividade por parte das empresas.

Portanto, o segundo polo metropolitano foi uma tentativa de penetração no território urbano, da zona Oeste da Região Metropolitana do Recife, buscando redefinir o processo de produção para o desenvolvimento da região como o novo centro regional e dominante, buscando a produtividade impulsionada pelo discurso do progresso econômico. Porém, tudo isso seria atrelado às transformações organizacionais que foram cruciais para a garantia da reestruturação capitalista.

Observa se, assim, projetos ligados a uma nova fronteira imobiliária e de expansão territorial. Destaca-se que os grandes projetos urbanos ligados a megaeventos são instrumentos de redefinição de uso do solo em áreas centrais, suburbanas ou periféricas. (NASCIMENTO, 2014, p.28).

As terras onde foi edificada a Arena de Pernambuco pertenciam ao governo do estado, que de acordo com Plano Diretor do Município de São Lourenço da Mata, “o local era uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 02, o qual continha 330 famílias residentes, as quais foram indenizadas com valores respectivos às benfeitorias dos imóveis”. (RAMALHO, 2002, p.13). Segundo o EIA/RIMA (2002), a área localiza-se às margens do Rio Capibaribe, sudeste do município de São Lourenço da Mata, fazendo limite com os territórios dos municípios de Recife (Oeste) e Camaragibe (Norte).

Figura 08: Localização do terreno da Cidade da Copa



Fonte: EIA/RIMA, 2012.

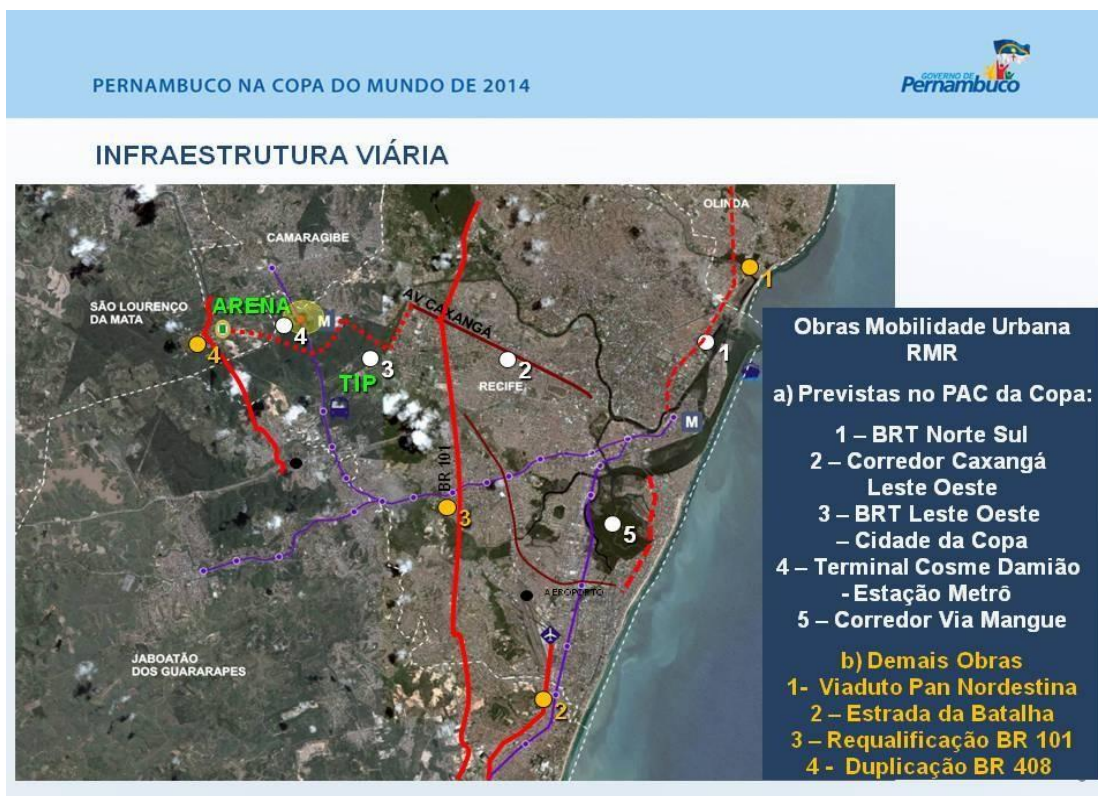
O planejamento e desenvolvimento da Cidade da Copa ficaram a cargo da Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A (“Arena”), Sociedade de Propósito Específico (SPE) liderada pela Odebrecht Participações e Investimentos (OPI) (EIA/RIMA, 2012). As obras, a cargo do Consórcio Arena Pernambuco (Odebrecht Participações e Investimentos e Odebrecht Infraestrutura), começaram em outubro de 2010, saindo do papel com custo inicial estimado em R\$ 532 milhões. Para construir o estádio, o consórcio contou com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Seu gerenciamento ficou com a Odebrecht até maio de 2015, quando o governo do estado fez o destrato, com a alegação de irregularidades no contrato de construção e exploração da Arena Pernambucana, que passou a ser gerenciada pela Empresa de Turismo de Pernambuco - Empetur.

3.4 As intervenções urbanas com as obras para a Copa do Mundo de 2014 em Pernambuco

Recife foi escolhida como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, contudo, a implantação do estádio foi realizada no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife. No entanto, as obras de infraestrutura, como o Corredor Leste/Oeste, ampliação da BR. 408, Ramal da Copa e Construção do terminal integrado de passageiros e estação de metrô de

Cosme e Damião, passam por mais de 03 municípios da RMR, como Recife, São Lourenço da Mata e Camaragibe, com maior destaque.

Figura 09: Intervenção Prevista e Proposta



Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2007.

O discurso de uma elevada demanda de torcedores para os jogos da Copa do Mundo 2014 junto com os cotidianos problemas de deslocamento de meios de transporte na RMR, o governo do Estado de Pernambuco identificou a necessidade da implantação dos Corredores de Ônibus, do Ramal Cidade da Copa e a Construção do Terminal Integrado Cosme e Damião e criação de acessos viários para Arena.

Figura 10: Premissa de Gastos com o sistema viário para a Copa do Mundo de 2014

INFRAESTRUTURA VIÁRIA	
Previsão de Investimentos	
Obra	Valor (R\$ milhões)
BRT Norte Sul	300
Corredor Caxangá	74
BRT – Cidade da Copa	99
Corredor Via Mangue	354
Terminal Cosme e Damião	15
Estação do Metrô	45
Viaduto Pan Nordestina	32
Estrada da Batalha (PE 08)	200
Duplicação BR 408 (I e II)	295
Requalificação BR 101	200
TOTAL	1.614

Fonte: CONDEPE/FIDEM Adaptado pelo autor, 2017.

Com a proposta de reestruturação urbana, e com o discurso de melhorar a infraestrutura e propiciar soluções aos problemas de ordem política, social e econômica da região metropolitana, tendo em vista a Cidade do Recife como sub sede da Copado Mundo em 2014, como convênio com os governos federal, estadual e municipal financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento o PAC ⁷2, obras foram realizadas com o discurso de melhoria da viabilidade urbana. A capital pernambucana contou com quase R\$ 13 milhões para ampliar o atendimento da rede pública de saúde por meio da construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) – das quais ainda estão previstas 18 na cidade. Obras de contenção de encostas também já foram concluídas. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2012)

⁷ O **Programa de Aceleração do Crescimento**, criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> acesso em: 10/09/2016

3.5 Vai haver Cidade da Copa?

Recife, como a maioria das cidades escolhidas para os jogos da Copa, precisou se adequar a diversas normas para realização do evento, desde um estádio, ou arena, atendendo às exigências impostas pelo Caderno de Encargos da FIFA, como toda uma infraestrutura voltada para a mobilidade urbana.

A Arena de Pernambuco foi construída para receber jogos da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo, no ano seguinte. A ideia, segundo os estudos dos relatórios de impactos ambientais, o EIA/RIMA (2012), que “a partir da contratação de uma Empresa de Propósito Específica para a implantação do projeto na modalidade PPP - Parceria Público-Privada o objetivo era atender todos os requisitos das obras”. Assim, a construção e a exploração, mediante Concessão Administrativa, de um novo estádio de futebol em Pernambuco com o conceito de “Arena Multiuso” projetavam um empreendimento erguido no meio do nada, encravada em um terreno até então intocável do município de São Lourenço da Mata, região metropolitana do Recife, iniciativa ambiciosa, onde a pretensão era que a Cidade da Copa efetuasse a transformação da região numa verdadeira cidade, nascendo a partir da arena, sem nada em seu entorno que a consolidasse, a Cidade da Copa, algo que foi o coração da candidatura de Pernambuco como sede do Mundial, em 2009, com o discurso da criação de um novo vetor de desenvolvimento, a oeste do Recife.

Junto à construção do estádio, havia uma proposta de criação da Cidade da Copa, enquanto um projeto imobiliário, impulsionada inicialmente, através de um estádio, com o discurso de um espaço amplo, moderno e sustentável, com 129 mil metros quadrados e capacidade para um pouco mais de 46 mil pessoas, estacionamento para 6.000 carros, sistema de reaproveitamento de águas pluviais e captação de energia solar. Porém, o complexo não tem prazo para início das obras.

A efetivação da Cidade da Copa, como pretendia o Governo do Estado de Pernambuco e a Odebrecht, empresa vencedora do mencionado certame licitatório: a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A (“Arena”), na Concessão Administrativa, prevista na Lei Federal nº 11.079/04 e na Lei Estadual

nº 12.765/05 (EIA/RIMA, 2012. p.08), com a prerrogativa em erguer o mais ousado projeto urbanístico inspirado no evento internacional de futebol. Trata-se de uma espécie de bairro inteligente que, se for concluído, terá 7.000 residências, um campus universitário, Universidade de Pernambuco - UPE, museu, teatro, um ginásio (arena indoor), hotéis, centro de convenções, shopping center e escritórios comerciais e empresariais. O nome do projeto: Cidade da Copa. O investimento: R\$ 2 bilhões. O prazo de conclusão: 2025

Segundo a construtora, o espaço terá como principais pilares o uso de tecnologias avançadas no monitoramento da segurança, no gerenciamento de energia e na adoção de sistemas integrados. Um grande complexo de entretenimento, com centros comerciais, cinemas, teatros e restaurantes ocupará, o “coração” do bairro- cidade. A nova localidade está sendo preparada para receber até 100 mil pessoas em seus complexos de lazer, variando de acordo com os eventos sediados. Toda a área do empreendimento foi planejada para ser percorrida, de sua região central aos diversos setores instalados, em menos de dez minutos a pé. (Estadão, 2012 <http://esportes.estadao.com.br/>).

Contudo, mesmo após a realização do megaevento, o projeto de criação dessa “Smartcity” não foi realizado. Onde deveria estar sendo construída a Cidade da Copa, existe apenas uma rodovia com seis faixas e ciclovia, que sai do estádio em direção ao Recife e cruza o Rio Capibaribe através de uma enorme ponte com o acesso ao Ramal da Copa, que também não teve a obra concluída, existindo apenas duas faixas. Andando um pouco mais, é possível ver o vazio deixado pelas desapropriações para a ampliação do Terminal Integrado de Camaragibe e um grande cercado que é feito de garagem dos ônibus deste terminal, outra obra também não iniciada no antigo Loteamento São Francisco em Camaragibe.

Com a Cidade da Copa sem previsão de existir e diante da realidade econômica do Brasil, havia uma grande euforia no mercado imobiliário, principalmente com a valorização dos imóveis. Hoje o mercado está em queda, necessitando de novas alternativas econômicas para a área em questão.

Percebe-se que não há uma proposta por parte do governo do estado no planejamento e na rentabilização da região. Porém, nos arredores da área da Cidade da Copa, no Bairro da Vila da Fábrica, em Camaragibe, está em fase de finalização a obra de construção do Shopping Camará e dois empreendimentos imobiliários das construtoras Carrilho e Pernambuco Construtora, ambas na BR.408.

Até o momento da conclusão desta pesquisa, não houve por parte do Governo do Estado a divulgação de um estudo ou a elaboração de documentos oficiais sobre as obras não finalizadas, das futuras e novas intervenções. Contudo, se a Cidade da Copa não começou a ser construída, evidencia que o legado da Copa para a região não proporcionou a expansão econômica na Região Metropolitana do Recife, apenas gerou uma expectativa de aumento de capital, no lugar em que se tratava da maior operação de renovação urbana.

No entanto, os esforços de integração empreendidos pelos agentes sociais, no sentido de viabilizar uma área de expansão imobiliária, mobilidade urbana e desenvolvimento local, produzem apenas a perspectiva de abertura de novos investimentos, significando que a venda ilusória da transformação do espaço urbano com a implantação deste possível vetor de expansão econômica continuar contribuindo para a atual produção desigual do espaço. Segundo EIA/RIMA (2012), a exploração da Arena tinha sido estabelecida por um prazo de 30 anos a cargo do parceiro privado. Porém, o contrato recentemente foi rescindido, pois a construtora vem sendo alvo de investigações de fraudes e de superfaturamento com construção.

4. DIREITO À CIDADE E A CIDADE MERCADORIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

A questão central neste capítulo é identificar as possíveis consequências com as obras de transformações urbanas para a Copa do Mundo 2014 em especial Recife como cidade sede, e as demais cidades, sob análise dos megaeventos esportivos e capital financeiro no contexto da produção do espaço urbano com grandes projetos que pretendiam o Desenvolvimento Urbano e Regional; e a como se teceu a parceria entre esses agentes na metrópole do Recife.

O papel das cidades na chamada globalização neoliberal é relacionado ao crescimento econômico, que inclui grandes obras de infraestrutura, além da flexibilização para o processo de acumulação do capital, onde nesta ocasião, faz parte das estratégias dos meganegócios. Assim, as avalanches de capitais, principalmente internacionais, especializados no contexto urbanístico do espetáculo, algo bastante evidente nas cidades que sediam os megaeventos, trazem como consequência, impactos que aprofundam as desigualdades socioespaciais, provocadas pela alegação das vantagens infraestruturais, tais como, revitalização e requalificação dos espaços urbanos. Dentro destes aspectos, podemos destacar os endividamentos das cidades, com obras sem utilidades, as especulações imobiliárias, ausência de prioridade social e o monopólio das megaconstrutoras, que sempre estão à frente das licitações para a construção das supracitadas obras. Assim, o processo de reprodução da cidade é constituído no espaço, sendo priorizado pelo valor de troca em detrimento do uso de suas possibilidades, gerando conflitos que eclodem no plano na vida cotidiana.

Algo semelhante ocorre com as obras de mobilidade e de moradia. O interesse social é álibi para um milionário movimento de construção, que, entretanto, ignora as reais necessidades populares. Uma tendência geral de expulsão dos pobres da cidade, com a valorização imobiliária vinculando-se à distinção de classe é o que se verifica. Ainda assim apesar de reconhecer a “monótona regularidade” das estratégias territoriais (e sociais) que acompanham os megaeventos no mundo, é impossível conter a perplexidade diante do que acontece hoje com as cidades brasileiras na Copa do Mundo 2014. (MARICATO et al, p. 18, 2014)

Ermínia Maricato et al (2014, p.18) chamam atenção para o processo de desregulamentação, flexibilização e privatização, por conta da ausência de

políticas sociais, com argumentos para planos estratégicos que acompanham a reestruturação das cidades, no intuito de abrir espaço para os capitais imobiliários, reduzindo o controle do Estado, caminhando em direção a um mercado mais livre. Sendo assim:

Por aqui o “plano estratégico” cumpre o papel de, ao mesmo tempo, desregular privatizar e fragmentar, dando ao mercado um espaço absoluto e reforçando a idéia da cidade autônoma que necessita instrumentar-se para competir com as demais na disputa por investimentos, de modo a transformá-la em uma “maquina urbana de produzir renda”. A cidade deve agir corporativamente (leia-se, minimizando os conflitos internos) para sobreviver e vencer. Trata-se da “cidade corporativa” ou “cidade-pátria”, que cobra o esforço e o “consenso” de todos em torno dessa abrangente visão de futuro. Para tanto, ele deve apresentar os serviços e equipamentos exigidos das cidades globais: hotéis cinco estrelas, centros de convenções pólos de pesquisas tecnológicas, aeroportos internacionais etc., a fim de vender-se com competência. Tratar-se da “cidade-mercadoria” da “cidade-empresa” que deve ser gerida como tal. (MARICATO, 2014 et al, p.18-19)

Segundo Sassen (2010, p.100), atualmente, estamos vendo uma desvinculação do espaço nacional e das hierarquias de escalas centradas no nacional, com a cidade encaixada em algum ponto entre outro local e região. É crítico o fato de que a cidade deixou de servir como fulcro para grandes transformações. A cidade emerge mais uma vez como local estratégico, chama de uma nova economia global, um mercado de trabalho internacionalizado, onde as cidades passam a ser globais, materializam-se as estratégias e a valorização do capital corporativo. Consequência disso é o aumento do processo migratório, valorização da melhor mão de obra específica para determinada função e diminuição da oferta do trabalho. Para Sassen:

As grandes cidades do mundo são terrenos onde uma multiplicidade de processos de globalização assume formas e localidades. Essas formas são, as em boa medida, o que a globalização que dizer se consideramos também a que uma proporção cada vez maior de população em desvantagens sociais. As cidades se tornam cada vez mais estratégias para capital global (SASSEN, 2010, p.106)

A conjuntura urbana brasileira no momento da Copa do Mundo de 2014 evidenciava um país que pouco investia em saneamento, transporte e habitação. A maioria das obras infraestruturais era voltada para circulação de automóveis e para a expansão do mercado imobiliário. Ignorava-se uma política voltada para o planejamento social e urbano, desencadeando a concentração econômica em uma minoria, o aumento da desigualdade social e a segregação territorial. Estes pontos negativos transformaram-se em pressuposto para justificar a realização de outras

obras. Com a retomada de programas sociais, a exemplo do o PAC, pelo Governo Federal, entre 2007 e 2011, capitais da especulação urbana foram atraídos, onde este, de certa forma provocou um movimento para uma retomada do crescimento econômico, gerando novos empregos, principalmente na construção civil. Ademais, nas cidades com a perspectiva dos benefícios com a Copa, provocou um “boom” imobiliário, aumentando os preços de aluguéis e imóveis, provocando a expulsão de parte da população para locais mais periféricos, a ampliação das cidades e o comprometimento das áreas de proteção ambiental.

A seletividade atende a diversos apelos, findando por recolher a cidade num tratamento fragmentado, envolvendo o setor viário, ou o setor habitacional ou o mote ditado pelos agendamentos internacionais, como os relativos a preocupação ambiental e a qualidade de vida nos espaços urbanos. Essa é uma condição histórica recorrente no trato das questões no espaço urbano. (GOMES, 2008 p.178).

Em Souza et al (2011), os componentes típicos de planejadores urbanos de corte conservador podem ser reunidos em uma só construção:

Ao mesmo tempo em que o crescimento desordenado gera espaços carentes e ilegais, como favela e loteamentos irregulares, a ausência de investimentos adequados cria espaços deteriorados e degradados, que precisam de revitalização. Em ambos os casos, necessitam de um planejamento adequado e de vontade política para superar o problema do caos urbanos. (SOUZA, et al 2011, p.152).

No entendimento de Maricato et al (p.22, 2014), as cidades durante o período pré-Copa, passaram por um processo de adaptação urbanística, voltada para o espetáculo do megaevento esportivo. O objetivo foi tornar os espaços, nos entornos dos estádios, locais atrativos, que pudessem atrair parcerias público-privadas, garantindo para os investidores a segurança dos investimentos, incluindo, empréstimos dos fundos públicos, e a exceção de leis, admitindo até o direito de operações que antes eram prerrogativas exclusivas do Estado. Para Maricato, o Estado de exceção segundo o conceito de Agamben:

Refere-se ao Estado que se utiliza de dispositivos legais como meio para exercer o poder de forma ilimitada, negando a própria legalidade e o direito dos cidadãos. Estado de sítio, guerras e emergências são momentos que antecedem contraditoriamente perenizados por construções legais. A dialética entre Estado de exceção e Estado de direito destrói a política, que subordina-se à economia. A análise embasada no conceito de Estado de exceção de Agamben se aplica ao urbanismo praticado sob ideário neoliberal; cabe, porém, um reparo no que se refere ao processo de urbanização típico da periferia do capitalismo. Como não enxergar um Estado de exceção permanente nessa “urbanização dos baixos salários”, já que parte das cidades (invisível e ignorada pelo Estado) é construída pelos próprios

trabalhadores, à margem das leis urbanísticas? A lei, uma vez que é aplicada de acordo com interesses de classe, passa a ser utilizada para excluir da cidade, do mercado e das políticas públicas, grande parcela da população. Ao mesmo tempo, é essa contradição entre a lei, realidade que a nega e sua aplicação discriminatória que garante um mercado altamente especulativo. (MARICATO, et al, p. 22,2014)

Em detrimento ao contexto, os autores descrevem em 07 pontos uma síntese com a especificidade de alguns aspectos que se repetem nos processos que acompanham os megaeventos, em contraste com outros projetos e polos de desenvolvimento, intervenções urbanas associadas à construção das Arenas, onde:

1° - As cidades são objetos fundamentais do processo de acumulação de capital na globalização neoliberal e os megaeventos constituem momentos especiais, potencializados desses processos. A busca de consenso em torno da preparação do país e das cidades inclui deixar os conflitos para o segundo plano;

2° - A estética do ambiente resultante disso é pautada pela arquitetura pelo urbanismo do espetáculo, seguindo a ideia de alienação, somando ao quadro a exploração de símbolos e imagens. Como consequência a violações de direitos humanos e desapropriações decorrentes deste projeto de investimento. Discute a busca de uma imagem positiva internacionalmente e contradições no discurso sobre legados. As vantagens enfatizadas pelos promotores do projeto são examinadas como frágeis. São contrapostas às ações de resistência dos atingidos na sua busca de mitigação/compensação nas suas estratégias de vida cotidiana, danificadas pelo governo;

3° - Os países “emergentes” têm sido a escolha preferencial desde o fim da década passada para sediar grandes eventos esportivos;

4° - O Estado tem um papel central na construção da mega operação, seja por meio do financiamento de obras monumentais, seja pela flexibilização das normas urbanísticas ou das parcerias com o capital privado, ou ainda pelas garantias dadas aos investimentos privados, entre outras adaptações. Criações de leis específicas que privilegiavam a FIFA e seus parceiros, com subvenções, isenção de tributos ou monopólio de venda;

5°- O suposto “legado” que ficará no país como herança positiva tem mostrado muitos aspectos negativos nas experiências anteriores: obras monumentais sem utilidade, serviços que fogem à prioridade social e dívidas enormes;

6° - Orçamentos foram subestimados e as obras iniciaram-se sem projetos executivos;

7° - A operação combina todos os expedientes como legislação de exceção, recursos governamentais milionários e coordenação delegada às empresas privadas.

A administração da cidade passou a ser concebida cada vez mais como entidade empreendedora, em vez de social democrática ou mesmo administrativa. A competição entre centros urbanos por capitais de investimentos transformou o governo em governança urbana mediante parcerias público-privadas. Os negócios da cidade passaram a ser crescentemente realizados por trás de portas fechadas e houve uma redução do conteúdo democrático e representacional da governança local. (HARVEY, 2008, p. 57).

No entendimento de Lefebvre (2001), a cidade neste sentido se transforma em um laboratório acerca da reprodução urbana, sobretudo, em sua estrutura social, onde se desenvolvem as redes e as relações comerciais, bancárias, a divisão do trabalho, a política social e econômica regulada por um Estado, com o poder centralizado. Na crítica do planejamento estrutural do Estado, como agente regulador que reproduz a segregação urbana, através da própria metodologia utilizada para o planejamento e do sistema articulado com outros agentes, tais como grandes empresários de diversos segmentos que se impõem sobre a sociedade, tornando o tecido urbano um espaço de diferentes classes, precarizando o direito à moradia com qualidade.

Nesse sistema urbano, cada cidade tende a se constituir em sistema fechado, acabado. A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembléias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos de classes, reforçam o sentimento de pertencer. (LEFEBVRE, 2001, p.12)

O resultado das relações entre os seres humanos torna o espaço urbano um ambiente dinâmico, onde há grande interação entre o bem material e vida humana. Dessa forma, o espaço passa a existir e a corresponder às necessidades das pessoas que convivem nele, assim o espaço se materializa e recebe vida através das várias ações que acontecem pelos habitantes existentes, criando os

seus signos, a linguagem, agregando valores que fazem cada vez mais atrair o capital.

A ocupação do espaço público no século XXI, movimentos de resistência e as rebeliões que provocam a chama por mudanças nas ordens políticas e sociais. Estes são alguns dos principais indicadores que provocam reflexões contundentes no atual processo de divisão internacional e social do trabalho, questionando: quais são as garantias de direito individuais e coletivos mediante a hegemonia liberal e neoliberal? E quais são os reais direitos à cidade?

Deste modo, pode-se identificar a dualidade entre a garantia dos direitos e contestação da lógica de mercado hegemônico liberal e neoliberal; Propriedade privada com as taxas de lucros - sobrepõem as formas de direitos; e Direitos trabalhistas (forma coletiva – classe trabalhadora – segmentos culturais. Desta forma podemos explorar um pouco a ideia de Lefebvre, que contextualiza esta temática do direito à cidade, ressaltando que o direito não pode ser compreendido apenas como o direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Para o autor:

{...} O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos e engloba os direitos “à liberdade, à individualização na socialização ao habitat e ao habitar {...} o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade), estão implicados no direito à cidade (LEFÈBVRE, 2001, p. 134).

Ainda em Lefebvre (2001), o urbano passa a ser o lugar de encontro, transformações, prioridade do valor de uso; reforça a segregação urbana de parte da população que não dispõe de renda, vida urbana, transformada, renovada. Sendo assim, só a classe operária pode se tornar agente, portador ou suporte social dessa realização

Em Harvey (2014, p. 47-48), a urbanização é resultante da produção de excedentes que transforma também a qualidade de vida da população em uma mercadoria. Projetos urbanísticos que prometem um estilo de vida voltado para o consumo, em que locais como shopping centers, restaurantes, bares, cafés, centros comerciais, condomínios fechados etc., significam cada vez mais a divisão da cidade em partes distintas: a dos que podem pagar e ter acesso a todos os tipos de serviços e a dos que são cada vez mais subjugados a esse tipo de urbanização, sem direito aos serviços de saneamento e passíveis de casos de desapropriação.

David Harvey define com uma semelhança de raciocínio a Lefebvre, o direito à cidade:

O direito à cidade é [...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p.28).

Para Harvey (2014, p. 28), o direito à cidade é concebido para além do usufruto de benefícios públicos urbanos, podendo ser manifestado, principalmente como o direito de modificar e criar novos espaços urbanos, de acordo com os nossos desejos, servindo como um espaço de participação social, cabendo imaginar uma cidade inclusiva. No entanto, o neoliberalismo transforma as regras em um jogo político, ao compreender a cidade enquanto um produto que gera lucro, planejada, apenas para esta finalidade, onde os empreendimentos competitivos substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais.

Porém o direito à cidade é também o direito de participar da construção do projeto de cidade, que envolve seus habitantes e seus diversos atores sociais, além do poder público. Em consonância a esta lógica, o movimento de novas regras de mercado formaliza uma pressão econômica, que tenciona alargar as desigualdades socioespaciais, decorrentes de práticas de gestão pública em benefício de uma minoria.

O direito à cidade é, portanto, muito mais um direito ao acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com mais profundo desejo. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende individualmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos. O capitalismo fundamenta-se como nos diz Marx, na eterna busca de mais valia (lucro). Contudo, para produzir a mais valia, os capitalistas estão eternamente produzindo os excedentes de

produção exigidos pela urbanização. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2014, p. 30).

Segundo Domingues (2011 p.08), procurou-se captar as características e efeitos dos investimentos sobre a elevação no estoque de capital setorial e na produtividade dos fatores, destacando, as estratégias ligadas a mudanças no planejamento urbano moderno, passando a ser um planejamento estratégico flexível, com intervenções urbanísticas específicas, delimitadas no tempo e no espaço, sendo conduzidas para o fortalecimento do mercado, muda a gestão da cidade em um empreendimento dos interesses públicos privados. Assim, os estados sede da Copa foram beneficiados com os investimentos, passaram a ter uma vantagem relativa no sistema inter-regional, seja via produtividade de fatores ou aumento da participação na produção. Portanto, os investimentos previstos nos estádios de futebol não representam mudanças de produtividade para setores ou de bem-estar para famílias.

Kowarick (1979, p. 29), define o cenário acima como espoliação urbana, somatório de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, onde se destacam as contradições existentes no espaço urbano, geradas pelo mercado imobiliário, depredação ambiental, inexistência de infraestrutura e a questão dos movimentos sociais. Com a vigência dos clássicos mecanismos da acumulação urbana, das próprias desigualdades sociais, por meio da dinâmica urbana, tendo como base a apropriação privada de várias formas da renda urbana, faz com que os segmentos já privilegiados desfrutem, simultaneamente, de maior nível de bem-estar social, riqueza acumulada e patrimônios imobiliários de altos valores. Ao mesmo tempo, grande parte da população, formada pelos trabalhadores, é espoliada por não terem reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo. É a ideia que resulta de um somatório de extorsões, indo além da exploração do trabalho.

Diante das crises recorrentes que afetam a realidade urbana em nosso país, desde a implantação do projeto neoliberal, a iniciativa privada prioriza a formulação de estratégias para a acumulação do capital. O resultado disso é o agravamento da segregação socioespacial, precarizando os bens de consumo coletivo capazes e a qualidade de vida da população. Assim, a pobreza e a expansão urbana em

sua feição social e política constituem um ponto analítico em um universo de acesso e oscilando entre a tragédia cotidiana e a estratégia dos espaços de luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania, onde o palco de desigualdades sociais e conflitos são interpretados com base no conceito de espoliação urbana, traduzindo na desigualdade em uma sociedade cujo desenvolvimento é acompanhado de formas variadas de "exclusão social".

Giorgio Agambem (2004 apud Carvalho et al 2014 p. 164), refletindo sobre a cidadania em tempos de exclusão, afirma que:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (AGAMBEM, 2004, p. 13 apud CARVALHO 2014 et al p.164.)

O conceito de espoliação para Kowarick (1979, p. 30) agregar de modo estrutural, a ideia de reconstituição histórica do uso da força de trabalho submetida a formas de extorsão que extrapolavam o domínio da fábrica. O uso deficitário do transporte, a precariedade da moradia, a dificuldade de acesso a bens coletivos de consumo, baixos salários, água e luz, configuram a vigência de condições insatisfatórias de reprodução social.

A espoliação urbana se define não só pela carência de bens de consumo coletivo. É a ausência por parte dos indivíduos destituídos de direitos de acesso a bens coletivos e garantias cotidianas de sobrevivência. Revelava-se, portanto, a matriz da desigualdade espalhada nas práticas rotineiras do ir e vir ao trabalho, no despertar precoce para evitar o enfrentamento de filas, enfim, em todos os sentidos de alerta e fadiga não computados no "tempo que conta" - o do emprego formal remunerado.

A falácia desse esquema reside do fato de o fluxo e refluxo das lutas sociais, ao ganharem sinais negativos e positivos em função do papel que deveriam desempenhar com vistas a um horizonte de redenção pré configurada, adquirirem um colorido interpretativo eminentemente voluntarista e dicotômico: o Estado passa a ser encarado como um agente perverso do drama social, enquanto movimento social é tido como homogêneo na sua composição e finalidade, em busca de uma autonomia organizatória e reivindicadora sempre incompleta ou simplesmente negada pela dinâmica concreta do acontecimento. (KOWARICK, 1979, p.79)

Os procedimentos adotados durante as remoções não correspondem ao marco internacional dos direitos humanos, que inclui o direito à moradia adequada,

nem respeitam a forma como elas devem ocorrer. O direito a informação, a transparência e a participação direta dos atingidos na definição das alternativas e de intervenção sobre as suas comunidades não foi obedecido. As pessoas receberam compensações insuficientes para garantir seu direito à moradia adequada em outro local e, em grande parte dos casos, não houve reassentamento onde as condições pudessem ser iguais ou melhores daquelas em que se encontravam. Nos casos em que aconteceu algum tipo de reassentamento para o Minha Casa Minha Vida, esse se deu em áreas muito distantes dos locais originais de moradia, prejudicando os moradores no acesso aos locais de trabalho, meio de sobrevivência e a rede socioeconômica que sustenta na cidade. (ROLNIK, 2014)

Várias denúncias foram realizadas pela população, sobretudo pelo processo de remoção das casas, isso em todas as cidades-sede. O processo de remoção tinha um só objetivo, a mudança no cenário urbano, vinculada à preparação das cidades para a realização do megaevento, dando lugar aos novos instrumentos públicos, como expansão de aeroportos, infraestrutura para a circulação. Evidenciando a precarização do direito à moradia através do processo de remoções e de violações dos direitos.

As áreas degradadas decorrentes dos processos de expulsões e sujeitas ao desrespeito e às violações foram justificadas pela lógica do legado urbano. No entanto, se questiona como ficarão e quais os reais ganhos promovidos com os investimentos que não oportunizou novas moradias. Em todo este contexto, os obstáculos que a ela se opunham para os moradores no processo de ambigüidade dos direitos e a exposição às vulnerabilidades.

De acordo com as leis internacionais sobre o direito à moradia – das quais o Brasil é signatário-, quando uma remoção precisa ser fato realizada, a comunidade tem o direito de conhecer o projeto, de discuti-lo e de apresentar alternativas. (ROLNIK et al 2014, p.69).

A ausência de planejamento no espaço urbano, como das comunidades aos arredores, onde foram construídos os megaeventos, trouxe como consequência à reprodução da segregação, em que a população pobre fica sem opção e sem espaço para voz quando se refere a habitação, moradia de qualidade, acabam segregando-se aos arredores da cidade, sendo a dinâmica da produção no espaço urbano uma das principais características que envolvem vários contextos das

problemáticas sociais, no que tange às dificuldades para os planejamentos estratégicos por parte de uma gestão pública, com a finalidade social.

O espaço público além de ser necessariamente aberto, isto é, sem limitações ou condições para que a ele se tenha acesso, é o espaço da pluralidade, do encontro e do convívio com a diversidade, bem ao contrário de um espaço onde renda e classe social são condições imprescindíveis para que neles se seja adequadamente recebido. (LEITÃO, 2014, p.128).

Contudo, não se pode esquecer que a população deve ser o foco do planejamento e suas indagações devem ser verificadas. Neste sentido, quais serão as alternativas para promover o desenvolvimento socioeconômico local? Portanto, é da melhoria em qualidade de vida que a população deseja ser atendida em projetos realizados pela gestão pública, para que a realidade distinta da que os circunda venha posteriormente gerar benefícios para a população.

É neste sentido que se pode considerar que, ao mirar o espaço edificado, o seu entorno, o ser humano reconhece nele a sua constituição interna, aquilo que o faz ser o que é, tanto do ponto de vista da subjetividade que o singulariza quanto como parte de uma cultura na qual está inserido. Uma vez mais, um escritor chega a essa conclusão antes da ciência. (LEITÃO, 2014, p.144).

Nesta ocasião, verificamos a questão da Vulnerabilidade Social, no sentido do conjunto de pessoas e lugares, que estão expostos à exclusão social, são famílias, indivíduos sozinhos, e é um termo geralmente ligado à pobreza. As pessoas em situação de vulnerabilidade social são aquelas que não têm voz onde vive, geralmente moram na rua, e/ou depende de favores de outros.

Para tal efeito de análise, pressupõe que os eventos que vulnerabilizam as pessoas não podem ficar restritos apenas ao resultado das questões econômicas, para além dessa devem ser considerados os complexos jogos de interações que compreendem elementos como a inserção no mercado de trabalho, as especificidades das relações sociais e os diferentes graus de acesso aos serviços públicos. Neste sentido, fatores como a fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências...), as diferentes formas de violência, as singularidades dos lugares, as representações políticas, as redes de proteção social e os serviços públicos disponíveis, também podem contribuir ou não, para a condição de vulnerabilidade em que se encontram pessoas/ famílias/ grupos sociais. No entendimento de Almeida: (2015, p.138),

O principal conceito é que uma pessoa está em vulnerabilidade social

quando ela apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui família, não possui emprego, e esses fatores compõem o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros. A pessoa que está nessa situação torna-se um excluído, que ocorre quando indivíduos são impossibilitados de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e expulsa dos espaços da sociedade.

No entendimento de Almeida (2011, p. 137), a vulnerabilidade que coloca as pessoas em risco social tem uma dimensão muito além das carências econômica e alimentar. Outros tipos de carência como condições precárias de habitação e saneamento, subemprego, subconsumo, falta de integração e suporte familiar e baixos níveis educacionais e culturais, têm a mesma importância que a econômica. Uma instituição privada ou pública que realmente deseja reduzir o percentual da população em situação de risco social deverá ter em mente essa abordagem multidimensional da vulnerabilidade e risco social.

Segundo Berring (2007 p. 52), podemos identificar a questão social no contexto da interpretação da realidade como mediação entre as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado ou pela classe social. Uma das formas mais frequentes e conhecidas de medir a pobreza é a linha de pobreza, definida a partir de um padrão de consumo alimentar. Dessa forma, uma pessoa é classificada como pobre se sua renda *per capita* não é suficiente para proporcionar o acesso àquele padrão alimentar. As entidades governamentais têm adotado o valor equivalente a meio salário mínimo vigente *per capita*, sem considerar a representatividade do salário mínimo ao valor real de compra em determinado tempo e local.

As políticas públicas é um conjunto de sucessivas tomadas de posição do Estado frente a questões socialmente problemáticas e cujos processos de implementação se dão via burocracia estatal. (GOMES, 2002). Neste sentido, as políticas públicas configuram-se como um campo de conflitos e interesses.

Para Faria, (2009) as Políticas Públicas podem ser compreendidas como:

Um sistema, conjunto de elementos que se interligam, com vistas ao cumprimento de um fim, que é o bem comum da população a quem se destinam, ou mesmo como um processo, pois tem ritos e passos, encadeados, objetivando uma finalidade. (FARIA, 2009, p. 122).

As políticas públicas devem ser pensadas de forma intersetorializada, uma vez que a proteção e a atenção devem interagir para propiciar o atendimento integral do sujeito, considerando-se como atenção integral, as ações da saúde, educação e as ações de proteção social e de assistência social, que visam oportunizar o lugar de sujeito de conhecimento, desejo e direito. Assim, ambas devem ser compreendidas como um conjunto de um sistema (que no seu conjunto, possuem os elementos que se interligam, com vistas ao cumprimento de um fim: o bem comum da população a quem se destinam), ou mesmo como um processo, pois tem ritos e passos, encadeados, objetivando uma finalidade.

A política pública é um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada.

Para atingir o objetivo da atenção integral é o aumento da escolaridade e da qualidade educacional e cultural para a população. Entende-se que com uma melhor e maior bagagem educacional e cultural, as outras carências poderão ser supridas. Crianças e adolescentes como foco de atuação é uma alternativa estratégica que deverá trazer resultados positivos. Uma criança ou adolescente em circunstâncias de vida desfavoráveis estarão expostos a todo tipo de violência, ao uso de drogas, ao crime, além de estar privado de vivências afetivas e culturais, fundamental para o seu pleno desenvolvimento biopsicossocial.

As pessoas imersas nestas condições vivem desprovidas dos seus direitos civis e humanos, tornam-se parte esquecida da população, chegando ao limite da miséria humana, ocupando as ruas e sobrevivendo à custa do que a ela lhe é oferecido, ou, mendigando. Os problemas citados são característicos das sociedades que adotam o modo de produção capitalista como modelo de produção dos bens necessários, contribuindo para a concentração de renda de poucos, pelas mazelas trazidas pela não redistribuição de renda, gerando as imensas desigualdades sociais que vivemos.

A concepção de vulnerabilidade social adotada pela PNAS-2004 tem recebido interpretações diferenciadas. A primeira delas pode trazer um estigma ao carimbar alguém de “vulnerável”. Digamos que, do mesmo modo que se pode aplicar o conceito de pobre, carente, excluído como estigmas, também se pode aplicar os conceitos de vulnerabilidade e de

vulnerável. Trata-se do uso de uma categoria como o designativo de alguém e, por isso, esse alguém abre mão de ser sujeito para ser sujeitoado, perdendo a categoria de cidadão. Nesse sentido, o designativo é usado como forma de redução social e, até mesmo, culpabilização do indivíduo por sua fragilidade. (SPOSATI, 2009.p.33).

Sendo assim, na concepção de Aldaíza Sposati (2009), a vulnerabilidade social é termo utilizado nas políticas públicas sociais, no sentido de apontar os indicadores sociais e seus aspectos conjunturais que têm sido interpretados de várias formas, mas com o objetivo, após análise das promoções de ações voltadas para as garantias dos direitos sociais e a descentralização da renda. Para autora, risco e vulnerabilidade são sinônimos, e que eles não se resumem à pobreza, permitindo que se perceba se os grupos de família ou indivíduos estão vulneráveis a uma dada realidade socioeconômica.

Ainda na contribuição de Sposati (2009, p.35), o olhar da vulnerabilidade não pode ser só da precariedade, para isso, compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para avaliar o alcance das políticas sociais. Mas, também, o dimensionamento da capacidade de resistência a confrontos e conflitos.

Em Monteiro (2011), a ideia de vulnerabilidade faz referência a um processo, em vez de um estado. Nesse sentido, sobrepõe-se também à própria noção de pobreza, uma vez que incorpora fatores emergentes da ausência e a precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência.

Aponta-se aqui para dois pressupostos que devem ser percebidos de maneira complementar e orgânica para a compreensão de vulnerabilidade social. O primeiro pressuposto deve ser percebido como risco de serem ferido ou prejudicado frente à mudança ou permanência de situações indesejáveis, como embates adversos de origem externa. O segundo refere-se à capacidade de respostas que os grupos sociais têm às mudanças e aos desafios que o meio natural e social impõe (expressos nos indivíduos como sensações de indefesa, medo e insegurança frente aos riscos de se viver em sociedade (MONTEIRO, 2011, p.33).

Para Kowarick (2001), discutir a vulnerabilidade socioeconômica no Brasil é apontar, principalmente para a ausência do cumprimento dos direitos. O autor enfatiza o discurso de que a igualdade perante a lei e à própria integridade física das pessoas, bem como dos direitos sociais, acesso à moradia, serviços médico-hospitalares, assistência social e dos níveis de remuneração adequados. Para enfrentar este cenário, convém destacar que a problemática da exclusão é a categoria essencial para acentuar a pobreza em nosso país. Assim, a vulnerabilidade em relação aos direitos básicos é traduzida em perda dos direitos

adquiridos. Em face da crescente convicção de que o Estado é inoperante, ineficaz e corrupto, suas funções devem ser reduzidas, no entanto, vem sendo substituídas por agentes privados, denominado em um amplo processo de desresponsabilização do Estado.

Através da prerrogativa do direito universal em relação às políticas públicas, no entendimento de Kowarick (2003), o papel da ação do Estado é na mediação dos interesses socioeconômicos e nos conflitos sociais. Na realidade, esta ação deveria possuir o caráter instrumental público, na promoção do sistema de prevenção e proteção na garantia dos direitos. Outros questionamentos sobre o papel do Estado é da lógica da criação de instâncias de intervenção nas situações de conflito, promovendo o equacionamento da questão da pobreza, a cargo das ações de cunho humanitário. Estes discursos categoricamente hegemônicos mensuram enfaticamente que o capitalismo excludente, a industrialização, urbanização e os sistemas políticos, são categóricos os canalizadores das mudanças significativas e na diversificação do crescimento econômico, migração para as cidades e das oportunidades socioeconômicas.

Neste cenário, entende-se que a atuação dos agentes sociais no controle na produção socioespacial, por conta da acomodação social, é conduzida, por um lado, pela naturalização dos acontecimentos.

E, particularmente para os gestores públicos desses espaços e, para aqueles que operam no legado do direito à cidade, é politicamente uma opção mais factível eleger seletivamente essa ou aquela parte da cidade, e/ou particularmente essa ou aquela seção da parte, ou, mais amiúde, um objeto quer seja natural ou construído. (GOMES, 2008 p.178).

Por fim, Kowarick (2001) relata que os mecanismos residem em desresponsabilizar os pobres pela situação em que foram lançados por acaso, sorte ou azar, aleatoriamente e inevitavelmente, porque assim é e sempre foi, proclamando, atualmente, as inescapáveis leis do mercado e da globalização que reduzem à individualização da questão do pauperismo. Vinculadas a essa questão social e econômica, reaparecem as múltiplas modalidades de rebaixamento do custo de reprodução e reposição da mão de obra, com apoio na robotização e flexibilização, sem que haja aumentos da massa salarial e do nível médio da remuneração, ao mesmo tempo em que externaliza a fabricação de peças por meio da montagem em cadeias produtivas sob rigorosos controles de qualidade.

A diversidade sucumbe à razão hegemônica eleita como parâmetro civilizatório e, é denotada como desigualdade. Tudo aquilo que não é similar é desigual, está em desequilíbrio. A lógica é perversa e potencial. A cada nova ordem, e a cada advento, todos devem estar a postos e em condições de perfilá-la sob o risco de ampliação da desigualdade para acesso. Os pontos de partida são dados como comuns e as condições supostamente são patrimônios acumulados. (GOMES, 2002 p.03).

Desta feita, as diferenças assumem a condição de desigualdade, principalmente na possibilidade de sobrevivência entre os humanamente iguais, e, culturalmente diferentes (GOMES, 2002). E a cidade é o lócus onde a materialidade desse Mundo do trabalho, em toda a extensão das diversidades e das oportunidades, põe em questão as evidências ocultas dessa hipermetropia.

A questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro. [...] Essas diferenciações e segmentações [sociais, econômicas e civis] podem ser tomadas [...] como a contra face de uma destituição de direitos [...]. Trata-se de uma destituição [...] que, ao mesmo tempo em que gera fragmentação e exclusão, ocorre em uma cena-rio de encolhimento de legitimidade dos direitos sociais. (KOWARICK, 2002, p.15).

Contudo, essa fragilização dos direitos sociais não pode ser vista como decorrente da crise, mas como um momento transitório para enfrentar a vulnerabilidade e a espoliação, durante a ausência dos direitos civis básicos.

Observa-se na história, que o conjunto de modificações realizado nas cidades pode levar a uma série de conflitos sociais, como o crescimento desordenado das cidades, a falta de estrutura nas áreas de habitação, saneamento e transportes. Estes problemas promovem uma instabilidade social, em alguns momentos gerando revoltas com o intuito de buscar soluções para os problemas sociais. Entretanto, o discurso da reestruturação urbana por parte do Estado é a busca de melhores condições de se viver na cidade com a implantação de melhorias na infraestrutura.

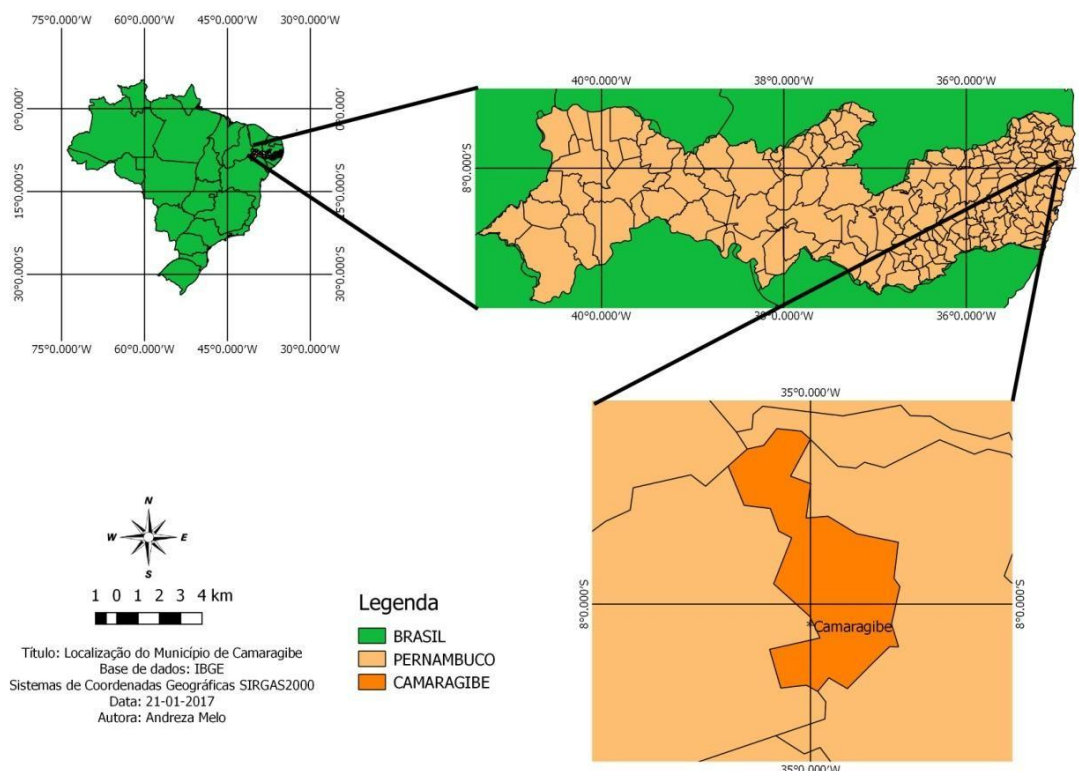
No quadro das grandes desigualdades sociais, existe a necessidade da reprodução social, a partir das intervenções em detrimento das políticas públicas urbanas, configurando-se, como requisito para a legitimação do Estado enquanto poder público. Contudo, a propriedade privada do solo urbano como condições e limite da reprodução do capital, no debate das remoções e desapropriações é a definidora da segregação e espoliação socioespacial do processo de

mercantilização do solo urbano. Não é raro observar nas grandes cidades brasileiras, que ao lado do intenso processo de remoção de comunidades compostas por famílias de baixa renda, existam diversos indícios de especulação imobiliária e supervalorização das áreas urbanas, que estão sendo objeto de intervenção por parte do Poder público, em especial, em torno dos projetos de mobilidade urbana. De fato, tudo leva a crer que os investimentos em mobilidade são os principais investimentos de reestruturação das cidades, incidindo sobre a sua dinâmica urbana na perspectiva da revalorização de certas áreas e na viabilização dos investimentos na expansão urbana das cidades.

4.1 Os contrastes sociais dos arredores da “Cidade Da Copa”

Após “Recife” ser oficializada como sub-sede da Copa de 2014, algumas intervenções em infraestrutura, principalmente, em projetos de mobilidades urbanas foram iniciadas com o discurso de viabilizar para o acesso a Arena de Pernambuco. Como a arena não estaria localizada em Recife, mas no município de São Lourenço da Mata, as principais obras relacionadas à infraestrutura em mobilidade impactaram não apenas Recife, mas principalmente o município de Camaragibe, com a construção do Corredor Leste/Oeste, ampliação do TI Camaragibe e o Ramal da Copa, esta última considerada o principal sistema modal rodoviário.

Mapa 02: Localização de Camaragibe

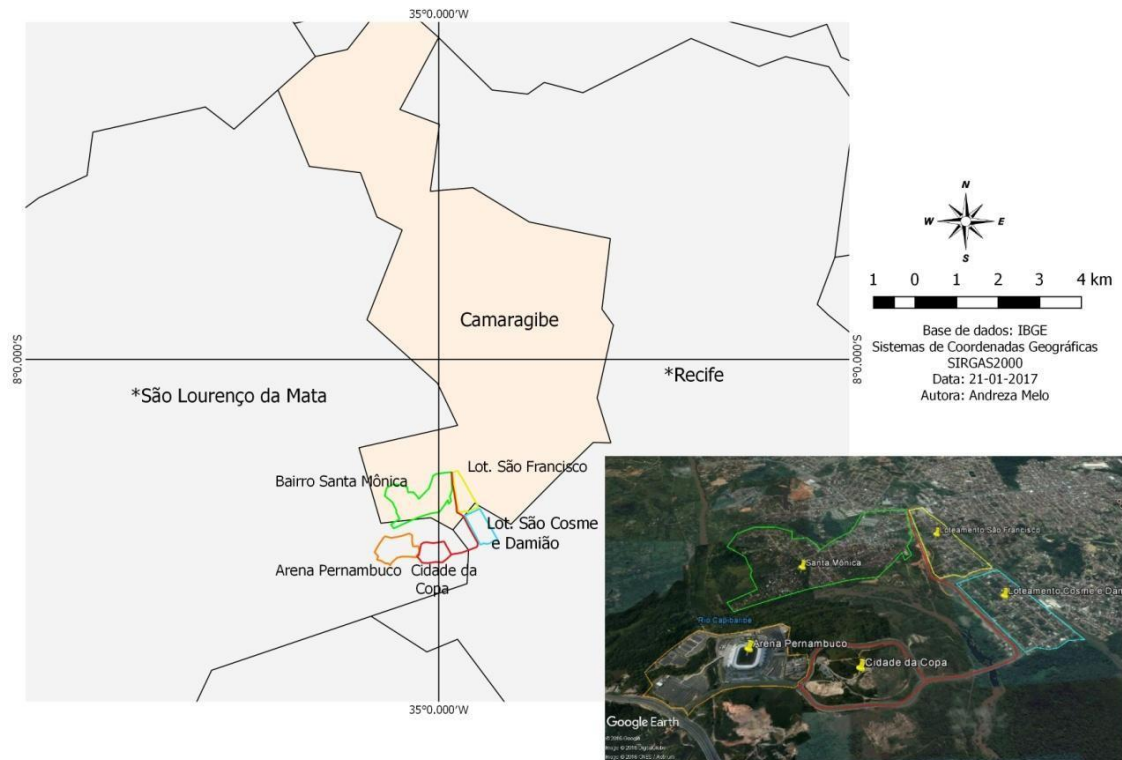


Fonte: Andreza Melo, 2017

Para a realização de tais obras de “mobilidade” houve a necessidade de alteração e/ou flexibilização das legislações urbanas existentes. Foram realizadas desapropriações de centenas de moradias, em detrimento das demandas dos moradores locais e acesso à Cidade da Copa, o que torna difícil associar essas obras a um legado. É sempre importante ressaltar as dificuldades com as informações sobre os referidos projetos, principalmente no que se refere aos custos finais e à descrição das obras previstas na RMR.

Para realização desta pesquisa foram selecionadas 03 áreas que estão localizadas no entorno da Arena Pernambuco e que sofreram impacto direto com a construção da arena e duas infraestruturas viárias: o loteamento Cosme Damião (Bairro da Várzea em Recife), o bairro de Santa Mônica (Comunidade Beira Rio) e Loteamento São Francisco, ambos em Camaragibe. Estas localidades apresentam-se como áreas vulneráveis e que apesar dos grandes investimentos em obras, as mesmas não foram beneficiadas com o “progresso” que estaria por vir em função da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Mapa 03: Área do entorno da Arena de Pernambuco



Fonte: Andreza Melo, 2016.

Figura 11: Área do entorno da Arena de Pernambuco e Cidade da Copa



Fonte: Andreza Melo, 2016.

4.2 A realidade socioeconômica do loteamento Cosme Damião antes da Copa do Mundo FIFA2014.

O loteamento Cosme e Damião está localizado entre os limites territoriais dos municípios do Recife e Camaragibe. O povoado foi construído para os trabalhadores da fábrica de vidro de propriedade da família Brennand em meados do século XX. Por ser uma localidade situada na divisa entre dois municípios, os moradores vivem com dificuldades por ser uma área limítrofe e até então mal delimitada, o que ausentava a gestão desta área por ambos os municípios.

Por estar em meio ao caminho até a Arena de Pernambuco, o loteamento Cosme e Damião recebeu obras do projeto de mobilidade urbana do Consórcio Grande Recife para a Copa do Mundo. Com a expectativa de progresso e crescimento econômico a partir da inclusão de um modelo moderno de transporte, a perspectiva dos moradores do loteamento era no melhoramento da qualidade de vida. Segundo os próprios moradores, esta é uma espera antiga, que poderia atrair outros investimentos, como na área da saúde e habitação que ainda são escassos.

Figura 12: Projeto inicial da Cidade da Copa com o VLT, saindo do Terminal Integrado de Cosme e Damião



Fonte: Skyscrapercity, (<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=640089&page=80>), 2016.

Dentro desta relação estrutural da organização social, o transporte se destaca com uma demanda derivada da economia, ou seja, não é um fim em si mesmo, mas uma atividade a partir da qual é possível acelerar o desenvolvimento econômico na medida em que otimiza e confere maior velocidade e racionalidade aos deslocamentos (COCCO, 2008).

Os problemas associados à circulação, à acessibilidade e à estruturação do espaço das cidades não se limitam à escala geográfica local. O contexto macroeconômico também atinge efeitos aos sistemas de transporte público, com consequências sobre a oferta e a demanda de transportes, sobre a expansão urbana e, por conseguinte, sobre a estruturação destes espaços (COCCO, 2008).

O tratamento da circulação urbana está contido dentro do planejamento regional e do desenvolvimento nacional, sendo um dos fatores primordiais para a geração de renda e, portanto, de demanda efetiva para os próprios serviços de transporte se sustentarem economicamente.

Entretanto, o transporte público deve ser encarado não apenas como um sistema que sustenta a expansão urbana e os espaços já estruturados de indústria, comércio e serviços, mas um serviço que somado a outras políticas é capaz de orientar a estruturação espacial e promover o desenvolvimento a partir da acessibilidade que proporciona (VASCONCELLOS, 2009). Os transportes de passageiros possibilitam a estruturação do espaço da cidade com a provisão paulatina de acessibilidades às expansões urbanas subsequentes.

A Prefeitura da Cidade do Recife publicou no Diário Oficial do dia 04 de janeiro de 2012, lei nº29/2011 de autoria do poder executivo que torna algumas áreas do Loteamento Cosme e Damião, no bairro da Várzea, na Zona Oeste do Recife, de utilidade pública para desapropriação de algumas casas. (PREFEITURA DO RECIFE, 2013). Com a Lei nº17.766/2012, cerca de 120 imóveis que estão localizados no traçado da via terão que ser desapropriados, ação necessária para que fossem dados os primeiros passos na construção do Ramal Cidade da Copa. Em junho de 2012 foram iniciados o processo de desapropriação e as derrubadas dos imóveis, como se pode ver na figura a seguir, em que a máquina faz remoção dos entulhos das derrubadas das casas para construção do terminal de ônibus em Cosme e Damião.

A desapropriação é o instrumento jurídico mediante o qual o Estado se apodera do bem particular, torna-se procedimento administrativo pelo qual o poder público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública sobre o Decreto-Lei Nº 3.365. de 21 De Junho De 1941e/ou interesse social, onde, qualquer bem pode ser objeto de desapropriação.

Figura 13: Retirada dos entulhos após as derrubadas das casas para ser construído o terminal de ônibus em Cosme e Damião



Fonte: O próprio autor, 2012

De acordo com o secretário executivo de mobilidade, Flávio Figueiredo, desapropriações e custos desnecessários foram evitados a partir do momento em que o traçado do Ramal Cidade da Copa passou por uma readequação, com o objetivo de diminuir o impacto sobre a população local. Mas, na verdade, o que se percebe é o alto custo na desapropriação. Com isso, foi escolhida outra área, com a questão fundiária mais frágil, o loteamento São Francisco com um processo de desapropriação e um novo caminho para a Arena Pernambuco.

Os moradores do loteamento denunciavam que o governo do estado de Pernambuco realizava intervenções no bairro, obrigando-os a deixar suas casas, para o início das obras. Porém, com o decreto, definiu o local como de utilidade pública para que os imóveis fossem demolidos.

Figura 14: Obras da Estação do Metrô e terminal de ônibus em Cosme e Damião



Fonte: skyscrapercity, (<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=640089&page=80>), 2016

O objetivo da ação era aproveitar a área para fazer um conjunto de obras viárias, onde hoje funciona depois de 04 anos o terminal integrado de passageiros que dá acesso à Arena de Pernambuco. As famílias reclamavam dos valores oferecidos pelo governo do estado para a indenização, considerando-o inferior ao valor das casas. O governo estadual não divulgou oficialmente os números exatos das casas desapropriadas e os valores de indenização. Mas, estima-se segundo o ex-morador *T. Cabral*, mais de 150 imóveis foram desapropriados, onde hoje é o terminal de ônibus, *“pois existiam casas em cima de outras, terrenos que comportavam 03 (três) ou mais casas, mas que a empresa contratada pelo governo só relatava uma”*

Neste cenário, o Estado é provedor de infraestrutura que valoriza os espaços provocando essas ações, aumentando a segregação socioespacial de forma crescente. A valorização do espaço urbano, aqui, vem sendo atrelada à ampliação das diferenças do uso do solo urbano aplicado, significativamente à segregação espacial e ampla desigualdade. Segundo Carlos (2001), o espaço urbano torna-se um instrumento do poder público que envolve articulações que consequentemente:

Inscreve-se em um conjunto de estratégias com orientação significativa, que converge para o aprofundamento da segregação social no espaço a partir da destruição da morfologia da cidade que ameaça/transforma a vida urbana, isso porque as reestruturações/renovações ocorrem na prática do

social. Não é por acaso que se realiza por meio do poder público (só o Estado tem o poder, por meio da gestão, de atuar em grandes parcelas do espaço), assegurando a reprodução das relações de produção do espaço. Na realidade o Estado quanto os empresários, apesar de suas diferenças, por suas estratégias espaciais, conduzem à segregação do espaço (lançando mão da dominação do Estado ou da fragmentação do mercado imobiliário). Assim “cada projeto de renovação urbana coloca em questão as estruturas existentes na sociedade, as relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também aquela que se pretende impor pela via da coação do institucional ao resto da realidade urbana” (CARLOS, 2001, p.69)

Sendo assim, o loteamento Cosme e Damião conviveu com o processo de desapropriação das casas para serem construídos sobre estes terrenos a estação do metrô e o terminal de ônibus. Entretanto, o que se identifica é um processo de valorização da área, com o aumento do preço da terra e um processo de especulação imobiliária estabelecendo-se no local.

No caso de Cosme e Damião, o espaço vem sendo valorizado pelas obras de infraestrutura. Portanto, os moradores convivem atualmente frente às obras de mobilidade e reestruturação urbana com o futuro do loteamento e sobre a expectativa do desenvolvimento socioeconômico local. A desapropriação trouxe como consequência à especulação imobiliária, o custo de vida do bairro vem aumentando, mas nos aspectos sociais a comunidade em Cosme e Damião, ainda não visualiza projetos que possibilitem qualidade de vida para a população.

A reconfiguração do espaço urbano do loteamento Cosme e Damião com a construção da integração de ônibus e a estação do metrô tem como consequência uma mudança no perfil da população, visto a valorização com introdução destes instrumentos públicos, serviços e circulação de mercadorias quantitativa e qualitativamente satisfatória ao capital e às condições que venham garantir a reprodução do mesmo de forma rápida e cada vez mais lucrativa.

É incontestável que por conta da inexistência de uma estratégia do estado, evidenciaram-se os transtornos com a implantação destes serviços públicos. Neste sentido, o governo não promoveu investimentos sociais no espaço urbano do loteamento Cosme e Damião, tudo foi voltado na lógica da produção do capital, através do transporte público de passageiros, ocasionando o aumento na criminalidade, segundo relatos da população, mudança nos hábitos de lazer da população e violência urbana e diminuição da tranquilidade por conta da multidão de torcedores que vão aos jogos na Arena (de) Pernambuco.

Figura 15: Obras em Cosme e Damião e Arena de Pernambuco.



Fonte: Skyscrapercity, acessado em:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=640089&page=80>), 2016

Figura 16: Ponte que liga o loteamento Cosme e Damião a área da Cidade da Copa.



Fonte skyscrapercity, acessado em:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=640089&page=80>), 2016

Figura 17: visão panorâmica do loteamento Cosme e Damião



Fonte: Skyscrapercity, acessado em:

(<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=640089&page=80>), 2016

Em Cosme e Damião, a implantação do sistema de integração de ônibus e a estação do metrô produziram na realidade, um processo de valorização do solo urbano que se reflete, segundo a população no aumento do preço do imóvel e na especulação imobiliária do loteamento. Esses conjuntos de infraestrutura viária tornaram a localidade uma nova fonte de investimentos imobiliários que mudam significativamente a característica do loteamento e os arredores de Cosme e Damião. Mesmo com a mudança da paisagem socioeconômica, a população do loteamento Cosme e Damião necessita se deslocar para o centro comercial do município de Camaragibe, por conta da proximidade e a oferta, principalmente no setor de serviços.

No período anterior ao megaevento, algumas casas receberam ordens para a desapropriação, que consequentemente geraram manifesto dos moradores e donos e alguns comerciantes que tiveram ordens para a desapropriação. A reclamação é em torno do valor estipulado pelo Governo do Estado de Pernambuco, que segundo a população, o valor é bastante abaixo da realidade.

Segundo Carlos (2001), essa realidade com os projetos de mobilidade urbana e com processo de reestruturação urbana traz mudanças socioespaciais de

forma diferenciada, permitindo a geração de novos usos e novos fluxos, e consequentemente, novas funções, como também efeitos negativos, de modo contraditório e desigual.

Em Cosme e Damião, uma população marcada por falta de serviços públicos, a realidade não é diferente, os moradores reclamam do valor oferecido no processo indenizatório, pois a maioria das casas onde receberam a carta do Governo do Estado informando sobre a desapropriação, os terrenos imensos e os valores eram altos para venda, sem uma formalidade, mas que a negociação com o governo desvalorizou o valor do imóvel.

Outros moradores que foram entrevistados diziam que os valores oferecidos, obrigam a sair da localidade e terem que morar em outros bairros com a qualidade de vida baixa para realidade atual. Alguns moradores, principalmente os mais idosos não aceitaram relatar a história da localidade e ao mesmo tempo, acanhados e com receio em falar da realidade do loteamento, diziam que não queriam sair da comunidade, pois possuem histórias de vida ali e temem por suas saídas do loteamento.

Contudo, é dentro do espaço urbano do loteamento Cosme e Damião que se revela a condição social, de vida e material da população. Para Carlos (2001) coloca o seu ponto de vista dizendo que:

Nessa dimensão concreta, ocorre a produção de laços de solidariedade e união entre os habitantes, criados nas relações de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante (espaço e tempo do lazer e da vida privada, bem como espaço e tempo do trabalho), iluminando usos, particularmente aquele que se estabelece fora do mundo do trabalho e da vida privada. O bairro como referencial para a vida- é muito forte nas entrevistas e aponta para o fato de que os habitantes construíram, ao longo do tempo, uma identidade com essa parcela do espaço, que vai produzindo elementos constituidores da memória. Desse modo, é o microcosmo que ilumina a vida, o referencial definindo por uma base espacial que se constitui como prática urbana e também a referência a partir da qual o habitante se relaciona com espaços mais amplos. (CARLOS, 2001, p.244).

Carlos (2001) continua sua colocação sobre esta situação dizendo que:

Trata-se do lugar da casa e de tudo que o ato de habitar implica a vizinhança, em contatos contínuos; a rua com seus encontros, intercâmbios, trocas de informações e sua dimensão lúdica. São lugares de orientação na metrópole, referência significativa da vida, que tem uma dimensão objetiva (da relação prática com o outro e com o espaço) e subjetiva (identidade, memória). Assim, os espaços se ampliam; a casa e a rua ganham a dimensão do bairro. (CARLOS, 2001, p.244)

Portanto, a análise do loteamento Cosme e Damião, no conjunto de transformações que tocam a localidade, aponta uma reestruturação imposta pelo poder público que ao mudar a configuração morfológica da comunidade, o uso do espaço e assim articular uma nova função, produz uma nova ordem, uma nova hierarquia e reestrutura a vida dos habitantes. Revela-se uma situação de conflito pelas lutas por moradia e pela continuidade do modo de vida.

4.3 Os impactos sociais no loteamento Cosme e Damião

Segundo Seixas (2010), os impactos sociais são considerados mudanças na estrutura e funcionamento da ordem dos padrões sociais, que por sua vez, ocorrem juntamente com as obras realizadas na localidade. As mudanças seriam, por consequência, alterações culturais em virtude de toda a experiência adquirida durante o processo de realização de obras, tornado possível a mudança na qualidade de vida e proporcionar uma elevação nos padrões econômicos da população.

No entanto, é evidente que um dos principais impactos no loteamento Cosme e Damião foi a saída dos moradores da comunidade após a realização e concretização das obras, em virtude do aumento do custo de vida. Visto que, tem havido um considerado aumento dos preços do aluguel ou compra de casas e apartamentos, prejudicando a qualidade de vida da população.

Por outro lado, segundo o morador o Sr. *Marcos*, “as obras para a copa não propiciaram a chegada e outros serviços, tão fundamentais como a instalação de farmácias, mercados públicos”. Lembra-se que a realidade da comunidade é de escassez em serviços considerados essenciais, e que estes novos patrimônios, em consequência das obras de mobilidade, trouxeram acima de tudo valorização social para uma localidade historicamente esquecida.

Em relação ao Loteamento Cosme Damião, pode-se constatar que após o início das obras de mobilidade, com a construção do terminal de integração de ônibus em 2012, a real função de atendimento da população local iniciou-se apenas em junho de 2016, e anteriormente a esta data, o terminal funcionava em

dias de jogos na Arena Pernambuco. Com isso, o terminal passou a ter algumas linhas que fazem integração com outros dois terminais integrados de passageiros.

Figura 18: Terminal integrado de Cosme e Damião inaugurado para o atendimento diário a população em junho de 2016



Fonte: Rádio Jornal. (<http://m.radiojornal.ne10.uol.com.br>), 2016.

Contudo, não se pode esquecer que a população deve ser o foco do planejamento e suas indagações devem ser verificadas. Neste sentido, quais serão as alternativas para promover o desenvolvimento socioeconômico local? Portanto, é da melhoria em qualidade de vida que a população deseja ser atendida em projetos realizados pela gestão pública, para que a realidade distinta da que os circunda venha posteriormente gerar benefícios para a população.

Porém, verifica-se pouca participação do poder executivo municipal nos projetos da Copa com a responsabilidade pelas alterações urbanísticas e

aprovações de projetos, principalmente pelo bairro se encontrar na divisa entre municípios de Recife e Camaragibe, conseqüentemente, a população é passiva à violação dos direitos humanos.

É evidente a falta de transparência, mecanismos de participação e de controle social quanto aos projetos e recursos financeiros, empregados para beneficiar alguns setores da sociedade, repercutidos na vida dos moradores da área, que tem como consequência, a questão econômica em detrimento ao social.

4.4 Conflitos e impactos sociais derivados do processo de desapropriação no Loteamento São Francisco

Os conflitos e impactos sociais derivados do processo de desapropriação do Loteamento São Francisco retratam um plano linear na complexidade para o desenvolvimento da gestão pública, envolvendo os agentes sociais que estão interferindo diretamente na localidade em questão, diante da necessidade da utilização do espaço urbano.

Tendo em vista a real situação panorâmica dos projetos de mobilidade urbana promovido pelo governo de Pernambuco, a principal ação era implantar um ramal de ligação entre a capital pernambucana e a Cidade da Copa. Esta ação mobilizou várias áreas da Região Metropolitana do Recife, que conseqüentemente foram afetadas por projetos de reestruturação urbana, como no caso do Loteamento São Francisco aqui em estudo, entre outras, como a construção da Estação do Metrô e Terminal Integrado de Passageiro de Cosme e Damião, envolvendo um amplo interesse das três esferas do poder público: federal, estadual e municipal.

O Loteamento São Francisco estava localizado em uma área periférica do Município de Camaragibe - PE, povoada, segundo relatos de antigos moradores, na invasão das terras pertencentes ao Engenho Timbi. E atualmente a comunidade fica próxima à estação do metrô de Camaragibe.

O loteamento São Francisco tem uma população estimada em 450 famílias, conforme o Cadastro Único ⁸(CADÚNICO) a população local em média possuía

⁸ O **Cadastro Único** O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações

renda per capita em torno de meio salário mínimo. Segundo levantamento realizado pela Secretaria de Assistência Social de Camaragibe, a fonte de renda na maioria da população era oriunda dos vínculos empregatícios no terceiro setor⁹⁹ e alguns moradores aproveitavam a área de suas casas e investiam em comércios, tendo como clientes os próprios vizinhos de comunidade. Todavia, observa-se que as obras de mobilidade em função do ramal da Copa, torna-se a principal via de acesso ao Estádio Com a conclusão da obra, o ramal da Copa possui 6,3 km de extensão, saindo da av. Belmino Correia, em Camaragibe, e cruzando a Cidade da Copa até a BR-408. Sendo esta obra que interferiu diretamente nas vidas dos cidadãos que integravam a essa comunidade.

A primeira ação na área foi a retirada dos moradores. O espaço é estratégico para a expansão do terminal integrado de passageiros e o próprio ramal da Copa. Mas, observa-se que não houve por meio de políticas públicas um planejamento de realocação destes moradores, ou a inclusão em benefícios eventuais que possibilitassem uma proteção provisória até serem negociados valores indenizatórios.

Figura 19: Arredores do Loteamento São Francisco.



Fonte: Google Maps, 2016.

como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve> acessado em: 12/10/2015

⁹⁹ **Terceiro setor** é formado por associações e entidades sem fins lucrativos, e é classificado

O processo de desenvolvimento local, neste cenário, será aqui utilizado para indicar se houve o processo de promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população, depois da saída da comunidade. Este conceito é associado à ideia de transformação e incorporação do progresso técnico, para entender a real razão dos planos governamentais para o processo de desocupação praticado, e até então em detrimento de outras questões, tais como, a garantia dos direitos, (BARBIERI, 2000).

Neste sentido, o contexto atual de escassez de recursos públicos para as políticas locais de desenvolvimento urbano, a realização dos grandes eventos esportivos, tratou-se de uma rara oportunidade de investimento na infraestrutura da cidade, sendo a mobilidade urbana a grande pauta para o planejamento em ações estruturantes em relação a estes grandes eventos, e ao mesmo tempo, foi tratada como um grande problema das metrópoles de países periféricos.

4.5 Realidade Socioeconômica do Loteamento São Francisco antes da Copa do Mundo 2014.

De acordo com Ferreira et al. (2004, p. 05), a exclusão social é a marca registrada do processo de urbanização na economia capitalista, principalmente nas grandes cidades, precarizando a população mais pobre para as piores localizações do território urbano. Sendo assim, para as áreas de menores valores imobiliários. Este dado é consequência da ausência de um planejamento público voltado para serviços em infraestrutura e muitas vezes da situação de risco. Entretanto, em muitos casos, parcelas significativas dessa população passam a ocupar as áreas consideradas “livres”.

No caso do Loteamento São Francisco, a área foi desapropriada para a construção de uma avenida para dar acesso à Arena Pernambuco. Sendo assim, o Estado se apresenta como o maior intermediador, aparece como a instituição capaz de criar mecanismos que permitem resolver as contradições à realização da acumulação, porém neste processo de produção do espaço a medida promove a infraestrutura para favorecer um evento de grande porte como a Copa do Mundo, é gera impactos sociais por não assistir de forma adequada a população da área atingida por este processo.

Segundo alguns moradores, o Governo do Estado de Pernambuco contratou uma empresa para iniciar o diálogo com as famílias do loteamento que reuniram algumas poucas famílias para informar que seriam feitas obras naquela localidade e que as casas teriam que ser destruídas. Mas, além de terem comunicado a um número pequeno de moradores, as informações passadas não foram esclarecedoras, provocando vários conflitos com a notícia de terem suas casas demolidas, sem uma data precisa para a saída ou inclusão em algum programa habitacional. Entre outros fatos, a remoção foi avisada quando a empresa terceirizada colou adesivos nas casas que seriam desapropriadas. Neste contexto segundo relatos dos moradores, nenhum documento oficial foi entregue, avisaram que as casas seriam derrubadas por causa de uma obra.

No entanto, após o processo da saída dos moradores e início das obras de mobilidade, registraram-se casos de violação dos direitos com o processo desapropriação. Dentro da dinâmica do espaço urbano do loteamento, verificou-se a ausência de proposta em ações por parte do Governo do Estado de Pernambuco, onde os agentes públicos, envolvidos no processo de desapropriação, segundo os moradores, promoveram um grande desgaste no tratamento de todo o processo de desapropriação, sobretudo, na falta de alternativas em ações propostas pelo estado aos expropriados, como benefícios eventuais, ficando perceptível a violação dos direitos da população local, principalmente por não ter um projeto de realocação em moradia.

4.5.1 O Loteamento São Francisco Pós-Copa do Mundo

Com o processo de remoção das famílias a situações de violação de direitos em nome da realização de megaprojetos e megaeventos ficaram em evidência. Em nome do capital, além da negligência dos poderes executivos, legislativos e judiciário, sendo estes os entes que deveriam promover o direito social, mas a ação do Estado foi flexibilizar para garantir recursos em obras de utilidade pública. É neste cenário que se insere o Loteamento São Francisco, convivendo em uma nova condição, onde os moradores passaram a viver sem as suas casas e vínculos com o lugar de convivência e a relação sociofamiliar que existia na comunidade. É evidente a valorização do espaço urbano, que vem sendo atrelada à ampliação das diferenças de uso de solo urbano aplicado significativamente à segregação espacial e ampla desigualdade.

A negligência do poder executivo na relação de diálogos entre os agentes públicos e os moradores do Loteamento São Francisco foi um exemplo de complexidade, que incorporaram os conflitos de informações entre dados oficiais e a realidade na ausência de uma transparência com o projeto em questão na legalidade para a promoção da garantia dos direitos. No entanto, as obras de mobilidade geraram mais prejuízos para a população do que ganhos, uma vez que muitas pessoas perderam o lugar em que viviam, pois um bairro inteiro foi desapropriado, e através disso, criou-se uma perspectiva de compreender as intervenções reais desta ação, se apenas por especulações de mercado, já que toda a questão da população toca aos valores pagos pelas indenizações, baseados em preços de mercado e na ausência de regularidade nas documentações dos imóveis, com isso, fez com que a desapropriação de uma utilidade pública passasse a se tornar como uma guerra de terror.

Segundo o Comitê Popular da Copa (2014), a Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES) contabiliza 459 desapropriações para obras da Copa do Mundo no Recife e Região Metropolitana, totalizando R\$ 102.528.738,48. Segundo o órgão, a maior parte dos imóveis residenciais desapropriados estava localizada na área de implantação do Ramal da Copa, especificamente no Loteamento Cosme e Damião (38 imóveis), no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife, e no Loteamento São Francisco do Timbi (55 imóveis). Segundo o Comitê Popular (2014), muitos moradores alegam não ter para onde ir, além de problemas de saúde, e cobram solução do governo do Estado para que não fiquem na rua e pagamento das indenizações.

Ainda segundo o comitê popular (2014), a “SEDES” informou que o valor ofertado a título de indenização pelo Estado já foi depositado integralmente nos processos judiciais, dependendo tão somente da liberação dos valores pela Justiça. Em relação às famílias desapropriadas no Loteamento São Francisco do Timbi, em Camaragibe, o órgão afirma que 44,18% dos expropriados já receberam 100% dos valores devidos; 28,68% receberam 80% dos valores ofertados; 17,95% receberam outros valores; e 9,17% não receberam nenhum valor indenizatório até o momento, o que representa, em números, nove casos. Sobre esses casos, a Sedes informa que essa impossibilidade de pagamento decorreu da ausência dos requisitos legais exigidos dos expropriados para a quitação desses valores. A liberação desses recursos cabe ao Poder Judiciário, mediante comprovação de propriedade dos

imóveis e a regularização fiscal dos tributos incidentes sobre o bem expropriado.

A história de ocupação do loteamento iniciou na década de 1960, local que pertenceu a um antigo engenho de cana-de-açúcar “o Engenho Timbi”. Próximo ao loteamento, localizam-se alguns prédios públicos como a Prefeitura da Cidade de Camaragibe e o Prédio do Ministério Público. A localidade tornou-se um território estratégico para a realização de obras de mobilidade, pois ficava no caminho de dois acessos para a Arena Pernambuco através do terminal integrado de Camaragibe e o ramal da Copa.

Inicialmente, o projeto de mobilidade urbana para a localidade em questão, previa a ampliação da rodovia 408 e a construção do corredor exclusivo para ônibus do modelo BRT. A extensão da obra teve início na Avenida Belmínio Correia, vizinha ao loteamento, e segue em direção ao terminal de integração Cosme e Damião e à Arena da Copa. O terreno do loteamento São Francisco do Timbi, juntamente com áreas do loteamento vizinho de Quintas de Camaragibe no projeto de mobilidade, tinha como finalidade a ampliação do terminal integrado de ônibus na Região Metropolitana de Recife e o chamado Ramal da Copa, sendo este terreno declarado de utilidade pública para fins de desapropriação pelo então governo do estado, através do Decreto nº 38.535 de 16 de agosto de 2012.

O cenário atual após a desapropriação do loteamento São Francisco é da subutilização do terreno com estacionamentos de carros e caminhões de aluguel, além de estacionamento dos ônibus que integram o terminal que fica vizinho ao antigo bairro.

Figura 20: Obra do Ramal da Copa inacabada - O loteamento São Francisco



Fonte: O próprio autor, 2016.

Figura 21: Cercado nos terrenos do Loteamento São Francisco



Fonte: O próprio autor, 2016.

A realidade atual evidencia uma mercantilização do espaço urbano, que provavelmente será transformado em um produto de mercado imobiliário para expansão do capital e agravamento das desigualdades e vulnerabilidade social. Com isso, onde antes era moradia poderá se tornar um atrativo financeiro, resultando no desrespeito com a população e aos direitos à moradia em diversas formas de violação dos direitos humanos.

Contudo, as condições sociais da comunidade mostram as maneiras possíveis de apropriação que se realizam nos limites e interstícios da propriedade privada e do solo urbano, e neste caso específico, não apenas pelo acesso à moradia a ser definido pela especulação imobiliária, mas a ser determinado, projetado e orientado em termos do uso do poder público. Portanto, o conjunto de transformações que tocam a localidade aponta uma reestruturação imposta pelo poder público que ao mudar a configuração morfológica da comunidade, muda o uso do espaço e assim articula uma nova função, produz uma nova ordem, uma nova hierarquia e reestrutura a vida dos habitantes. Revela-se uma situação de conflito pelas lutas por suas casas e pela continuidade e do modo de vida.

4.5.2 Resultados dos impactos no Loteamento São Francisco

Com a hipótese de sua não implementação na função real de promover os direitos da população, consideramos os impactos sociais, econômicos e culturais como negativos devido ao processo de desapropriação de imóveis e da remoção

da população da localidade em questão.

A partir destes estudos da análise no que tange aos impactos sociais, em função de um megaevento esportivo, leva a compreender a mensuração do real valor de um investimento social, tendo como fundamento a promoção de políticas públicas já existentes para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

A intervenção do Estado é mínima quando há um interesse na melhoria nas carências de equipamentos públicos, que garantam a qualidade de vida e minimize as desigualdades sociais, vivenciadas por várias comunidades fragmentadas socioeconomicamente.

A reconfiguração do espaço urbano do loteamento São Francisco tem como consequência uma mudança no perfil da população e condições atuais da localidade pela falta de estratégias especificado Estado e transtornos elencados com a retirada das famílias em função do ramal da Copa.

São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modo de vida. Para chegar a este propósito, a proposta é somar forças com base no respeito aos direitos humanos e ambientais, e quando as nossas necessidades básicas forem atingidas, trabalharemos melhor as funções do ser, e não do ter.

É um prejuízo ao meio ambiente em uma análise preliminar, tornando se um impacto ambiental gerado sobre uma área de influência devido ao mau uso do solo, com consequente degradação do homem e dos recursos naturais mesmo não havendo a implantação do empreendimento ou atividade que considera o engajamento do homem no processo produtivo.

Haverá aumento no custo de vida em virtude da especulação que o município de Camaragibe foi submetida às obras para Copa de 2014, algo que vem sendo sentido pela população, principalmente na realização de compras, em alimentação e outros insumos para os usos domésticos;

Estima-se por parte dos moradores dos arredores do antigo loteamento o aumento na criminalidade, mudança nos hábitos de lazer da população, violência urbana e diminuição da tranquilidade, devido ao esvaziamento do espaço onde antes havia moradia que fica às escuras e sem segurança pública.

Contudo, não se pode esquecer que a população deve ser o foco do

planejamento e suas necessidades devem ser verificadas. Neste sentido quais serão quais as alternativas para promover o desenvolvimento socioeconômico local? Portanto, é da melhoria em qualidade de vida que a população deseja ser atendida em projetos realizados pelo Estado, para que a realidade distinta da que os circunda venha posteriormente gerar benefícios para os moradores do loteamento.

4.6 Bairro de Santa Mônica e Comunidade Beira Rio em Função da Copa do Mundo de 2014

O Bairro Santa Mônica surgiu no terceiro “surto” de crescimento urbano de Camaragibe, originado das glebas remanescentes do Engenho Timbi, os parcelamentos urbanos datam de 1970 e 1980, representados por nove plantas de loteamentos e um condomínio vertical. Contudo, estes loteamentos só foram ocupados de forma significativa na década de 1980, tendo como mais expressivo o Loteamento Jardim Camaragibe em Santa Mônica que serviu de referência para o nome do Bairro, e no qual registra-se uma comunidade católica expressiva que promove eventos de devoção marcantes para o cotidiano do bairro como as procissões e festas em nome da Santa Mônica.

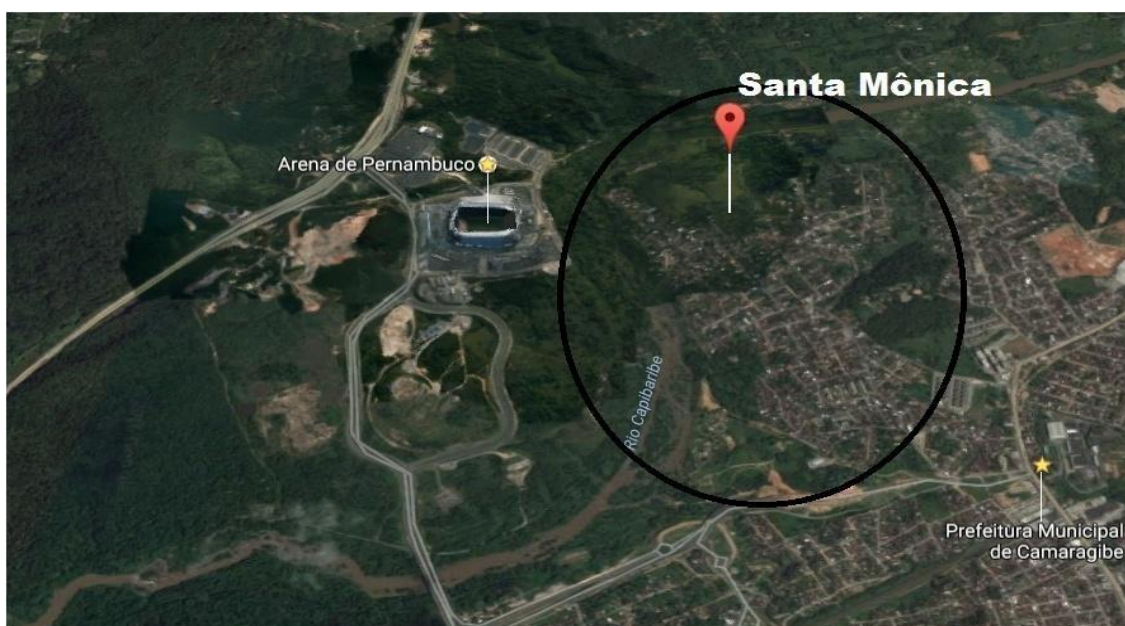
O bairro atualmente conforma-se como novo *front* de urbanização do município ocorrendo à expansão de forma mais incisiva no extremo sul em direção ao rio Capibaribe. Registrou-se em Santa Mônica um crescimento de 4,11% entre 1991 e 2000, o que o põe acima da média dos bairros de Camaragibe. O Bairro é uma área urbana em consolidação¹⁰, apresentando precariedade de infra-estruturas de saneamento ambiental e escassez de equipamentos públicos de lazer, educação, saúde e cultura, sendo atendido pelo transporte complementar municipal, e por uma linha alimentadora do SEI. A população local é acolhida pela Unidade de Saúde de Santa Mônica e do Parque São Francisco.

Suas paisagens conformam-se num ambiente de morros de baixa e média declividade, e um vale onde segue encaixado o rio Capibaribe. Registra-se no Bairro expressivas áreas de pobreza e pontos de risco de deslizamento de morros

¹⁰ Segundo o Plano Diretor de Camaragibe, está classificada como uma Zona de Urbanização em Consolidação – ZUEC.

e alagamentos, que representam 57 edificações em setores de risco pela Defesa Civil de Camaragibe (COMDEC¹¹, 2006). Observa-se que as edificações são predominantemente de uso residencial com padrão urbanístico de habitações populares. Vale ressaltar a presença de grandes áreas verdes como a Propriedade JOCUM¹², que guarda remanescentes de mata atlântica secundária, além de vastas áreas de vazios urbanos encontrados nas margens do rio Capibaribe.

Figura 22: Bairro de Santa Mônica em Camaragibe-Pe



Fonte: Google Mapas, 2016

Com a construção da Arena de Pernambuco, vários impactos no Bairro de Santa Mônica, provocaram mudanças na condição social da população, principalmente pela ausência de melhorias infraestruturais. Assim, com análise da dinâmica da gestão da urbana e da articulação institucional da comunidade em questão, permitiu elaborar um diagnóstico através da análise dos indicadores de vulnerabilidade social das necessidades dos grupos familiares, além de identificar a existência dos serviços básicos, com as suas estruturas, qualidades, quantidades e funcionamento, no sentido real das políticas públicas, entendendo infraestrutura como conjunto de atividades e estruturas da economia de uma

¹¹ CAMARAGIBE, COMDEC. **Plano Municipal de Redução de Riscos**, 2006

¹² Definido pelo Plano Diretor de Camaragibe como um Imóvel Especial de Proteção de Área Verde – IPAV 1

sociedade, que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades, como: estradas, serviço de transporte público, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia, entre outros. Tornando um dos principais indicadores na análise do desenvolvimento em relação ao planejamento urbano.

Figura 23: Bairro de Santa Monica/Comunidade Beira Rio – Praça Beira Rio- localidade a 300 metros da Arena –PE.



Fonte: O próprio autor, 2016.

Figura 24: Rua Tenente Arnaldo Câmara - Comunidade Beira Rio / Bairro de Santa Mônica.

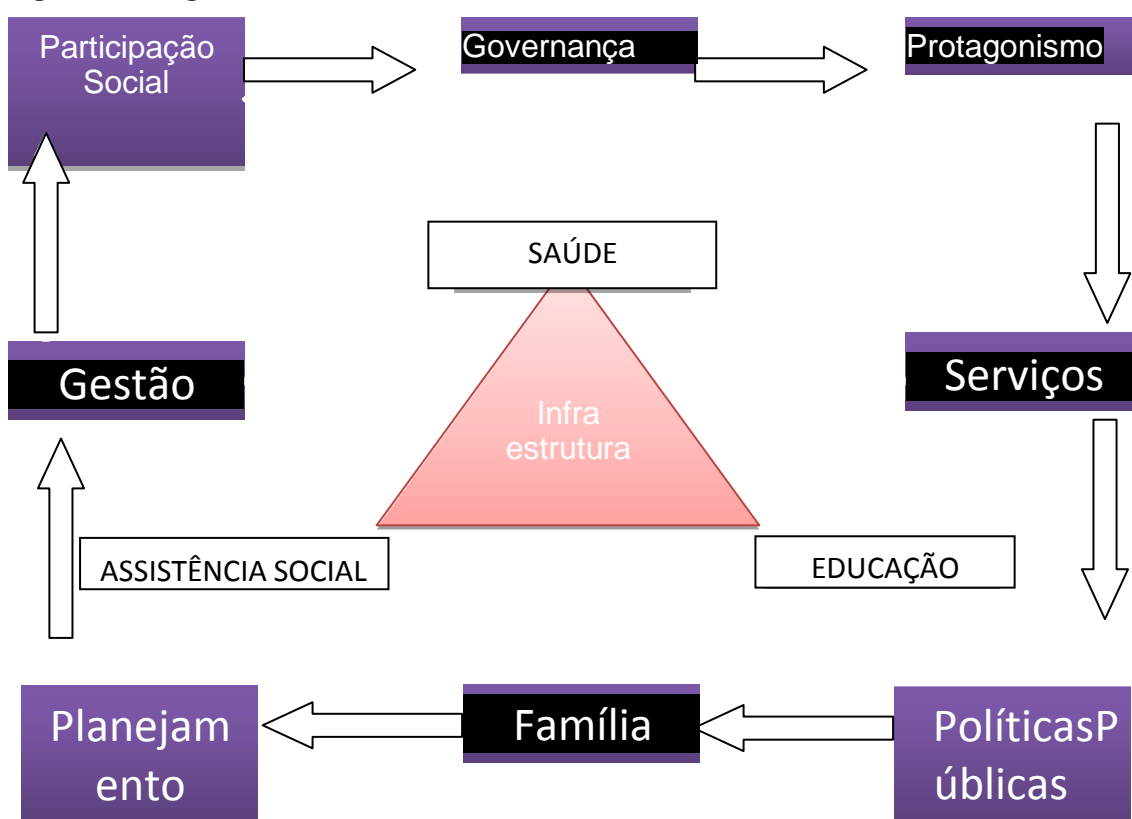


Fonte: O próprio Autor, 2016.

4.6.1 Dinâmica da produção do espaço urbano no bairro de Santa Mônica em Camaragibe-Pe.

Uma grande reforma urbana necessita de uma convocação da participação popular, que deve ser entendida como exercício pleno do controle social e da cidadania, reconhecendo o estado democrático de direito, sobretudo, no poder de transformar a realidade na medida em que a participação passe a dialogar e negociar com a gestão pública, sobre os problemas infraestruturais e urbanos. Nesta lógica, as ações concretas como os serviços, programas, projetos e benefícios podem ser entendidos como aquilo que os governos nas suas esferas, decidem fazer e atuar frente às situações. Desta forma, os participantes dos movimentos devem manifestar suas decisões e deliberações em atos administrativos e opinativos, expressando o entendimento sobre o assunto de cunho técnico ou jurídico baseado nos indicadores sociais que podem ser identificados dentro da comunidade, por exemplo.

Figura 25: Diagrama com os indicadores de vulnerabilidade social.



Fonte: O Próprio Autor, 2016

É importante realizar alguns questionamentos para compreender o sentido de querer mudar a cidade e promover o desenvolvimento urbano, reforçando aqui, a importância da participação social, autêntica, para o fortalecimento da garantia dos direitos. Sendo assim, identifica-se inicialmente a ausência da participação da sociedade civil dialogando com a gestão pública para possíveis projetos infraestruturais na Comunidade Beira Rio Bairro de Santa Mônica maiores, carecendo de opções estratégicas e fragilizando o Controle Social.

Neste ponto, identifica-se que a população do Bairro de Santa Mônica, localizada na **RPA II** do município de Camaragibe vive sobre a reincidência do fracasso da promoção da justiça social, provocada pela escassez de um planejamento durante o início das obras de mobilidade urbana em função da construção da malha viária que tornou-se a principal via de acesso a Arena Pernambuco. Ressaltamos que a reprodução deste megaevento na localidade estudada, proporcionou uma grande miséria para quem sonhou com o futuro, surgindo a necessidade de produzir com urgência incentivos para que os segmentos dos movimentos existentes na sociedade, atuando em conjunto para mudar o cenário.

Figura 26: Final da Rua Tenente Arnaldo Câmara - Comunidade Beira Rio/Santa Mônica - Ao Fundo o Rio Capibaribe e Arena de Pernambuco



Fonte: O próprio Autor, 2016.

Figura 27: Final da Rua Tenente Arnaldo Câmara - Comunidade Beira Rio/Santa Mônica - Ao Fundo o Rio Capibaribe- BR 408 e a Sub Estação de Captação de energia Solar da Arena Pernambuco.



Fonte: o próprio autor. 2016

Figura 28: Final da Rua Tenente Arnaldo Câmara - Comunidade Beira Rio/Santa Mônica - Ao Fundo: o Rio Capibaribe e Arena Pernambuco



Fonte: O próprio autor, 2016.

4.6.2 Resultados dos impactos no Bairro de Santa Mônica

- Verificou-se que no entorno da Arena Pernambuco ainda existe uma paisagem de características rurais, onde observamos na beira do rio, a criação de alguns animais;
- Nas entrevistas, algumas pessoas relataram que foram chamadas para participar de programas de qualificação social, promovidas pela Construtora

Odebrecht, que teve como objetivo capacitar alguns moradores que chegaram a trabalhar nas obras da Arena;

- Até o momento da pesquisa, constatou-se a ausência de um planejamento específico da gestão pública municipal e estadual, pautada para o desenvolvimento socioeconômico do bairro de Santa Mônica e comunidade Beira Rio;
- Na pesquisa, foi identificado o aumento da vulnerabilidade social na comunidade, através dos indicadores já citados, onde observamos construções e moradias irregulares próximas ao Rio Capibaribe, especulação imobiliária criada pela própria população na expectativa de possíveis investimentos na localidade e o aumento da criminalidade com o tráfego de drogas e assaltos;
- Durante a pesquisa, não foram identificados equipamentos públicos na localidade, principalmente na comunidade Beira Rio, como postos de saúde, escolas municipais e estaduais, serviços socioassistenciais e espaço de lazer, serviços básicos como saneamento, sendo verificado também em algumas ruas e travessas o esgoto correndo a céu aberto;
- A Arena Pernambuco foi apresentada para a população como um modelo, um novo vetor de medidas socioambientais, com o uso de energia solar, reaproveitamento de água e tratamento de esgoto, uma vez que o equipamento fica muito próximo ao Rio Capibaribe. Porém a comunidade vizinha possui uma realidade totalmente paralela;
- Transporte público é precário, onde uma parada de ônibus mais próxima fica a quase 01 km da localidade. Porém, no início do mês de maio de 2016, foi inaugurado uma linha de transporte complementar municipal que liga o bairro ao centro do município.
- O Projeto da Cidade da Copa, até o momento da pesquisa não terá previsão para a sua realização, sendo motivo para o contexto antagônico entre as duas realidades; e
- A comunidade segue com as suas limitações, sendo considerada descoberta, com ausência da infraestrutura básica, de poucas oportunidades de trabalho, lazer, segurança, saneamento, entre outros. Isso tudo a apenas 300 metros do maior empreendimento do Estado de Pernambuco.

4.7 “Arena das Ilusões”

Baseado nas reflexões teóricas sobre a espoliação urbana e na lógica do direito à cidade pode-se destacar a omissão por parte do poder público com a população dos bairros dos arredores da Arena de Pernambuco. Moradores do Bairro de Santa Mônica relatam suas insatisfações com o descaso social provocado pelos agentes públicos com as obras de construção da Arena. Segundo uma moradora da Travessa São Luiz, nº 36, comunidade Beira Rio, Bairro de Santa Mônica, acreditava na mudança na dinâmica do espaço urbano do bairro de Santa Mônica, principalmente em melhorias com lazer e transporte,

“Moro a 16 anos na comunidade e que acreditava que tudo iria mudar, mas nada mudou. Morar próximo da Arena representa agora o aumento da violência, pois Arena fica logo ali, depois do Rio Capibaribe, antes quando não tinha nada daquilo usávamos o espaço para o nosso divertimento, onde existiam vários pés de frutas, cacimba, onde pegávamos água para cozinha e beber. Have timber a casa dos padres e alums granjas”. E ainda relata que “A população nunca foi beneficiada, principalmente, pela prefeitura de Camaragibe, que entra prefeito e sai prefeito o bairro é declaradamente esquecido”, destacou.

Segundo outros relatos da senhora Grasielle, que mora na Rua Travessa São Luiz, s/n, Loteamento Beira Rio, acreditava em mudanças significativas para a localidade, pois antes do início das obras, a Construtora Odebrecht, enviou técnicos da área social para apresentar os projetos de reestruturação do bairro, porém que nunca saiu do papel. Tais atividades tinham o objetivo, segundo os moradores, na conscientização por parte da construtora da necessidade da saída de suas casas durante as explosões que aconteciam durante a construção da arena.

“O Serviço Público prestado à população sempre foram considerados precários, antes mesmo do anúncio da Cidade da Copa, a ausência significa de políticas públicas para a região se destacava. Meus filhos muitas vezes nem vão à aula por conta da falta de água, e nem têm remédios nos postos de saúde, muitas vezes tenho que buscá-los em um centro de abastecimento no centro de Camaragibe, pois o posto de Saúde não vem sendo abastecidos há muito tempo, além de tudo, tem dias aqui do abastecimento de drogas, porque aí os traficantes não deixam entrar nada no bairro e completa que o principal lazer da população local era o rio e este acesso ficou impossível devido ao desmatamento e invasões com construções e novas moradias”.

De acordo com o Senhor José Gomes a localização geográfica do bairro, dificulta o acesso aos serviços de utilidade, e os existentes considera-se precárias, principalmente, com a mobilidade urbana. Relata que existia uma balsa que

facilitava o deslocamento entre o bairro e onde hoje se localiza a Arena de Pernambuco, havendo uma promessa por parte da Construtora Odebrecht na construção de uma ponte que ligaria o bairro de Santa Monica a área da Arena Pernambuco,

“O governo do estado colocou atividades no final de semana na arena, onde a gente observa que só chega gente bacana com carros de luxo e o nosso povo fica aqui do outro lado do rio, apenas observando, como não tem mais balsa, a única opção é fazer um grande percurso até chegar do outro lado”.

Segundo o senhor José, existe uma esperança por parte da população com a Construção da Cidade da Copa, pois o projeto previa shopping, centro de convenções, hospitais, entre outros serviços, provocou certa euforia. Moradores pediram empréstimos nos bancos, reformaram suas casas, criaram pequenos comércios que permitiu acreditar no desenvolvimento local. Mas até o momento não existe previsão da construção da Cidade da Copa. Em relação aos projetos de infraestruturas por parte da prefeitura municipal de Camaragibe, segundo Senhor José, algumas ruas foram calçadas há mais de 30 anos, não existe saneamento básico no bairro e os políticos só vão a Santa Mônica no período eleitoral para obter votos, levando promessas que não podem cumprir.

Figura 29: Morador do Loteamento Beira Rio, Bairro de Santa Mônica



Fonte: O próprio autor, 2017.

Para a senhora Maria Aparecida Dias de Lima, moradora da Rua José Clementino, nº 13, considera a Arena como “o lugar das ilusões”, espaço construído para ser uma real função social. Diz que “raramente têm jogos na arena e quando há algum jogo o barulho e gritos incomodam bastante”. Coloca ainda que a verdadeira mudança foi com a chegada de novos moradores, onde a construtora desmatou, alegando que iria fazer uma ponte de acesso ligando o bairro. Este fato vem provocando a insegurança e o aparecimento de alguns animais silvestres nos quintais das casas. Segundo a senhora Maria, há dia que não pode sair de casa por conta da disputa pelo poder em relação ao tráfico de drogas. O medo tomou conta da localidade, e quem consegue andar pelo bairro pode observar placas de vendas nas casas ou de “aluga-se”.

Figura 30: Placa de venda de casa em Santa Mônica, por conta insegurança social



Fonte: O próprio autor, 2017.

Como relata o senhor José Eduardo Barros, que mora na rua tenente Arnaldo Câmara, nº 423, há 12 anos diz que:

“antes do anúncio que aí ao lado seria construído um estádio, aqui no loteamento Beira Rio eram poucas casas, e, além disso, existiam algumas granjas que na época da construção da arena, serviam como abrigo dos moradores por conta das explosões”.

Figura 31: Danos das casas em Santa Mônica por conta das explosões



Fonte: O próprio autor, 2017.

Para o senhor José Carlos da Silva, morador da rua tenente Arnaldo Câmara, houve um grande desmatamento e a justificativa da construtora para o ato fazia parte da obra de ligação entre o bairro e arena, facilitando a mobilidade urbana. Porém, um conjunto de ações negativas provocadas pela Odebrecht ocasionou rachaduras nas casas, invasões e construções irregulares no local desmatado. Segundo os moradores, a Construtora Odebrecht iria indenizar as casas danificadas com as explosões, mas depois das obras concluídas nada foi feito. Ações judiciais contra a Odebrecht foram realizadas, no entanto sem uma previsão da sentença judicial. Para o senhor José Bezerra de Lima Filho, Rua tenente Arnaldo Câmara, nº 280, acredita que: *“somos considerados uma população pobre e sem acesso aos defensores públicos, que estes não vão julgar nada favorável a gente, favorecendo sempre o governo”*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, pode-se destacar o cenário socioeconômico, Pós-Copa do Mundo, permitindo a compreensão da lógica do querer mudar a cidade e promover uma reconfiguração no espaço urbano, sem uma participação social autêntica para o fortalecimento da garantia dos direitos. O discurso com possíveis melhorias das infraestrutura representava efetivamente, impactos em longo prazo.

Grande parte da população esperava com a Copa do Mundo de 2014, mudanças no contexto urbano, principalmente na escala governamental e desenvolvimentista, contribuindo para a efetivação das políticas públicas sociais. Além disso, este trabalho buscou destacar um conjunto mais amplo das remoções e do processo de desapropriação, que foram fundamentais para modificar a vida da população. As obras realizadas eram ditas pelo Estado como centrais para a melhoria da mobilidade urbana. No entanto, foram visíveis as violações de direitos e os gastos excessivos com as obras que se conjugaram com parte excludente do processo de acumulação do capital.

Com o deslocamento e desapropriação, encontra-se o espaço urbano sob a lógica do capitalismo, na imagem especular da absorção do capital por meio do discurso da reestruturação urbana. Assim, destaca-se o processo da produção do espaço, sendo intensificado crucialmente, para a captação de excedentes do capital. Nesta lógica, todo e qualquer direito à cidade se configuram pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização.

Porém, questiona-se como categórico, o modelo imposto pelos governos Federal e Estadual, a FIFA e a Lei Geral da Copa. Considerada inconstitucional e autoritária, funcionava a serviço das corporações e das construtoras, potencializando a espoliação urbana, com suas exigências e destinações, destacando a importância da análise entre a relação do capital e os projetos urbanos de larga escala, também o papel do estado na viabilização desses eventos e sua realização, mediante as várias formas de relação entre mercado e estado. No entanto, na maioria das vezes, esta relação formalizava-se através das parcerias públicas e privadas. Porém, permite-se um parêntese para uma reflexão

sobre o real interesse dos agentes sociais na exploração do espaço urbano, beneficiados a partir da valorização do capital envolvido.

Diante do exposto, o loteamento Cosme Damião, adequando-se à nova realidade na dinâmica socioespacial, destaca-se pela ausência de serviços públicos qualificados. Os impactos negativos no âmbito socioeconômico são incontestáveis, onde se questiona a responsabilidade do governo municipal e do estado, diante das transformações das áreas em mercadoria, a fim da máxima acumulação do capital, em detrimento da vida das pessoas que ali habitam. Neste sentido, quais serão as estratégias futuras, elaboradas pelos agentes sociais hegemônicos diante da realidade socioeconômica do loteamento? E até quando o Estado irá promover apenas projetos voltados para o capital privado? Quais as alternativas para promover o crescimento econômico? Desta forma, é na melhoria da qualidade de vida que a população deseja ser atendida, na qual, a obra realizada por estes agentes sociais, promoveu a alteração do espaço, considerada distinta, nos circunda a produção do espaço urbano do loteamento Cosme e Damião e sua realidade socioespacial.

Identificou-se, ainda, que os impactos negativos foram significativos nas comunidades vizinhas da Arena de Pernambuco para Copa do Mundo de 2014, que no recorte realizado neste trabalho o prognóstico da qualidade social e na influência, nos casos de violação de direitos, ocorridos com a população do Loteamento São Francisco, com um processo de espoliação da população. Com a hipótese de sua não implementação na função real de promover os direitos da população, considerou-se aqui que os impactos socioambientais foram negativos devido à ausência de um planejamento estratégico para ações sociais na área. Tal modelo de desenvolvimento evidencia a confluência de investimentos para atender interesses privados.

As formas de dominação e desigualdades sociais estão presentes nas violações de direitos e nas precariedades, com criações de novos espaços urbanos comuns. Para implementação desse projeto infraestrutural Copa do Mundo 2014, com a flexibilização das legislações nas escalas municipais e estaduais, gastos públicos em benefícios de interesses privados com as desapropriações forçadas.

Na Região Metropolitana do Recife, um fato semelhante é que as famílias atingidas sofreram das mesmas questões com perda de direitos, dos laços afetivos e territoriais, da exploração pelo trabalho; da falta de mobilidade urbana ou a precarização do transporte público; da perversa oferta nos serviços de saúde, dentre outros.

A Copa de 2014 intensificou aumento dos despejos, remoções e violações dos direitos, resultando na espoliação urbana, consequência da precariedade e ausência do acesso aos bens e consumo. Essas insuficiências alimentaram os conflitos sociais, mediante o direito à cidade, onde no decorrer do trabalho, observou-se que a população foi forçada a sair de suas residências para morar longe de seus lugares de origem, causando impactos no acesso a saúde, educação, transporte público, além da violência física e psicológica, e da depressão.

Analisando o caso específico, da obra do Ramal da Copa, provocou a saída dos moradores do loteamento São Francisco, são visíveis as mudanças socioespaciais do bairro e suas imediações, onde a reprodução do espaço urbano exigiu a superação de contradição gerada pelo fenômeno da raridade do espaço. Numa escala menor de análise como era de se esperar, a superação foi parcial, uma vez que outras contradições atingiram diretamente a vida dos moradores locais.

A configuração do espaço urbano do Loteamento São Francisco permanece a mesma Pós-Copa do Mundo, tendo como consequência a insatisfação da população, que convive com o sentimento de abandono das condições atuais da localidade pela falta de estratégias do estado. As mudanças fundamentais dos valores institucionais e do modo de vida neste contexto são visíveis. Para chegar a este propósito, é necessário somar forças baseadas no respeito aos direitos humanos e ambientais, e quando as nossas necessidades básicas forem atingidas, trabalharemos melhor as funções do ser, e não do ter.

A pesquisa também possibilitou o entendimento da real intervenção da gestão pública, que podemos considerar como quase inexistente para o processo de desenvolvimento do bairro de Santa Mônica, quando não há um olhar para a melhoria devido às ausências com equipamentos públicos, que garantam a qualidade de vida e minimize as desigualdades sociais, vivenciadas por várias

comunidades fragmentadas socioeconomicamente.

A partir destes estudos, a análise dos impactos socioambientais em função de um megaevento esportivo leva a compreender a mensuração do real valor de um investimento social, tendo como fundamento a promoção de políticas públicas já existentes para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

A intervenção do Estado é mínima quando há um interesse na melhoria nas carências de equipamentos públicos, que garantam a qualidade de vida e minimize as desigualdades sociais, vivenciadas por várias comunidades fragmentadas socioeconomicamente, intensificando o processo de espoliação e vulnerabilidade social, decorrentes da acumulação do capital.

A reconfiguração do espaço urbano do Loteamento São Francisco teve como consequência uma mudança no perfil da população. São insatisfatórias as condições atuais na localidade, principalmente com ausência do estado devido os transtornos com a retirada das famílias em função do Ramal da Copa.

Os principais prejuízos ao meio ambiente sobre a área de influência dão-se devido ao mau uso do solo e da água, como consequência da ausência de serviços básicos de saneamento e geram péssimas condições de vida dessas pessoas, e a degradação direta do ambiente em que vivem. O que se observa é uma contradição entre as comunidades que vivem no entorno da Arena e a proposta ambiental da Arena de Pernambuco, com sistema de saneamento e energia “sustentáveis” e bem abastecidos, ao lado de comunidades que têm um serviço de saneamento bastante precário.

Haverá aumentos nos custos de vida dos habitantes dessas localidades estudadas em virtude da especulação em que as localidades em questão, foram submetidas com valorização das obras, algo que vem sendo sentido pela população, principalmente na realização de compras, em alimentação e outros insumos para os usos domésticos. Estima-se por parte dos moradores dos arredores do antigo Loteamento São Francisco o aumento na criminalidade, mudança nos hábitos de lazer da população, violência urbana e diminuição da tranquilidade, devido o esvaziamento do espaço que fica às escuras e sem segurança pública.

A configuração do espaço urbano do Bairro de Santa Mônica permanece a mesma Pós Copa do Mundo, tendo como consequência a insatisfação da população, que convive com o sentimento de abandono das condições atuais da localidade pela falta de estratégias do Estado e transtornos elencados pela perspectiva de melhoria da qualidade vida. As mudanças fundamentais dos valores institucionais e do modo de vida neste contexto são visíveis. Para chegar a este propósito, baseada no respeito nos direitos humanos e ambientais, e quando as nossas necessidades básicas forem atingidas, trabalharemos melhor as funções do ser, e não do ter.

Contudo, não se pode esquecer que a população deve ser o foco do planejamento e suas necessidades devem ser verificadas. Neste sentido, quais serão as alternativas para promover o desenvolvimento socioeconômico local? Portanto, é da melhoria em qualidade de vida que a população deseja ser atendida em projetos realizados pelo Estado, para que a realidade distinta da que os circunda venha posteriormente gerar benefícios para os moradores das localidades do entorno da Arena de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. 2009.143 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **O Espaço-Mercadoria: Objeto Político E Estratégico Na Reprodução Do Capital**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, Costa Rica, v II, p. 1-12, 2011.
- ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo. **Os Conflitos Entre O Rural E Urbano Na Região Metropolitana Do Recife: O Caso Da Cidade Da Copa**. In: **O Rural e o Urbano na Região Metropolitana do Recife**. 1ª Edição Editora Universitária da UFRPE Recife – 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/11376997/os_conflitos_entre_o_rural_e_urbano_na_regi%C3%A3o_metropolitana_do_recife_o_caso_da_cidade_da_copa. Acessado em: 12/12/2016.
- ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras: conceitos, metodologias e aplicações**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579832895. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109207>>. **Acessado em 15/12/2015**.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. Dossiê Comitês Populares da Copa**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/wpcontent/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf> Acessado em 09/12/2016.
- ARANTES. Otília, VAINER. Carlos, MARICATO. Ermínia. **A cidade do pensamento único desmanchando consensos**. Editora vozes 5º ed. Petrópolis RJ, 2009.
- Atlas Brasil. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil -Camaragibe-pe**. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/11. acessado: 16/07/2016
- BARTOLO, A.C. **A produção de um espaço público e os agentes produtores da cidade**. (DOUTORADO) UERJ. 2010.
- BITOUN, Jan et al. **Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010**. Observatório das Metrôpoles, 2012. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/Texto_BOLETIM_RECIFE_FINAL.pdf. Acessado em: 06/01/2017
- CAMARAGIBE, COMDEC. **Plano Municipal de Redução de Riscos**, 2006
- Comitê Pernambuco Na Copa. **NOTA TÉCNICA: O Território da Copa de 2014**. Secretaria e Planejamento e Gestão do Governo Do Estado de Pernambuco Recife, 03 de novembro de 2008.p.17.

CONDEPE/FIDEM, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Pernambuco em Rede: caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas**. Recife, 2012.

CARVALHO. C. O; RODRIGUES. R. A. **Copa do Mundo e cidade de Exceção**. Revista a Barriguda, Campina Grande 4 [3] p. 156-0167. SET-DEZ 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede urbana e formação espacial: uma reflexão para o Brasil. Território**. Rio de Janeiro, ano V, no 8, jan. jun., 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_5_lobato.pdf acessado em: 23/12/2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo, Contexto, 1992

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na metrópole**. Editora Contexto. São Paulo 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Espaço-Tempo na metrópole**. Editora Contexto. São Paulo 2002.

CARLOS, A. F. A. et al. **A Produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011b.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. (volume I). São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: ftp://ftp.ige.unicamp.br/pub/aulas_prof_a_leda/Castells,M.%20A%20sociedade%20e%20rede.%20Cap%206.pdf. Acessado em: 10/12/2016.

CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República. 4 e 5 de Março de 2005. Centro Cultural de Belém. P.439 Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf. Acessado em: 23/12/2016.

COCCO, R. G. **Planejamento de transportes e estruturação urbana: possíveis contribuições da Geografia para o planejamento dos transportes públicos**. USP/CNPq. São Paulo 2008.

DOMINGUES, Edson Paulo et al. **Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil**. Estud. Econ. vol.41 no. 2 São Paulo Apr./June 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612011000200008 acessado em: 07/12/2016.

EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental. **Projeto Cidade da Copa**.

Pires Advogado & Consultores. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA-cidade-da-copa.pdf>. Acessado em: 11/12/2016.

FERREIRA, D.F.; SAMPAIO, F.E.; COSTA SILVA, R.V. Da.; **Impactos Socioambientais provocados pelas ocupações irregulares em áreas de interesse ambiental – Goiânia/Go. Gestão Ambiental Universidade Católica de Goiás. 2004. P. 05.** Disponível em: <http://www2.ucg.br/nupenge/pdf/0004.pdf>. acesso em: 06/04/2015.

FIGUEIREDO, Flávio. **Estatuto da Metrópole e o Planejamento Estadual.** Ciclo de debates estatuto das metrópoles: legitimidade e governança Junho de 2015. Disponível em: http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3a40174-622f-45b9-bda6-8d95a6a6eae7&groupId=1994. Acessado em: 20/12/2016

FREITAS, Ruskim. **Regiões metropolitanas: uma abordagem conceitual.** In *Humanae*, v.1 n.3, p.44-53. Recife, 2008.

FARIA, José Henrique de **Gestão Participativa - Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 2009

GALVÃO, Mariana Dantas. **Movimentos De Fragmentação/Integração socioespacial: Uma Breve Análise Da Orla Marítima Da Cidade De Olinda.** Encontros Nacionais da ANPUR. V.15, 2013. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4143/4030>. Acessado em: 12/12/2016.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Reflexões Sobre Vetores do Atual Processo De Reprodução do Espaço Urbano no Recife.** XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UFRJ. Rio de Janeiro, novembro de 2013, p. 15.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar et al. **O Rural e o Urbano na Região Metropolitana do Recife.** 1ª Edição Editora Universitária da UFRPE Recife – 2014.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **O trabalho desafiando o modelo funcional das cidades – entre a oficina como unidade produtiva e a casa como espaço reprodutor da força do trabalho.** Scripta Nova, Barcelona, v. 6, n. 119 (78), 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-78.htm>. acessado em 10/12/2016.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Espaços liminares – conteúdos subvertem formas no processo contínuo de (re)produção da e na cidade contemporânea.** Investigación y desarrollo, Barranquilla, v. 16, n. 1, p. 174- 195, 2008.

GONÇALVES, Glauco Roberto. **A lógica do “elefante branco”: obsolescência programada do espaço na Copa de 2014.** Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 7, n. 3, p.240-256, dez/2013. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/download/26406/1573>. Acessado em: 02/12/2016.

Governo do Estado de Pernambuco. **Relatório Técnico Projeto Básico de Arquitetura e de Engenharia**. Secretaria e Planejamento e Gestão – SEPLAG - Proposta e candidatura. Recife, 2007.

HARVEY, DAVID. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: edições Loyola, 2008.

HARVEY, DAVID. **Occupy movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Editora Boitempo. São Paulo, 2013.

HARVEY, DAVID. **Cidades rebeldes, do direito à cidade à revolução Urbana**. Editora Martins. São Paulo, 2014.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2004

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. [ss.l.: s.n.], 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat. Acesso em: 07jul.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE –Censo Demográfico 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat. Acesso em: 14/12/2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v01.pdf. Acessado em: 12/12/2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana. Região Metropolitana de Recife**. GOVERNANÇAMETROPOLITANA NO BRASIL. Março de 2013, p.95. Disponível em:

http://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel_1_1_rm_recife.pdf. Acessado em: 27/12/2016.

JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JÚNIOR, Gilberto Alves de Oliveira. **Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias**. *Sociedade & Natureza, Uberlândia*, 20 (1): p. 205-220, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a14v20n1.pdf>. Acessado em: 20/12/16.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil** – Estados Unidos, França e Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. vol.18 no. 51 São Paulo Feb.2003.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano**. Trabalho apresentado no XXII Colóquio de Antropologia y Historia Regionales, El Colegio de Michuacan, outubro de 2001, p.22. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/20080627_viver_em_risco_1.pdf. Acessado em 01/12/2016.

LACERDA, N. **Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileira**. In: RIBEIRO, A. C. T. LIMONAD, E. GUSMÃO, P. P. de. Desafios do Planejamento. Rio de Janeiro: Letra Capital/Anour, 2012, p.21-42.

LACERDA, Norma et al. **A reconfiguração espacial da região metropolitana do Recife Processo de fragmentação e integração**. V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, Junho 2013. Disponível em: http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14832/102_Reynaldo_Amelia.pdf. Acessado em: 14/12/2016.

. **O campo do planejamento urbano e regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade**. Revista Brasileira de Estudos Urbano e Regionais. Vol. 15, p.77-93, 2013. Disponível em: http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20140404102034miolo_revista_ANPUR_v15_n1.pdf Acessado em 01/12/2016

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. LEFEBVRE,

Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reprodução social da natureza**. São Paulo: RCB, 2004.

LEITÃO, L. **Quando o Ambiente é Hostil**. 2ªed. Recife: Editora UFPE, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. **Megaeventos Esportivos, Desenvolvimento Urbano e Cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos-2007**. UFRJ. 2007. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24513>. Acesso: 07/01/13

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Pernambuco: PAC 2 - A gente faz um Brasil de oportunidades. 6º balaço – ano II**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/b97de31761805793690f9bd384accd7f.pdf>.

Acessado em: 07/01/2017.

MONTEIRO. Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011

MOREIRA. Antônio Cláudio M L. **Conceitos de Ambiente e de Impacto Ambiental Aplicáveis ao Meio Urbano**. Estrato da tese de doutorado intitulada Megaprojetos & Ambiente urbano: metodologia para elaboração do Relatório de Impacto de Vizinhança, apresentada a FAU-USP em outubro de 1997. In: PELLEGRINO, Paulo. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1989. PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. **Revista de Geografia**, Recife, 1995.

MOURA, Alice Bezerra de Mello. SCOTTA, Parry. **Desapropriações, Resistências e o Megaevento da Copa do Mundo: tempo, poder e projetos de desenvolvimento**. Revista Anthropológicas. Recife. Ano 18, 25(2): p.94-132, 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/387/266> acesso em 12/09/2016.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Matriz de responsabilidades da Unidade Federativas. Ministério do Esporte**. Janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/assessoriaEspecialFutebol/compromissosCopa2014.jsp>. Acesso em: 07/12/2016.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. **A metrópole e as perfídias do capital: uma análise da relação entre Estado, megaeventos esportivos e grandes projetos de desenvolvimento urbano na (re)produção do capital e da cidade contemporânea**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.16, N.2, P.27- 44, / Novembro 2014 Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/4795/4661>. Acessado em: 10/12/2016.

O Estado de São Paulo. **A arena que fará nascer uma cidade em Pernambuco**. 21 Outubro 2012. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,a-arena-que-fara-nascer-uma-cidade-em-pernambuco-imp-,948616>. Acessado em: 12/12/2016

PAULA. Marilene Da. **A Copa do Mundo De 2014: Legados e Desafios**. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/copa_do_mundo_2014_review_boll_brasil.pdf. Acessado em: 08/12/2016.

PRONI, M. W. FAUSTINO, R. B. SILVA, L. O. **Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014. 182p. ISBN 978-85-98612-25-6. Campinas. p.182. Disponível em: [http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/173044_Proni,_Faustino_e_Silva_\(L\)_-_Impactos_Economicos_de_Megaeventos_Esportivos.pdf](http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/173044_Proni,_Faustino_e_Silva_(L)_-_Impactos_Economicos_de_Megaeventos_Esportivos.pdf) Acessado em: 07/12/2016.

RAMALHO, Ana Maria Filgueira. **O planejamento e a gestão metropolitana para Copa do Mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife** In: **Recife: os impactos da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2015b. 104p. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/megaeventos_recife2015.pdf. Acessado em 20/12/16.

RAMALHO, et al. **A vez do oeste metropolitano: planejamento ou oportunidade? Breve leitura sobre o planejamento oeste da Região Metropolitana do Recife**. In: **Recife: transformações na ordem urbana**. organização Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Batom; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/new/images/abook_file/serie_ordemurbana_recife.pdf. Acessado em:13/12/2016.

RAMALHO, Ana Maria Filgueira. **A Copa Do Mundo No Brasil: Qual Legado Está Construindo**. ARIC – Faculdade Damas Da Instrução Cristã Architecton - Revista De Arquitetura E Urbanismo – Vol. 02, Nº 02, 2012. Disponível Em: <http://www.faculadadedamas.edu.br/revistas/index.php/arquitetura/article/viewFile/198/196>. Acessado em: 05/01/2017.

RATTES. Paulo. **Brasil – Copa 2014: Desafios e Responsabilidades Relatório da Subcomissão Permanente Para Acompanhamento, Fiscalização e Controle Dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas De 2016**. Câmara dos Deputados. Brasília – DF. 2009. <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/726546.pdf>acessado: 25/03/2012.

RAZENTE, Nestor. **A ocupação do espaço urbano de Londrina**. 1984. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984

ROLNIK. Raquel. **Que legado a Copa do Mundo deixará para as nossas cidades?. São Paulo 06 de fev. 2014**. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/02/06/que-legado-a-copa-do-mundo-deixara-para-as-nossas-cidades/>. Acesso em: 06/12/2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Os megaeventos na Produção ereprodução do espaço urbano**. GeoTextos, vol. 9, n. 2, dez. 2013. p.13-25. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9104>. Acessado em: 07/12/2016.

SEIXAS, Thiago. **Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014: Uma Análise da Candidatura de Pernambuco como Subsede**. Porto: T. Seixas. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto, 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd165/impactos-sociais-de-megaeventos-esportivos.htm>. Acessado em: 07/01/2013

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo globalização e meio técnico científico - internacional**. São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SANTOS, L. E. N. TAVARES, J.C. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O COTIDIANO**: reflexões para o município de São Luís, Maranhão. Cad. Pesq., São Luís, v. 18, n. especial, dez. 2011.

SECOPA. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014. **Corredor leste/oeste**. Disponível em: www2.secopa.pe.gov.br/web/secopa/infraestrutura

acesso: 07/07/2015

SILVA, José Maria Da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos**: normas e técnicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Ivanir Ortega Rodrigues da. FRANCISCHETT. Mafalda Nesi. **A Relação Sociedade–Natureza e Alguns Aspectos Sobre Planejamento e Gestão Ambiental No Brasil**. Geographos Revista digital para estudantes de Geografiay Ciencias Sociales **Volumen três.ano 2012. Nº 16-30**. <http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/sociedad-naturaleza.pdf?noCache=1330087864628>. Acessado em: 10/09/2016

SPOSATI. A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepção fundou**. In. MDS; UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 13-55. Disponível em: [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%201\(32\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%201(32).pdf). Acesso em 02/12/2016

SASSEM, Sacia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/course/view.php?id=4924>. Acessado em 05/12/2016.

SEIXAS, Thiago. **Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014: Uma Análise da Candidatura de Pernambuco como Subsede**. Porto: T. Seixas. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. (2010).

PERNAMBUCO. Secretaria Executiva de Desapropriação. **Manual de procedimento da Secretaria Executiva de Desapropriação**. Recife, 2012.

PROTÁSIO, Alexandre Reinaldo. **O Conceito de natureza em Gramsci**: contribuição para educação ambiental. Rio Grande do Norte: FURG, 2008.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano nos países em desenvolvimento**:

reflexões e propostas. 4a ed. São Paulo: Annablume, 2009.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano espaço e equidade: análise da políticas públicas.** 1a ed. São Paulo: Annablume, 2001.

VAINER, Carlos B. **Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”** In: MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos e ARANTES, Otília. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009a.

VAINER, Carlos. et al. **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas.** Editora Letra Capital. Rio de Janeiro, 2016.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Sociedade Urbana: Desigualdade e Exclusão Sociais.** CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 79-114, jan./jun. 2003. (<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=144&layout=abstract&OJSSID=6d22b49fa9d80f518cf51e5020aee049>) Acessado em 09/09/2016

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/course/view.php?id=4924>. Acessado em 05/12/2016.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

- 1. Qual seu nome?**
- 2. Qual o endereço onde mora? e com quem senhor (a) mora?**
- 3. Quanto tempo mora neste local?**
- 4. O senhor (a) acreditava que a Copa do Mundo com a construção da Arena iria gerar benefícios para sua família, seu bairro e sua cidade?**
- 5. O senhor (a) acredita que a copa do mundo poderia trazer benefícios para o bairro onde mora, além do (lazer, maior opções de transportes, saneamento básico, comércio, moradia e segurança), quais seriam estes benefícios que você espera?**
- 6. Quais foram as principais influências da construção da Arena no seu bairro?**
- 7. O senhor (a) observa algumas modificações ou transformações em seu bairro ou na cidade por causa da Arena?**
- 8. Senhor (a) observa por parte da prefeitura da cidade onde mora houve projeto de desenvolvimento urbano para o bairro? Exemplo: (Postos de Saúde, Escolas CRAS e CREAS Entre outros equipamentos públicos)**

ANEXO A - ORDEM DE DESAPROPRIAÇÃO.**LEI Nº 17.766 /2012**

Desafeta as áreas que identifica integrante de logradouro público denominado Rua SD 9487, Rua Barão de Cotegipe, Avenida Visconde de Correia Botelho e Avenida General José Maria Latino, localizadas no Loteamento Popular desmembrado do Engenho Santos Cosme e Damião, no Bairro Várzea, nesta cidade. O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETOU, E EU, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam desafetadas as áreas integrantes de trecho de logradouro público abaixo denominado:

I - Rua SD 9487, considerado bem de uso comum do povo, que mede 471,00 m² (quatrocentos e setenta e um metros quadrados), situado entre às quadras QP-41 e QP-42, do Loteamento Engenho Santos Cosme e Damião, no bairro Várzea, nesta cidade.

II - Rua Barão de Cotegipe, considerado bem de uso comum do povo, que mede 924,00 m² (novecentos e vinte e quatro metros quadrados), situado entre às quadras QP-42 e QP-43, do Loteamento Engenho Santos Cosme e Damião, no bairro Várzea, nesta cidade.

III - Avenida Visconde de Correia Botelho, considerado bem de uso comum do povo, trecho que mede 3.068,68 m² (três mil e sessenta e oito metros quadrados e sessenta e oito decímetros quadrados), ao longo das quadras QP 42 e QP-43, do Loteamento Popular desmembrado do Engenho Santos Cosme e Damião, no bairro Várzea, nesta cidade.

IV - Avenida General José Maria Latino, considerado bem de uso comum do povo, trecho que mede 4.032,12 m² (quatro mil e trinta e dois metros quadrados e doze decímetros quadrados), ao longo das quadras QP-41, QP-42 e QP-43, do Loteamento

Popular desmembrado do Engenho Santos Cosme e Damião, no bairro Várzea, nesta cidade.

Art. 2º Fica autorizada a alienação do domínio, da área objeto de desafetação, observada às modalidades previstas na Lei nº 8.666/93, em favor do Estado de Pernambuco, para construção do Terminal Integrado Cosme e Damião.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Recife,

04 de Janeiro de 2012.

MILTON COELHO DA SILVA NETO.

Prefeito do Recife, em exercício

Projeto de Lei nº 29/2011 Autoria do Poder Executivo